



**Repartição de Benefícios
do Programa Global
REDD+
para *Early Movers*
Programa REM
Fase 2**

**Nota
Técnica**

KFW

Novo Acre 
Governo parceiro, povo empreendedor.



Governo do Estado do Acre

NOTA TÉCNICA

Repartição de Benefícios do Programa Global REDD para *Early Movers* – Programa REM Fase 2

25 de agosto de 2017

I. DETALHAMENTO CONCEITUAL E OPERACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Este documento visa descrever como se dará a repartição de benefícios dos recursos do Programa Global REDD+ para *Early Movers* (Programa REM) em sua segunda fase. A repartição dos recursos advindos deste Programa se dará por meio de duas linhas de apoio. A primeira, de até 30% do total dos recursos, se destina às ações de fortalecimento e consolidação do SISA e seus mecanismos de REDD+. Para esta linha são contempladas as instituições que contribuem diretamente ou indiretamente com o funcionamento do Sistema de Incentivos para Serviços Ambientais (SISA) e ações de controle.

A estratégia de repartição de benefícios é baseada no cenário de 30 Mio € e em uma implementação de cinco anos, sempre em função da performance em reduzir o desmatamento. Uma vez que haja a decisão final sobre o volume do financiamento, os indicadores, atividades, quantidade de público alvo contemplado etc., deverão ser revisados.

Entre as atividades consideradas como responsáveis pelo fortalecimento do SISA que inclui acompanhamento e monitoramento das atividades, além dos seus mecanismos de REDD+ estão: processos de acompanhamento e monitoramento do Programa Isa Carbono, capacitação de beneficiários e agentes públicos em vários temas relacionados ao SISA e ao Programa REM; salvaguardas; fortalecimento das estruturas de governança do Sistema (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento-CEVA, Câmara Técnica-CT Indígena e CT Mulher, Comitê Científico, Ouvidoria); geração e gestão de conhecimento, gestão do IMC e CDSA, ações de comando e controle ao desmatamento e queimadas, incluindo monitoramento; gestão de unidades de conservação (UC); ordenamento territorial e regularização fundiária; e a gestão do próprio Programa.

Os outros 70% são destinados aos beneficiários do Programa seguindo as diretrizes de proteção florestal e apoio às cadeias produtivas sustentáveis por meio da implantação de três subprogramas: i) Subprograma territórios indígenas; ii) Subprograma territórios de produção familiar sustentável; e iii) Subprograma pecuária diversificada sustentável. Estes três subprogramas pretendem garantir a continuidade de emissões reduzidas (ER) no Estado do Acre, com ênfase àquelas apoiadas pelo Programa REM, visando promover a sustentabilidade do Programa de Incentivo aos Serviços Ambientais do Carbono (Programa ISA Carbono) do SISA.

A forma de contemplar os beneficiários se dá diretamente por meio dos órgãos governamentais (entidades subexecutoras) que poderão apoiar os beneficiários, por meio de entidades aglutinadoras (Organizações Não Governamentais-ONGs), como também diretamente por entidades representativas das comunidades beneficiárias (Associações, Cooperativas).

Este documento, portanto, detalha a estratégia da repartição de benefícios nesta segunda fase de implantação do Programa. Demonstrará ainda a relação e integração com outros programas e projetos executados pelo Governo do Estado; as diretrizes para locação e aplicação dos recursos; além de estabelecer os indicadores e resultados esperados.



1. ESTRATÉGIA GERAL DA DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

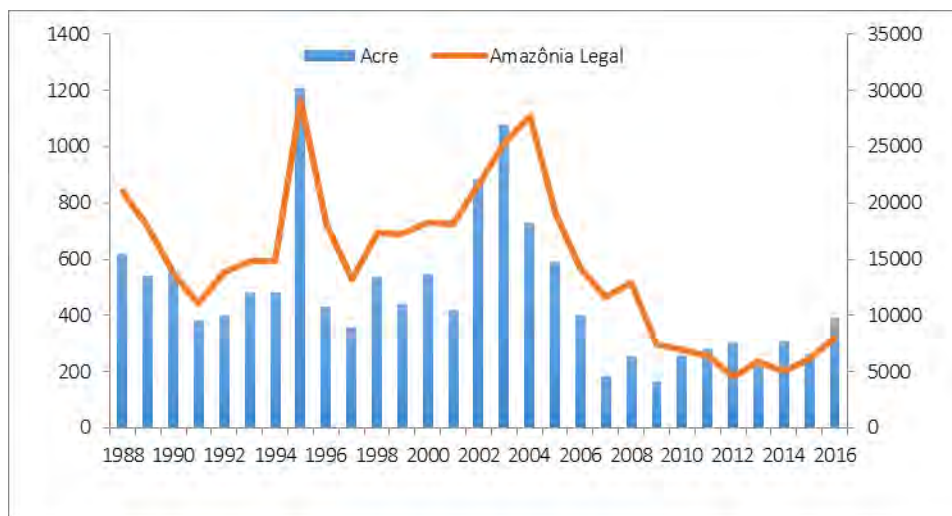
1.1. Dimensão Geográfica

O território do estado do Acre corresponde a 4% da Amazônia brasileira e a 1,9% do território nacional, com aproximadamente 87% de cobertura florestal original e um desflorestamento acumulado no período de 1988 a 2015 de 13.318 km².

Os anos de 1995 e 2003 foram aqueles que apresentaram os maiores incrementos de desmatamento no Estado. A partir de então verificou-se uma forte tendência da redução da taxa anual do desmatamento por quatro anos seguidos, no período compreendido entre 2004 a 2007. Nos anos de 2007 e 2009 observou-se o menor incremento anual do desmatamento da história do Estado – 187 e 167 km², respectivamente.

O desmatamento do Estado tem acontecido a uma taxa anual de 29,9 mil hectares nos últimos três anos. Esta taxa é 63% menor que a do período de 2001 a 2005, quando foram registradas as maiores taxas de desmatamento para o Estado. O desmatamento no Acre vem diminuindo ao mesmo passo da Amazônia como um todo (Figura 1). Isso indica que esforços de políticas públicas para a redução do desmatamento têm gerado resultados, porém estes também dependem, e estão ligados a um processo maior de interferência de políticas públicas e de contexto econômico nacional que influenciam a Região Amazônica como um todo e o Acre em particular (Alencar & Castro, 2017).

Figura 1. Taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e no Acre (km²), no período de 1988 a 2016



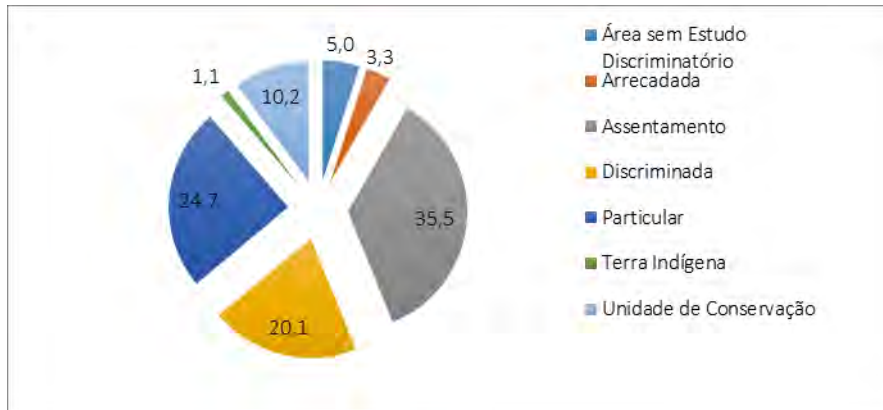
Fonte: Prodes/Inpe, 2017.

Segundo dados do Prodes (Inpe, 2015), analisados pela Unidade Central de Geoprocessamento (UCGEO) no ano florestal 2014/2015, entre as classes fundiárias do estado do Acre, os projetos de assentamento indicaram uma contribuição de 35,5% do desmatamento no seu território, as áreas particulares 24,7% e as Unidades de Conservação 20,1% desflorestados no período, conforme Figura 2.



Governo do Estado do Acre

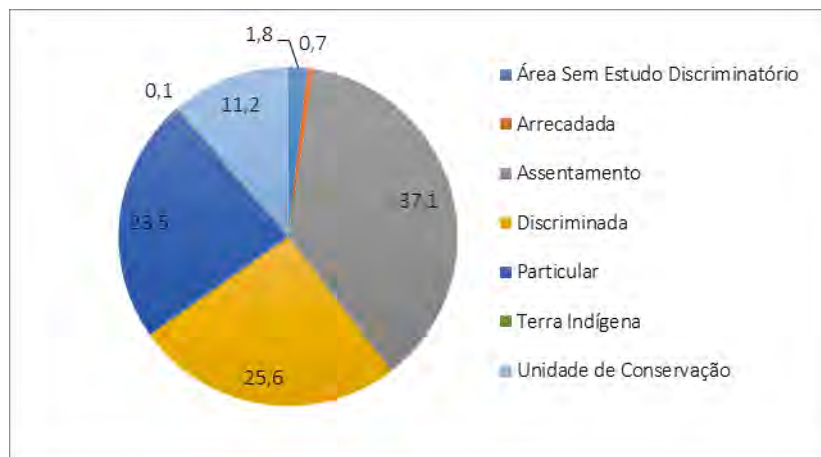
Figura 2. Contribuição percentual (%) do desmatamento nas classes fundiárias do Acre - 2014/2015



Fonte: Inpe, 2015.

No ano florestal 2015/2016, as maiores contribuições foram dos projetos de assentamento com 37,1%, seguido pelas áreas discriminadas¹ com 25,6% e das áreas particulares com 23,5%, mantendo comportamento similar ao de anos anteriores (Figura 3). Destaca-se que as Unidades de Conservação – atualmente alvo de invasões e conflitos de terras, apresentaram uma contribuição de 11,2% ao desmatamento no Estado, com destaque para a Reserva Extrativista Chico Mendes (INPE, 2017).

Figura 3. Contribuição percentual (%) do desmatamento nas classes fundiárias no Acre, no período de 2015/2016



Fonte: Prodes/Inpe, 2017.

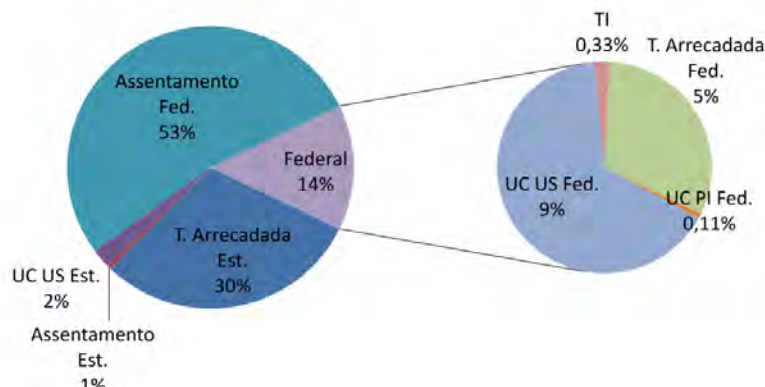
No Estado do Acre as glebas federais não destinadas representam 14% do território e os Projetos de Assentamento, 53%, ambos de competência da União, áreas onde o desmatamento tem sido significativo. Resultando, portanto, na necessidade do estabelecimento de parcerias com instituições federais como o In-cra, para atuar nos projetos de assentamentos e na regularização fundiária; parceria com o IBAMA para as ações de comando e controle (Ibama), e ainda com o ICMBio, para realizar ações de fomento às atividades produtivas para atuar nas RESEX e FLONAS (Figura 4).

¹ São terras discriminadas, arrecadadas e registradas em nome da União ou Estado.



Governo do Estado do Acre

Figura 4. Desmatamento Prodes/2015 – Acre, por competência de gestão

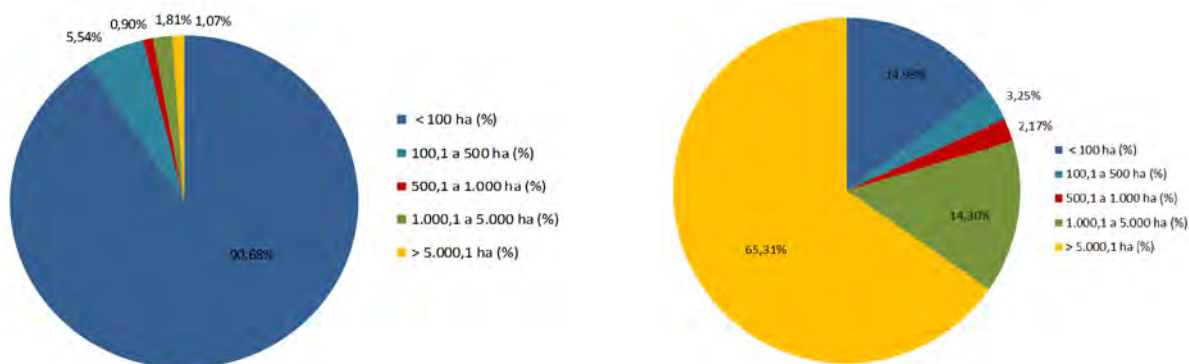


Fonte: Ibama, 2016.

Verifica-se, então, a necessidade de entender como se dá a dinâmica do desmatamento em relação às classes fundiárias. De acordo com o IPAM (2016), o Acre possui 4.960 propriedades ou posses rurais com passivo florestal em reserva legal, representando 19,3% do total de imóveis rurais inscritos no CAR e somando uma área total de 167.349 hectares.

Do total de imóveis rurais com passivo florestal, 94% ou, em valores nominais, 4.657 imóveis, são pequenas propriedades ou posses com até 4 módulos fiscais². Em relação a área de passivo florestal, esta categoria apresenta 41% (68.269 hectares) do total da área a ser regularizada por meio do PRA-Acre (IPAM, 2016) (Figura 5).

Figura 5 – Percentual de imóveis rurais por tamanho de polígono (gráfico esquerda) e percentual de imóveis rurais por tamanho de área ocupada no Estado do Acre (gráfico direita)



Fonte: Resultados do CAR, 2017.

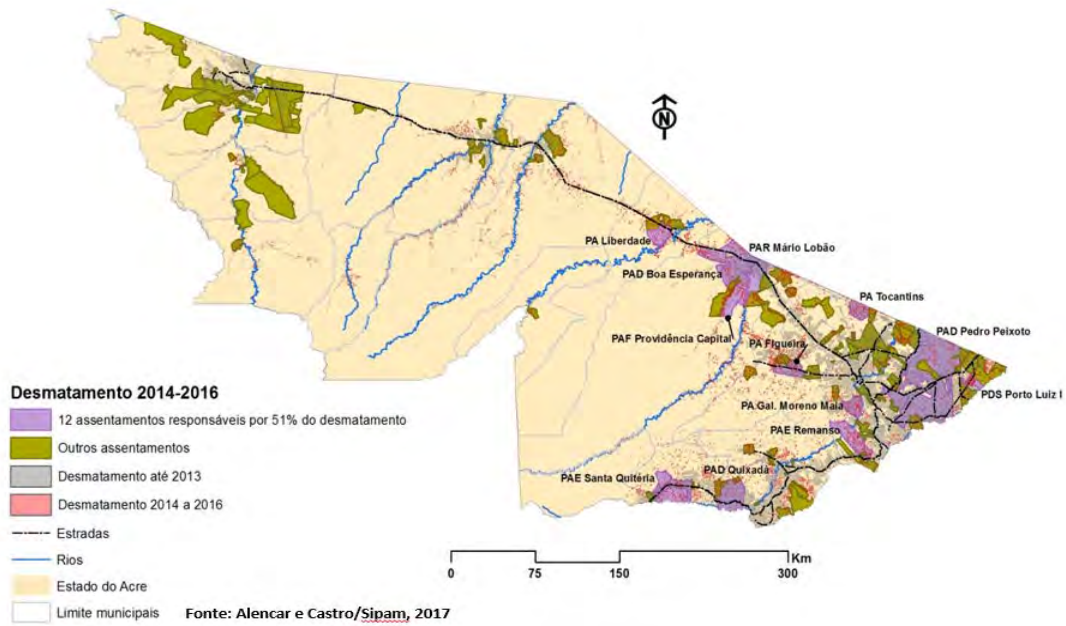
Dentre os tipos de assentamento, aqueles de modalidade Projeto de Assentamento Convencional (PA) e os Projetos de Assentamentos Dirigido (PAD), concentram grande parte do desmatamento ocorrido nessa categoria (Figura 6).

² Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei Federal nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e, conceito de propriedade familiar. No Estado do Acre, o módulo fiscal varia de 70 a 100 hectares a depender do município.



Governo do Estado do Acre

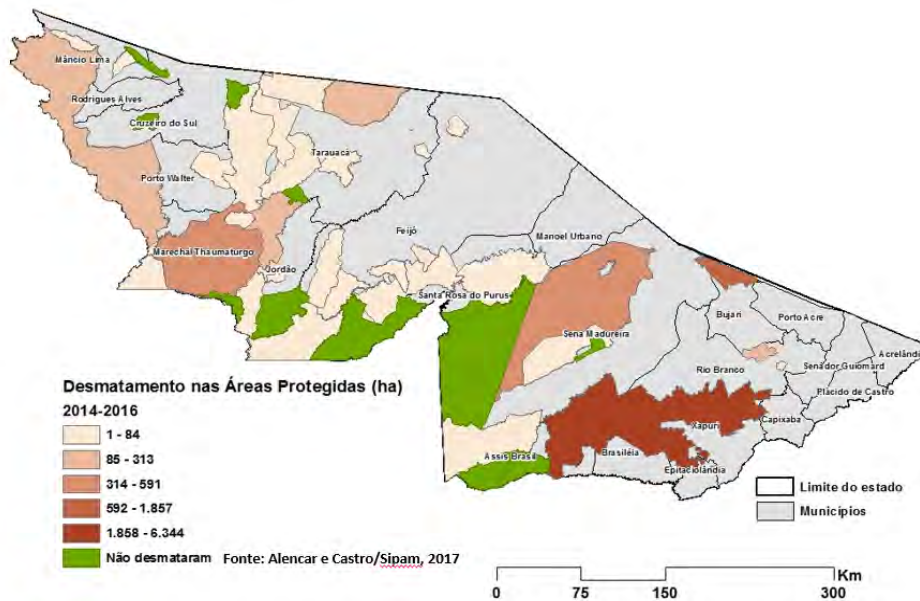
Figura 6. Localização dos 12 Projetos de Assentamento que mais desmataram entre 2014 e 2016



Fonte: Alencar e Castro, 2017.

No que diz respeito às áreas protegidas, que incluem as terras indígenas e unidades de conservação, o desmatamento tem se concentrado principalmente nas unidades de conservação federais, com destaque para a RESEX Chico Mendes, que nos últimos 3 anos tem liderado o *ranking* das unidades que mais desmatam no Acre (Figura 7).

Figura 7. Distribuição espacial das áreas protegidas que mais desmataram entre 2014 e 2016 no Acre



Fonte: Alencar e Castro, 2017.

Os principais vetores do desmatamento na Região Amazônica são constituídos pelas atividades econômicas da pecuária bovina, da agricultura em pequena e grande escala e pela atividade madeireira. No Acre, historicamente os agentes de desmatamento para implantação das atividades agropecuárias foram os gran-

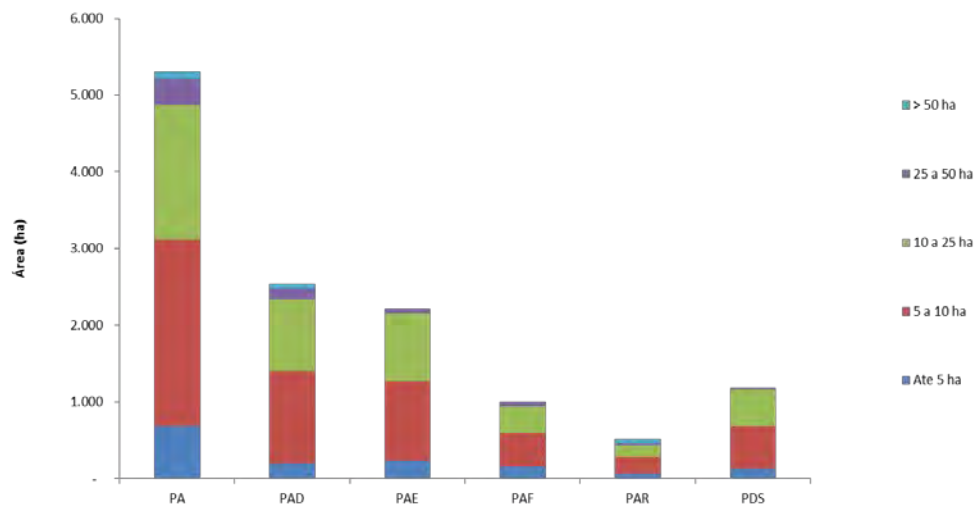


Governo do Estado do Acre

des e médios pecuaristas. No entanto, os dados recentes mostram que pequenos produtores (mais de 47.000³) têm contribuído de forma significativa para o desmatamento nos últimos anos, devido à produção familiar, especialmente em projetos de assentamento.

Uma análise de tamanho de polígonos de desmatamento nestes assentamentos revelou que mais da metade da área desmatada ocorre em polígonos de até 10 hectares em quase todas as modalidades, sendo a maior classe de tamanho aquela de 5 a 10 ha, seguida pela classe 10 a 25 hectares, conforme Figura 8.

Figura 8. Distribuição da área desmatada em 2016 por tamanho de polígono por modalidade de assentamento do estado do Acre



Fonte: Alencar e Castro, 2017.

Dados da Unidade Central de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento do Estado do Acre (Ucegeo), que utiliza para o monitoramento das cicatrizes de queimadas uma área mínima de 0,54 hectare, indicam que 87% dos polígonos afetados pelo fogo no Estado em 2015 encontram-se nas classes de 0,54 a 10 hectares, ou seja, dos 25.168 polígonos analisados, 21.966 estão nesta categoria, porém representando uma extensão de 48.746,9 ha do total de 139.342,1 ha (35,7%). Entre a classe de tamanho 10,1 a 60 ha foram analisados 2.963, representando 11,8% do total, correspondendo a extensão de 61.310,6 ha, ou seja 44% da extensão territorial afetada pelo fogo em 2015, entre os considerados médios polígonos. Apenas 225 dos polígonos considerados grandes, estavam entre as classes de tamanho 60,1 – 200 e > 200 ha, representando uma extensão de 28.271,2 ha, ou seja 20,3% da extensão territorial afetada pelo fogo nesse período (Figura 9).

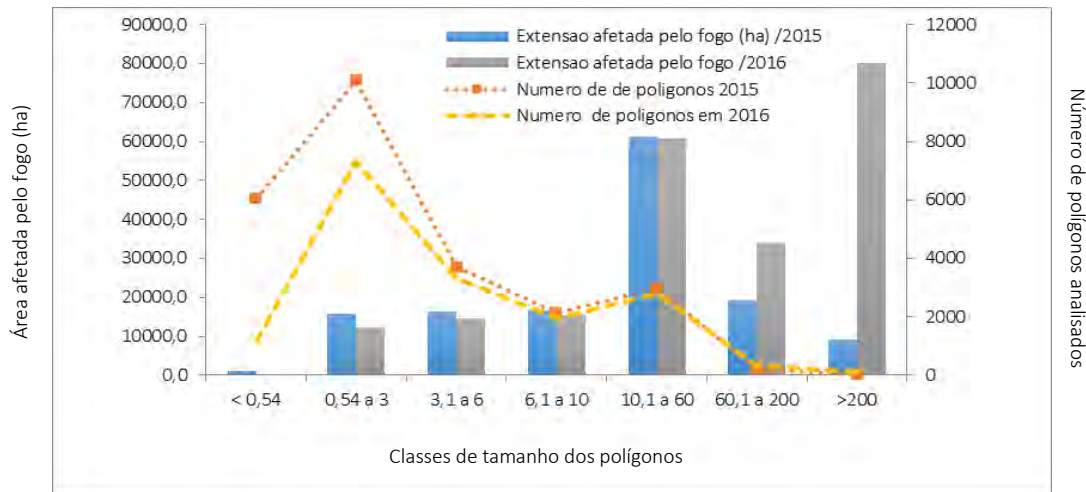
Em 2016, as análises apontaram uma realidade diferenciada: de um total de 17.066 polígonos, 13.824 estavam entre as classes de tamanho de até 10 ha, representando 81%; 2.782 polígonos considerados médios (16,3%) na classe de tamanho de 10,1 a 60 ha apresentou uma extensão de 60.854 ha afetados pelo fogo (28%), enquanto 460 dos polígonos das classes de tamanho 60,1 a 200 e > 200, representaram 114.108,4 ha, ou seja 52,4 % da extensão territorial do Estado afetada pelo fogo em 2016 (Figura 9).

³ De acordo com SFB, 2017, considerando o extrato oficial de inscrições no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, foram realizadas até o dia 30 de abril de 2016, 47.963 inscrições no CAR do Estado do Acre, representando uma área total cadastrada de 10.916.194 hectares, cerca de 66 % do território acreano.



Governo do Estado do Acre

Figura 9. Número de polígonos por classe de tamanho e extensão (ha) das áreas afetadas pelo fogo nos anos de 2015 e 2016



Fonte: Ucegeo, 2017.

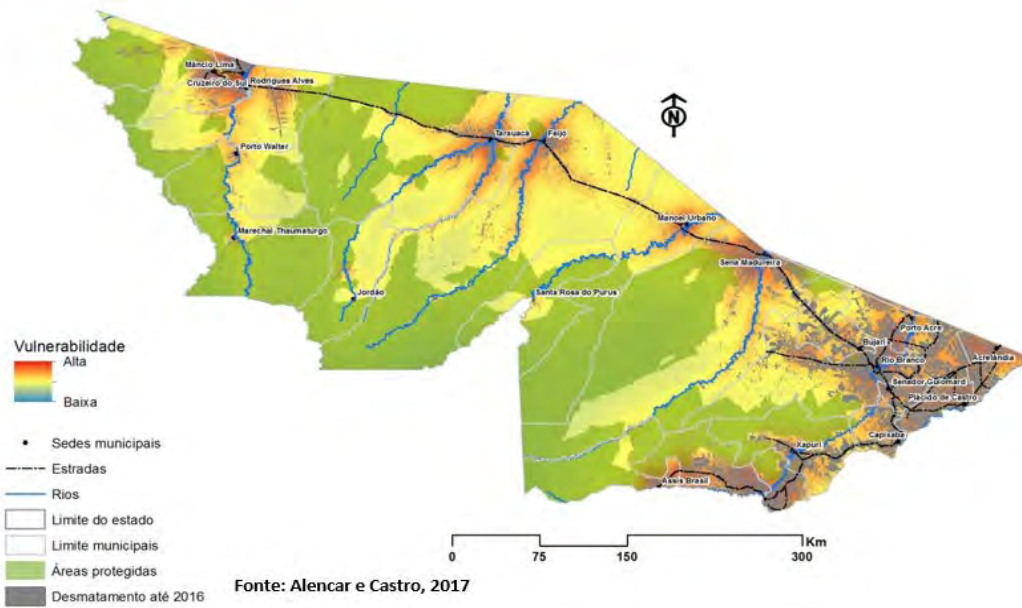
A região Leste do Acre, conhecida pelas altas taxas de desmatamento, > 20% do seu território, além da menor extensão de cobertura florestal, seu remanescente tem alto nível de degradação pelo fogo, tornando-se mais vulnerável a novos incêndios florestais. A retroalimentação positiva da ocorrência dos incêndios com anos de seca extrema (2005, 2010), fragmentação e fontes de ignição através da agricultura, eleva a paisagem degradada e susceptível a uma maior recorrência de incêndios, assim como encontrado em outras regiões da Amazônia, devendo ser o Leste do Acre alvo de maior controle e fiscalização ambiental por parte do Estado (Silva, 2017).

A análise de vulnerabilidade das florestas do Acre ao desmatamento aponta as áreas críticas onde a intervenção de políticas públicas de comando e controle e/ou de incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais são prioritárias, utilizando uma metodologia voltada para apoiar a tomada de decisão, chamada de análise de multicritério (MCA), neste caso os critérios utilizados forma os seguintes: distância das rodovias principais, distância dos rios navegáveis, distância das sedes municipais, densidade das localidades, densidade das estradas secundárias, densidade dos polígonos de pecuária e categoria fundiária. Os resultados da MCA indicam que as áreas mais vulneráveis ao desmatamento de acordo com os critérios estabelecidos estão próximas as cidades de Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Mâncio Lima e Brasileia (Figura 10).



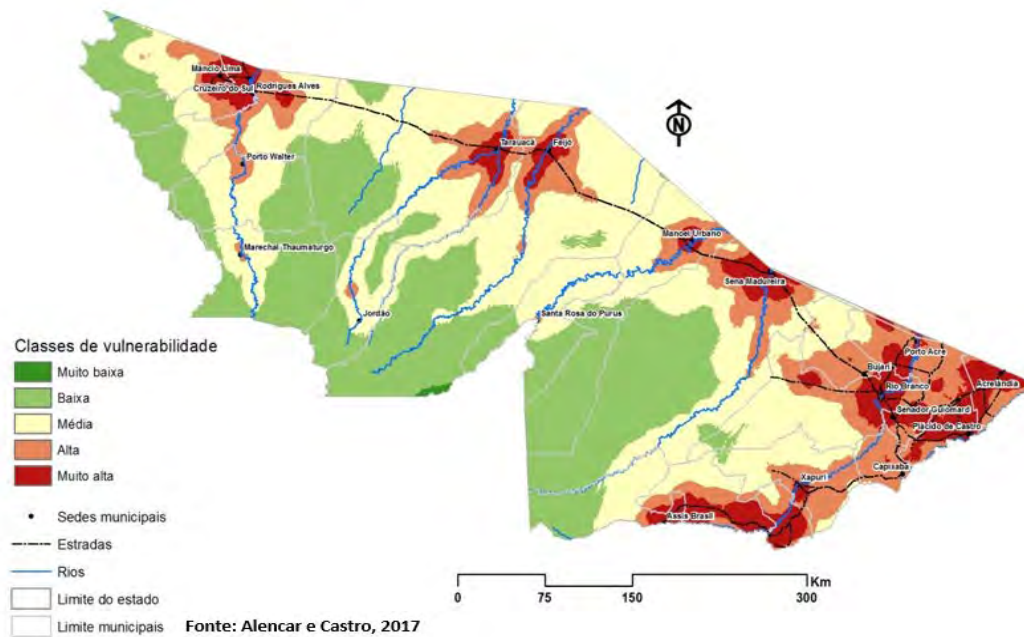
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Figura 10. Mapa de vulnerabilidade ao desmatamento no estado Acre



O mapa de vulnerabilidade foi reclassificado de forma a indicar as áreas mais críticas ao desmatamento nos próximos anos. Os resultados incluem, além da região Nordeste e Sudeste do Estado, os arredores das cidades de Mâncio Lima, Tarauacá e Manoel Urbano (Figura 11).

Figura 11. Áreas críticas de desmatamento no estado do Acre



No que diz respeito aos municípios, aqueles que ocupam maior porção da área de muito alta criticidade são: Rio Branco, Brasiléia, Sena Madureira e Plácido de Castro. Estes municípios também encabeçam a lista daqueles que ocupam as maiores proporções da faixa de áreas de alta criticidade. Nesta faixa, também se



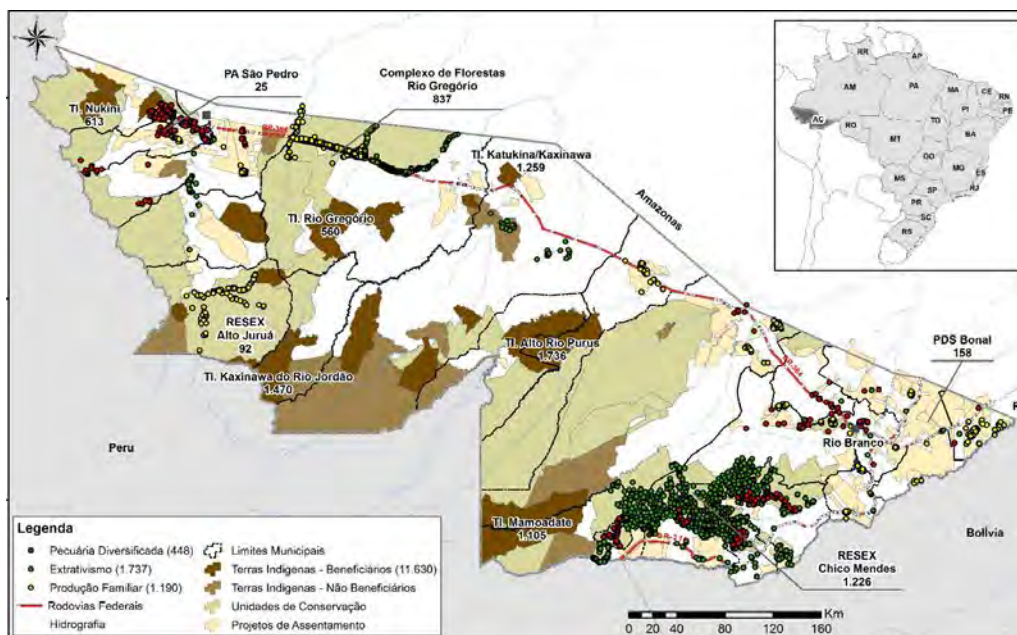
Governo do Estado do Acre

destacam os municípios de Tarauacá e Feijó. Assim, esses seis municípios devem ser o foco principal das ações de prevenção e controle do desmatamento no Estado do Acre, principalmente no que diz respeito ao desmatamento dentro dos assentamentos.

1.2. Áreas de intervenções das políticas ambientais do Estado e complementariedade ao Programa REM Fase II

Durante a primeira fase do Programa REM foram apoiados os atores que implementaram iniciativas pioneiras de REDD+. O Programa REM fomentou a conservação das florestas e a redução de emissões de CO₂ oriundas do desmatamento. O fomento se realizou através de pagamentos de resultados adequadamente documentados e validados de redução de emissões do desmatamento. As ações apoiadas foram aquelas que promoveram a conservação de florestas em comunidades indígenas, o fortalecimento do extrativismo em territórios protegidos; consolidação de cadeias produtivas sustentável da produção familiar em unidades de conservação de desenvolvimento sustentável e em projetos de assentamento; como também foram apoiadas ações de fortalecimento da pecuária sustentável em várias regiões do Estado (Figura 12).

Figura 12. Territórios apoiados na primeira fase do Programa REM Fase 1



Fonte: IMC, 2016.

Em seu portfólio de parceiros e doadores o Acre conta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que apoia a segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II) cujo propósito é a efetivação do processo de ordenação do território para que o uso dos recursos ambientais se dê de forma racional, identificando as melhores oportunidades para que o desenvolvimento econômico seja compatível com as potencialidades do patrimônio ambiental e social do Estado, atuando em toda a jurisdição (Figura 13).

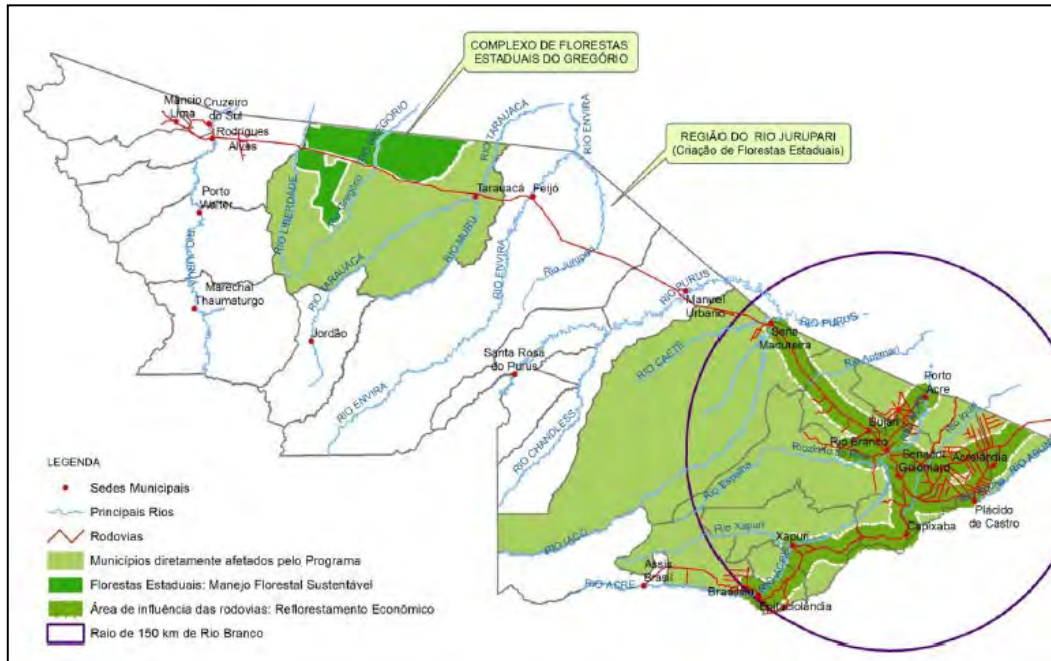
O Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE) / Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre (PROSER), financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) prioriza as Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) e Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs). As ZAPs referem-se às áreas geográficas distribuídas ao longo do território acreano, caracterizadas pela presença de comunidades econômica e socialmente



Governo do Estado do Acre

vulneráveis com maior urgência de atenção ao acesso a serviços básicos de saúde, educação e desenvolvimento comunitário sustentável, com alternativas para geração de renda. Em áreas rurais as ZAPs são constituídas pelas Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Projetos de Assentamento e, nas cidades por regiões de fundos de vale sem urbanização e com assentamento precário. Por sua vez, as ZEDs são áreas que possuem infraestrutura (transporte e energia) consolidada, com ocupação territorial definida e associada a um significativo capital social, além de concentrado volume de investimentos.

Figura 13. Municípios diretamente assistidos pelo PDSAI



Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental e Social do PDSA, 2012; Dados: ZEE 2006.

A execução do PROACRE vem sendo desenvolvida nos 22 municípios do Estado de forma integrada nas áreas de educação, saúde, produção sustentável e fortalecimento institucional. Estas atividades continuam sendo apoiadas pelo financiamento Adicional do PROSER, conforme as áreas de intervenção já mencionadas, tendo como foco as comunidades rurais localizadas nas ZAPs e nas Terras Indígenas, contempladas com produção agrosilvopastoril para segurança alimentar e geração de renda. A segunda área está relacionada aos municípios de: (i) Santa Rosa do Purus; (ii) Porto Walter; (iii) Jordão; e, (iv) Marechal Thaumaturgo, denominados de “municípios isolados”, que são beneficiados com ações de saneamento integrado e atividades de geração de renda. Outro local beneficiado é a zona urbana do município de Cruzeiro do Sul com ações de esgotamento sanitário. As ações relacionadas aos serviços de educação e saúde serão realizadas nos 22 municípios do Estado, principalmente nas áreas rurais.

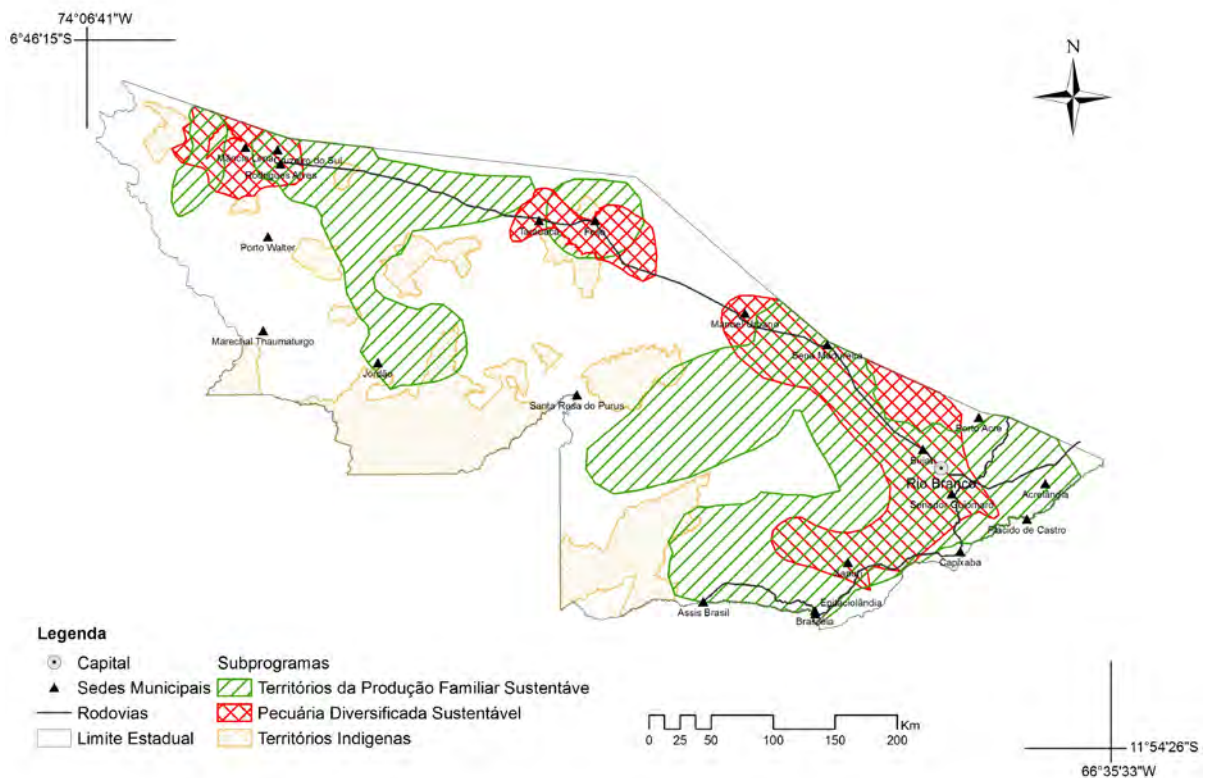
O Governo atualmente é beneficiário de três projetos de colaboração financeira com recursos oriundos do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): (i) o Programa de Regularização Ambiental do Acre (PRA) e (ii) o Projeto Acre: Incêndios Florestais Zero, cujas áreas de abrangência se constituem em todo o território do Estado; tendo ainda (iii) o Projeto de Valorização do Ativo Ambiental Florestal que apoia o fortalecimento da gestão territorial integrada, e portanto também atua em toda jurisdição, sendo as ações de fomento às cadeias produtivas florestais e agroflorestais e os incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais, voltados à inserção e consolidação de práticas produtivas sustentáveis; ao manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros; e à captura de carbono via reflorestamento de áreas degradadas. Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nos municípios de Tarauacá, Feijó e Manuel Urbano. Apoia ainda, associações



indígenas para a elaboração de planos de gestão territorial, construção de postos de vigilância, formação de equipes e marcação física dos limites de 15 terras indígenas.

Para a segunda fase do Programa REM, os dados relacionados à criticidade ao desmatamento e ainda os programas já em implementação no Estado foram levados em conta para decidir qual os territórios prioritários para intervenção deste Programa (Figura 14).

Figura 14. Territórios de atuação do Programa REM Fase 2, por subprogramas



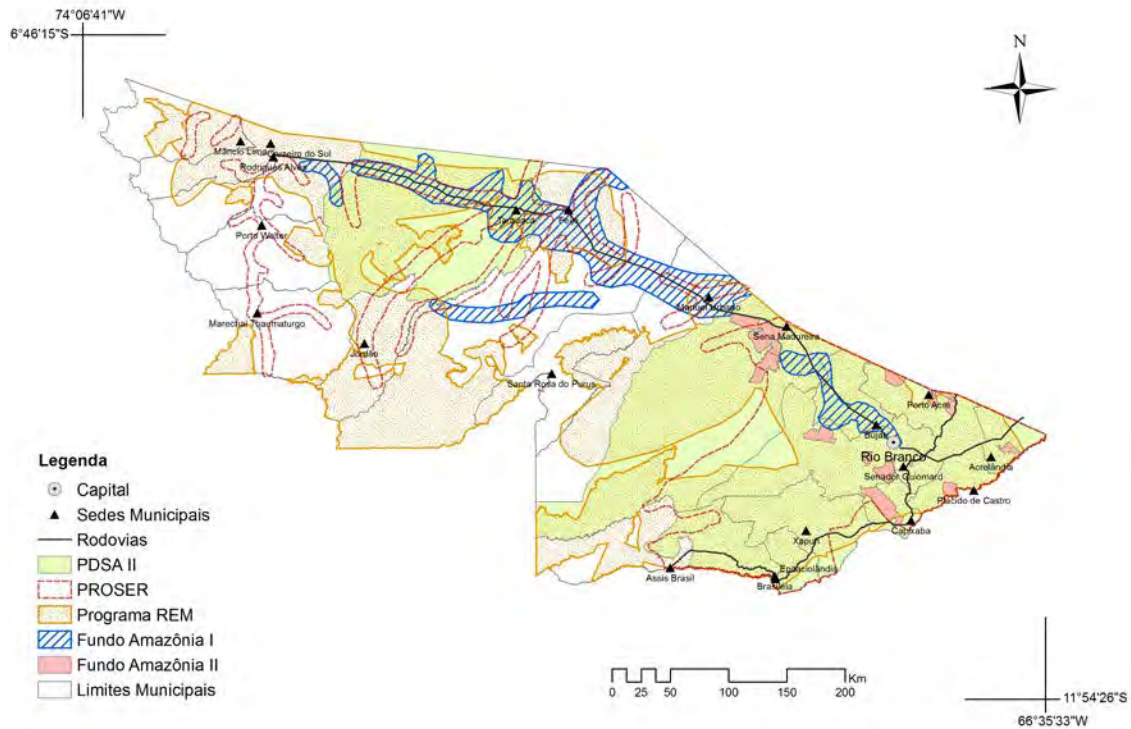
Fonte: UCEGEO, 2017.

Na sequência um mapa ilustra de forma demonstrativa os grandes programas relacionados à área florestal do Governo do Estado do Acre (Figura 15).



Governo do Estado do Acre

Figura 15. Territórios de atuação dos Programas florestais do Estado do Acre



Fonte: UCEGEO, 2017.

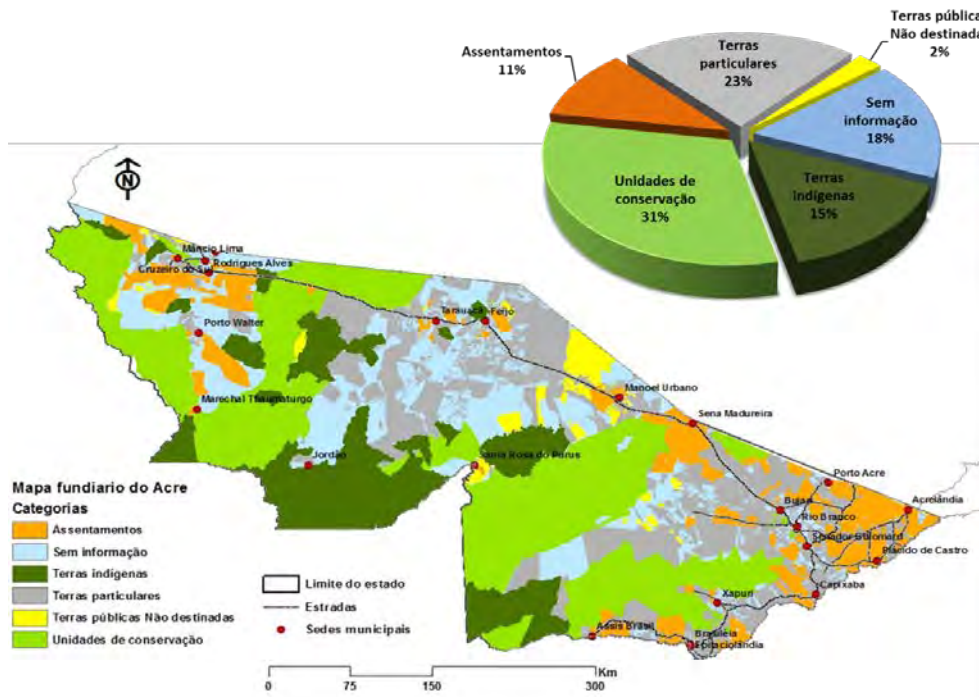
1.3. Dimensão Programática

Nesta segunda fase o Programa REM continuará adotando a abordagem já adotada para a repartição de benefícios da primeira fase. O (1) critério de fluxo, em que os benefícios de REDD+ são distribuídos de acordo com a contribuição à redução do desmatamento, privilegiando aqueles que historicamente desmataram e passaram a desmatar menos e que devem ser incentivados a adotar práticas que reduzem o desmatamento; a (2) abordagem de estoque, na qual são premiados aqueles que detêm e protegem os maiores estoques de floresta, e a (3) abordagem estoque-fluxo programático, que combina esses dois critérios, aproveitando a estrutura de programas já existentes no Estado.

A aplicação desta abordagem para a alocação de benefícios é orientada, de forma geral, por dados de desmatamento e de estoques de floresta nas diferentes formas de ocupação do território do Estado do Acre (Figura 16).



Figura 16. Distribuição espacial das principais categorias fundiárias do estado do Acre

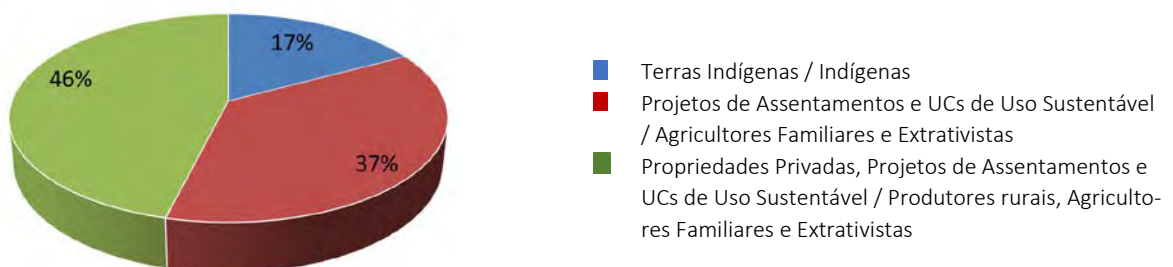


Fonte: Alencar e Castro/Ipam, 2017.

Uma análise de estoque-fluxo baseia-se na quantidade de recursos florestais (estoque) e na redução do desmatamento (fluxo) de cada uma das categorias fundiárias. Em uma abordagem seguindo somente o critério de fluxo, a distribuição de benefícios iria beneficiar principalmente proprietários privados (pecuaristas) e agricultores familiares (assentados de reforma agrária e extrativistas). Seguindo uma lógica de estoque, áreas protegidas e seus moradores (especialmente seringueiros e ribeirinhos) e terras indígenas receberiam uma proporção bem maior dos benefícios, porém os agricultores familiares teriam reduzida a sua proporção dos benefícios. Combinando os dois critérios, espera-se que exista uma indicação de distribuição mais equilibrada de repartição de benefícios, sendo esta a abordagem seguida para implementação do Programa REM.

Considerando esta estratégia e os projetos previsto para esta segunda fase, a repartição de benefícios está assim balanceada: critério de estoque 17%; lógica de fluxo 37%; combinando os dois critérios estoque-fluxo programático 46% (Figura 17).

Figura 17. Distribuição dos benefícios conforme critério estoque-fluxo programático do Programa REM Fase 2



O monitoramento da aplicação dos recursos seguindo a abordagem estoque-fluxo programático é aprovado pela Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) do SISA, que é um foro de participação que abriga representantes da sociedade civil, garantindo assim transparência ao processo.



1.4. Alinhamento com políticas públicas de prevenção e controle ao desmatamento

A estratégia do SISA também tem vinculação direta com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Acre (PPCD-AC), o qual está em consonância com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento Amazônico (PPCDAm).

O PPCDQ/AC está em fase de revisão e estará finalizado em outubro de 2017, as diretrizes que orientam esta revisão atualmente em curso são:

- Considerar as taxas de desmatamento nas áreas críticas, sem deixar de lado o dinamismo do desmatamento difuso no Estado, especialmente ao longo dos rios usados para escoamento da produção familiar (territorialização das áreas críticas e estratégicas);
- Priorizar as áreas passíveis de conversão;
- Associar áreas críticas e formatos de atuação institucional, a exemplo da rede de assistência técnica e extensão rural e crédito;
- Priorizar a regularização fundiária e ambiental no combate ao conflito de terras, especialmente em áreas naturais protegidas; e
- Articular com as respectivas instituições federais (Instituto de Terras e Reforma Agrária - Incra, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) para redução do desmatamento nas áreas de responsabilidade da União.

A partir destas diretrizes, foram identificadas para o novo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ/AC, período de 2017-2020, as seguintes estratégias, as quais estão refletidas em dois componentes que objetivam zerar o desmatamento ilegal até 2020:

EIXO I – Comando e Controle Ambiental, Gestão e Governança

- Fortalecimento das ações de fiscalização ambiental no Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, no Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA e no Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER, através da modernização operacional e de informação para ações integradas no meio aéreo e terrestre;
- Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais do IMAC, através da integração da base de dados do Licenciamento ambiental com a do cadastro de imóveis rurais (SICAR), e ainda com os dados do monitoramento da alteração da cobertura florestal gerados pela UCEGEO, podendo com isso realizar a fiscalização remota dos polígonos de desmatamento;
- Força Tarefa: Modernização da Unidade Central Geoprocessamento e Sensoriamento;
- Articulação entre os órgãos federais e estaduais através de um sistema de inteligência;
- Consolidação do Cadastro Ambiental Rural - CAR como instrumento de gestão e regularização ambiental dos imóveis rurais, e de controle e combate ao desmatamento e queimadas ilegais;
- Aprimoramento da gestão das Áreas Naturais Protegidas – ANP, envolvendo monitoramento, governança, fiscalização e regularização fundiária;
- Combate às invasões de terra via regularização e destinação dos vazios fundiários no Estado, em parceria com o Governo Federal;
- Aprimoramento do sistema de comando e controle do desmatamento e queimadas, integrando alternativas econômicas, como assistência técnica e crédito, além das políticas agrícolas e florestais vinculadas ao Programa de Regularização Ambiental - PRA;
- Entre outras ações complementares.

EIXO II – Incentivos Econômicos aos Sistemas de Produção Sustentável

- Incentivo aos sistemas de produção sustentáveis que contribuam com a dinamização dos serviços ambientais, fomentando a produção de proteína animal e produção agrícola;
- Implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA, priorizando o uso econômico das áreas de passivo ambiental, especialmente em Áreas de Preservação Permanente - APP e Áreas de Reserva Legal



- ARL, com prioridade para as áreas da Bacia do Rio Acre e áreas críticas de desmatamento no Estado, os assentamentos e as áreas de posse rural;
- Ampliação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, conduzido pela Secretaria de Estado da Produção Familiar - Seaprof;
- Fortalecimento e ampliação do manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável público, empresarial e comunitário;
- Entre outras ações complementares.

1.5. Estratégia REM (continuidade e inovações)

As atividades definidas para o Programa REM, em relação às atividades produtivas, são bastante amplas e incluem: i) formação e apoio a organização de produtores; ii) assistência técnica; iii) custeio e investimento para produção sustentável; iv) infraestrutura econômica para a produção sustentável (armazenamento, transporte e melhoria de ramais); v) implementação de ações culturais que valorizam o pertencimento dos extrativistas e indígenas à vida na floresta; vi) desenvolvimento de design aos produtos vinculando-os a uma identidade cultural, incluindo gastronomia de baixo carbono, artesanato de origem florestal como forma de agregar valor aos elos finais das cadeias produtivas; vii) ações que promovam a intensificação sustentável da bovinocultura e o desenvolvimento da piscicultura; viii) implantação de sistemas integrados de agroenergia; e ix) apoio ao turismo de base comunitária.

Portanto, haverá a continuidade das atividades já executadas na primeira fase, visando a consolidação ou ampliação do território onde foram inicialmente implantadas, ou ainda a ampliação do público beneficiário.

Novas cadeias de valor serão apoiadas, como a do bambu, cacau silvestre e de óleos florestais amazônicos. Dentre as novas atividades, está a implementação do PRA-Acre junto aos imóveis rurais localizados no interior da Floresta Estadual do Rio Gregório, de forma a demonstrar a viabilidade de tecnologias agroflorestais para restauração de passivos ambientais e inibir o avanço do desmatamento, utilizando um Fundo de Financiamento Rural em uma estratégia de *holding* a ser estruturado, visando o financiamento de ações integradas à regularização ambiental rural e ao fomento produtivo rural.

O Fundo é um veículo de investimento destinado à oferta de financiamento a atividades de impacto socioambiental, relacionadas à produção rural ou ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Diferente de diversas iniciativas voltadas ao custeio de projetos de impacto, este Fundo tem como premissa a obtenção de retorno financeiro a partir dos projetos selecionados, revertendo-se os resultados decorrentes ao financiamento de novas iniciativas e projetos e fomentando a inclusão de produtores e comunidades nos mercados formais de crédito.

Esse modelo tem também como objetivo fazer do Fundo um veículo autossustentável, contemplando, por um lado, taxas atrativas para os produtores, e de outro, a viabilização de retorno sobre as operações abrangidas.

Aliada a estruturação financeira, o Fundo contará com a expertise do Instituto Ventura para a seleção e gerenciamento de projetos de impacto, contemplando toda a análise e assistência técnica necessárias ao seu desenvolvimento.

Também serão experimentados sistemas biointegrados de agroenergia, visando ganhos ambientais, econômicos e sociais, se constituindo como sistema de grande importância para propriedades rurais de agricultores familiares e extrativistas.

Esse sistema utiliza os dejetos de animais e a biomassa gerada nas propriedades rurais transformando em benefícios a elas, sendo associado ainda a instalação de sistemas de energia solar (fotovoltaica), de forma a suprir as demandas energéticas das comunidades rurais. Podendo ser utilizadas no bombeamento de



Governo do Estado do Acre

água para abastecimento doméstico, irrigação de sistemas de cultivo agrícolas e agroflorestal, piscicultura; e para atender outras demandas domiciliares.

O resultado esperado é a redução significativa das emissões de gases de efeito estufa, quando comparadas às emissões que ocorreriam na ausência do projeto e também na promoção da produção sustentável pela transformação dos dejetos de animais e da biomassa em energia limpa, resultante da sua queima e geração de biogás. Além disso, pode proporcionar aos produtores rurais a utilização do biogás na geração de eletricidade, na qual o produtor receberá apoio adicional para a implementação de um gerador ou sistemas de energia solar.

O sistema consiste na utilização da biomassa e o aproveitamento dos resíduos rurais como fonte renovável e sustentável de energia. Uma dessas tecnologias é a biodigestão, que pode gerar tanto benefícios ambientais pela eliminação de resíduos dispostos de modo irregular, diminuindo a contaminação da água, do solo, e do ar, quanto sociais evitando contato humano aos resíduos e à proliferação de pragas e outras doenças correlacionadas à falta de saneamento básico, além dos econômicos que podem ser percebidos por meio da geração de energia e uso de biofertilizantes de grande importância para as pastagens e adubação em geral. Os benefícios econômicos são imensos, já que com a implantação do sistema de biodigestores haverá ganhos pela redução de energia comprada e uso dos recursos naturais para geração de energia sustentável mediante tecnologias de produção energética renováveis e mais limpas. A utilização do gás em forma de energia é uma ótima forma de redução dos gastos, sendo a tecnologia dos biodigestores para produção de energia a partir de dejetos da agropecuária em propriedades rurais e os benefícios que o tratamento e uso desses resíduos podem trazer à agricultura e ao meio ambiente, com a produção de biogás e biofertilizantes.

Os sistemas biointegrados de agroenergia serão implementados prioritariamente em área de produtores rurais já apoiados pelo Programa REM, prevendo a capacitação continuadas destas famílias para implantação, utilização e manutenção destes sistemas em suas propriedades. Para fins estruturais do Programa, as atividades relacionadas a implantação do sistema de agroenergia estarão descritos no Subprograma de Pecuária Diversificada, tendo em vista o protagonismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS), no entanto, a implantação dos sistemas estará associada às várias atividades produtivas implantadas, incluindo os outros subprogramas.

Outro tema a ser abordado será a Economia Criativa, esta está relacionada a atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos que produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico.

Uma parte das atividades ligadas à economia criativa vem do setor de cultura, moda, *design*, música e artesanato; portanto as novas atividades de turismo de base comunitária, incluindo a gastronomia de baixo carbono, artesanato e design são inovações ao Programa e todas elas se constituem em atividades que valorizam os produtos e serviços da floresta. Serão beneficiados com estas ações famílias do PDS Croa; Seringal Cachoeira; moradores do entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor; das aldeias indígena do Mutum, Nova Esperança e Lago Lindo.

Dentre os projetos relacionados ao Turismo de Base Comunitária serão desenvolvidas atividades relacionadas à Gastronomia, sendo esta definida como *“conhecimento fundamentado de tudo que se refere ao homem na medida em que se alimenta, ramo que abrange a culinária, as bebidas, os materiais usados na alimentação e, em geral, todos os aspectos culturais a ela associados; inclui não só a forma como os alimentos são preparados, mas também como são apresentados”* (Brillat-Savarin, 1995). Desta forma, o conceito de Gastronomia de Baixo Carbono inclui os aspectos descritos acima quando utiliza os produtos das cadeias produtivas da sociobiodiversidade apoiadas pelas políticas públicas do Estado em bases sustentáveis. Por sua especificidade, é necessário incluir não apenas os serviços de fornecimento de alimentos prontos, mas situar a Gastronomia em toda sua área de abrangência do conhecimento, desde o modo de produção dos seus insumos, práticas e conhecimento relacionados com a arte culinária.



Governo do Estado do Acre

Desta forma serão desenvolvidas competências profissionais com o intuito de difundir a Gastronomia de Baixo Carbono praticada no Estado, incorporando aspectos culturais e regionais, como a cultura e alimentação, incluindo a indígena, seus pratos e produtos; os óleos florestais ainda tão pouco explorados e as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs); também serão oferecidos cursos de formação inicial nas comunidades aonde serão desenvolvidos os Planos Estratégicos de Turismo, vinculados às estratégias de desenvolvimento regional. Sendo a Escola de Gastronomia e Hospitalidade do Estado do Acre o laboratório adequado para desenvolver esta atividade a partir dos cursos já desenvolvidos pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional e Tecnológico Dom Moacyr (IDM).

Outra atividade proposta trata-se da revitalização/reactivação das cozinhas comunitárias, estas, em um total de três, já estão construídas em áreas da periferia da Cidade, próximas a polos agroflorestais, tendo capacidade de beneficiar diretamente as mulheres moradoras/produtoras dos Polos Agroflorestais para trabalhar nestas cozinhas, mas também consumindo parte dos insumos produzidos nestes polos, beneficiando também de forma direta, as famílias que moram no local e sobrevivem da agricultura familiar. Boa parte das famílias que vivem nas periferias têm alto grau de vulnerabilidade e vieram da área florestal, mas mantendo um forte vínculo com a área rural e quando não encontram no meio urbano forma de se manter, voltam para as antigas áreas voltando a fazer pressão sobre os recursos naturais. Para estas mulheres serão ofertados cursos de gastronomia sustentável (aproveitamento total dos alimentos), incluindo ainda o conceito da gastronomia de baixo carbono.

Atividades vinculadas à Economia Criativa são desenvolvidas no final da cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não madeireiros (madeira, látex, bambu, sementes, fibras etc.) promovendo a competitividade dos setores envolvidos nestas cadeias produtivas por meio da inovação de produtos e processos com foco no mercado. Neste contexto, o investimento em *design* mostra-se um poderoso aliado da indústria, como ferramenta de inovação e de diferencial, criando uma identidade acreana para os produtos produzidos no Estado, essencial para que os produtos se incluam em novos nichos de mercado.

Estes projetos também estão relacionados à produção rural de baixo carbono, se constituindo em modelos que reduzem a emissão de gases do efeito estufa, contribuindo, portanto com a diminuição da pobreza, promovendo a garantia da segurança alimentar, fortalecendo os sistemas de produção agrícola e florestal, reconhecendo os direitos dos povos indígenas à terra e aos recursos naturais, e ainda conservando a biodiversidade, a água e o solo.

1.6. Complementaridade do portfólio com outros doadores

No período de 1999 a 2005 o Acre passou por profundas transformações para que o impacto na redução da taxa anual do desmatamento pudesse se expressar a partir de 2006. Nesta fase, o Governo implantou a maior parte da infraestrutura e dos arranjos institucionais necessários ao fortalecimento da produção e das políticas sociais, bem como melhorou a capacidade de gestão, visando a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas.

Portanto, foram realizados investimentos estratégicos em estradas, pontes, energia, indústrias, geração de tecnologia, promoção de negócios e capital humano, com destaque para o asfaltamento das rodovias federais, que possibilitam a interligação leste-oeste do Estado (BR 364) e a conexão do Brasil com o Peru através da Estrada do Pacífico (BR 317). Ao mesmo tempo, foram criadas florestas estaduais de exploração, bem como foi ampliada a base para atração consolidada dos investimentos industriais. As medidas adotadas visavam a transformação da base econômica do Estado no sentido do estabelecimento de uma economia florestal.

O maior desafio estava na economia, estabelecido pelo abandono e destruição da infraestrutura produtiva criada na década de 1970. Como resultado, nos anos 90, o Estado estava desprovido de condições mínimas para planejar e implementar políticas de desenvolvimento econômico. Mesmo assim, medidas foram



tomadas para prestar apoio aos trabalhadores rurais. A maior de todas foi o fortalecimento do extrativismo com a criação da Lei Chico Mendes, na qual os seringueiros passaram a contar com um subsídio que tornou a borracha acreana novamente competitiva no mercado.

Ao mesmo tempo, perante o eminente avanço do desmatamento como base para as principais atividades econômicas no Estado (agricultura e pecuária extensiva) a partir do asfaltamento da Estrada BR 364, conectando o Acre ao resto do Brasil, na década de 1990, inserindo o Acre no denominado Arco do desmatamento, era preciso iniciar o planejamento ambiental e territorial. Portanto, foi desenvolvido o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) – AC.

No período de 1999 a 2003, foi realizada a primeira fase do ZEE, que compreendeu a elaboração de um diagnóstico, abrangendo toda a área do Estado, com a geração de produtos cartográficos na escala 1:1.000.000, que permitiu definir as potencialidades e restrições para o uso dos recursos naturais. Desta forma, o ZEE, desde 1999, é o principal instrumento de gestão territorial para uma nova ordem territorial, com o objetivo de orientar as políticas públicas estaduais.

Estes investimentos, o ZEE e as políticas públicas elaboradas e implementadas para promoção do extrativismo, permitiram conter o avanço acelerado do desmatamento no Acre, mesmo perante o asfaltamento da BR 364, da BR 317 e do aumento populacional que no período de 1991 a 2007 aumentou em mais de 50%, passando de 417 mil habitantes para 655 mil habitantes (IBGE, 2010), mantendo as taxas anuais de desmatamento na média de 0,36%.

A seguir são listadas algumas ações e instrumentos executados entre 1999 a 2005:

- Estudos de detalhamento do Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II (escala de 1:250.000);
- Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI);
- Instituição e Manutenção de Comissões e Conselhos participativos (Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE); Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT e Conselho Florestal Estadual);
- Criação do Fundo Estadual de Florestas;
- Criação da Lei Estadual de Recursos Hídricos;
- Instituição da Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA);
- Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Uso do Fogo;
- Licenciamento de assentamentos humanos com vista ao ordenamento fundiário;
- Fortalecimento do monitoramento e da fiscalização ambiental;
- Revisão do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental das Rodovias BRs 364 e 317;
- Etnolevanteamento dos Recursos Naturais em Terras Indígenas;
- Apoio ao Projeto de Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas do Acre;
- Apoio a identificação, delimitação e proteção de áreas e terras indígenas já existentes;
- Apoio às ações de proteção a índios isolados;
- Criação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP);
- Criação do Parque Estadual Chandless;
- Criação de três Florestas Estaduais;
- Criação de Áreas de Proteção Ambiental; dentre outras.

Com o objetivo de garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado, a partir de 2006, foi dada ênfase no fortalecimento da capacidade do governo e sociedade para gestão ambiental e consolidação de uma economia limpa, justa e competitiva com forte base florestal e agroecológica, pautado na implementação do ZEE, com preservação e conservação de seu ativo socioambiental e florestal.



Governo do Estado do Acre

Usando como base o ZEE/Fase II e a política pública voltada para a valorização do ativo ambiental florestal, são definidas as ações, planos e programas que compuseram o Plano Plurianual 2008 – 2011⁴ bem como o PPCD/AC dentro de uma estrutura programática, à época, em 3 eixos principais:

- Eixo de Ordenamento Territorial e Fundiário;
- Eixo de Cadeias Produtivas e Práticas Sustentáveis; e
- Eixo de Monitoramento e Controle.

As ações planejadas no âmbito destes três eixos permitem o fortalecimento da economia florestal e agroflorestal sustentável, considerando o contexto global de mudanças climáticas e as estratégias de repartição dos benefícios oriundos dos ativos florestais e da biodiversidade, compreendidos em seus 14 milhões de hectares de florestas primárias, dentre as quais estão os 7,5 milhões na forma de áreas protegidas.

As políticas públicas descritas na estratégia do primeiro período de governo têm continuidade na nova gestão (2011 – 2014), cujo Plano Plurianual (2012 – 2015) teve por objetivo aprofundar o processo de desenvolvimento sustentável do estado do Acre. As políticas e medidas adotadas nos períodos de gestão anteriores à criação do Programa ISA Carbono são implementados de forma continuada e complementados ou aperfeiçoados como componentes do Eixo Estratégico de Economia Sustentável do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 - 2015. Este eixo compreende duas grandes áreas de resultado: a de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente, visando conciliar desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente e fazer da proteção do patrimônio ambiental uma alavanca para elevar as condições da qualidade de vida da população.

Estas políticas públicas tiveram sua continuidade na atual gestão, cujo Plano Plurianual (2016 – 2019), Lei Estadual nº 3.100, de 29 de dezembro de 2015, as quais estão refletidas no Eixo Economia Sustentável que é composto pelos seguintes Programas: 1) Programa Industrialização; 2) Programa Desenvolvimento das Cadeias Produtivas; 3) Programa Comércio e Turismo; 4) Programa Gestão Ambiental; 5) Programa Gestão Florestal; 6) Programa Economia de Baixo Carbono; e 7) Programa Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O quadro a seguir traz as ações que estão sendo executados pelo Governo do Estado por meio de outros programas / parceiros / doadores (Quadro 1), sendo estes também orientados pelo PPA (2016-2019):

Quadro 1. Portfólio de Investimentos Sustentáveis em Cadeias Produtivas, Atividades de Comando e Controle, Conservação Florestal e de Apoio a Meios de Vida Sustentáveis no Acre

PROGRAMA	OBJETO	CONTRATAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO	FINANCIADOR / DOADOR	VALOR
<i>Projeto Acre: Incêndios Florestais Zero</i>	<i>Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no Estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os Batalhões de Educação, Proteção e Combate a Incêndios Florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.</i>	<i>05 de jul de 2012 24 meses, finalizado em dez de 2016</i>	<i>Fundo Amazônia / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES</i>	<i>R\$ 13.337.700,00 dos quais R\$ 57.000,00 de Recursos Próprios</i>
<i>Projetos de Valorização do Ativo Ambiental e Florestal</i>	<i>Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no</i>	<i>19 de nov de 2010 36 meses, em prorrogação até out de 2017</i>	<i>Fundo Amazônia / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e</i>	<i>R\$ 63.757.461,00 dos quais R\$ 6.700.000,00 de Recursos Pró-</i>

⁴LEI Nº 1.972 de 27 de dezembro de 2007.



Governo do Estado do Acre

	Zoneamento Ecológico Econômico.		Social - BNDES	prios
Programa de Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre - SANEAC	Tem como objetivo ampliar a cobertura do saneamento básico e reduzir o índice de doenças causadas pela poluição das águas e do solo, além de promover ordenamento e as condições de infraestrutura adequadas das cidades garantindo o acesso aos bairros, vias urbanas e prédios públicos. Promover a pavimentação em todas as vias que não possuem qualquer tipo de intervenção (pavimentação, saneamento básico) do Estado.	07 de fev de 2014 36 meses, até fev de 2017, em prorrogação	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	R\$ 267.973.563,87 dos quais R\$ 27.311.563,87 de Recursos Próprios
Etapas de desenvolvimento da cadeia produtiva de três oleaginosas com potencial fitoterápico na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema	Apoiar financeiramente a pesquisa e desenvolvimento das cadeias produtivas dos óleos de açaí-solteiro, castanha-do-brasil e copaíba.	17 de set de 2015 18 meses, até mar de 2017, em prorrogação	Banco da Amazônia S/A - BASA	R\$ 140.570,20 somente BASA
Programa de Regularização Ambiental do Acre - CAR	Apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado do Acre.	13 de nov de 2013 24 meses, em prorrogação até nov de 2018	Fundo Amazônia / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$ 16.838.000,00 somente FA/BNDES
Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PIDS	O PIDS, constitui-se em um instrumento para consolidar o desenvolvimento sustentável do Estado, que tem baseado suas ações em políticas de fortalecimento da economia florestal com inclusão social. Recursos destinados aos programas “Saneamento Integrado”, “Infraestrutura Urbana e Social”, “Fortalecimento Econômico da Produção Rural Familiar”, “Ecoturismo”, “Desenvolvimento do Setor Industrial e Fortalecimento Econômico Regional” e “Modernização do Sistema de Gestão Pública”.	09 de dez de 2011 7 anos, até dez de 2018	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	R\$ 712.400.000,00 dos quais R\$ 71.240.000,00 de Recursos Próprios
Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROIN-VESTE	Tem como foco principal reduzir os impactos da perda de receita e ampliar a capacidade de novos investimentos no Estado, garantindo a execução dos principais programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA).	17 de dez 2012 6 anos, até dez de 2018	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	R\$ 383.202.882,73 somente BNDES
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II	Aumentar a contribuição do setor florestal e agroflorestal ao crescimento econômico e à redução da pobreza no Estado do Acre, mantendo o controle sobre o desmatamento no Estado.	17 de julho de 2013 60 meses, até jul de 2018	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$ 120.000.000,00 dos quais US\$ 48.000.000,00 de Recursos Próprios
Centro Vocacional Tecnológico do Bambu (CVT Bambu)	Apoiar a pesquisa, inovação e aproveitamento econômico sustentável do bambu.	31 de dez de 2014 48 meses, até dez de 2018	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	R\$ 2.600.000,00 dos quais R\$ 189.600,00 de recursos próprios
Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER	Ampliar o manejo florestal sustentável; desenvolver a economia regional de base florestal por meio de investimentos público privados, aumentando a atratividade do Estado no cenário nacional; e fortalecer as instituições responsáveis pela execução da política e a gestão florestal.	17 de mar de 2016 48 meses, até mar de 2020	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	US\$ 187.500.000,00 dos quais US\$ 37.500.000,00 de Recursos Próprios

1.7. Critérios de Elegibilidade para os Subprogramas/Atividades

A Lei Nº 2.308/2010 estabeleceu os critérios que regem a repartição de benefícios oriundos do SISA e portando do Programa ISA Carbono.



Governo do Estado do Acre

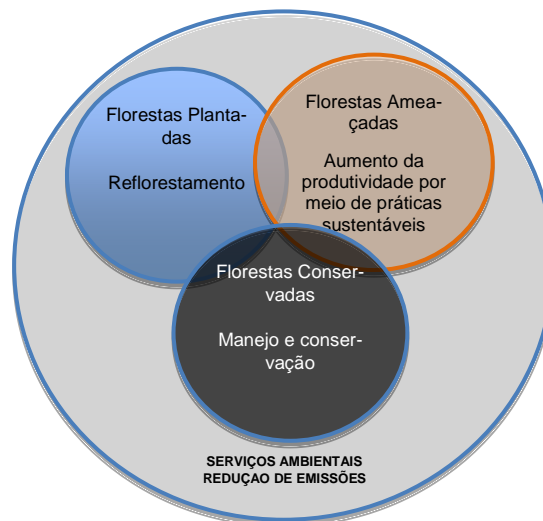
Considerando que a referida Lei, na Seção III, Art. 4º, qualifica os beneficiários do SISA como sendo todos aqueles que promovam ações legítimas de preservação, conservação, recuperação e uso sustentável de recursos naturais, adequadas e convergentes com as diretrizes desta lei, com o ZEE/AC, com a Política Estadual de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e com o PPCD/AC; o modelo de repartição de benefícios baseia-se na abordagem de estoque-fluxo programático que considera não somente a redução de fluxo de emissões, mas também a manutenção do estoque florestal.

Assim, o programa estrutura seus mecanismos de repartição de benefícios a partir de incentivos na forma de custeio de ações e intervenções que levem a manutenção e incremento de serviços ambientais considerando as diferentes situações de pressão a que estas florestas estão submetidas como:

- Florestas ameaçadas pela fronteira agrícola, a partir da inserção e/ou consolidação de práticas produtivas sustentáveis;
- Florestas conservadas, aptas ao manejo de produtos madeireiros e não madeireiros e conservação da biodiversidade; e
- Florestas plantadas, visando a recuperação de serviços ambientais e produção florestal em áreas já desmatadas.

A Figura 18 representa as diferentes situações com as respectivas abordagens visando a provisão de serviços ambientais, como a redução de emissões de CO₂ oriundas do desmatamento e degradação florestal.

Figura 18. Três dimensões de abordagens necessárias à provisão de serviços ambientais do território



Com base nestes três cenários, os investimentos do SISA poderão ser setoriais (agricultura, floresta, pecuária, etc.), temáticos (cadeias produtivas) ou territoriais (áreas sob risco extremo de desmatamento). Para atender ao princípio de distribuição equilibrada e criteriosa de benefícios, o sistema considerará duas questões importantes: (1) a distribuição das categorias fundiárias no Estado e (2) os setores (extrativista, agrícola, florestal e pecuário). A combinação destes dois pontos resulta na valorização da floresta e na diminuição da pressão por novos desmatamentos.

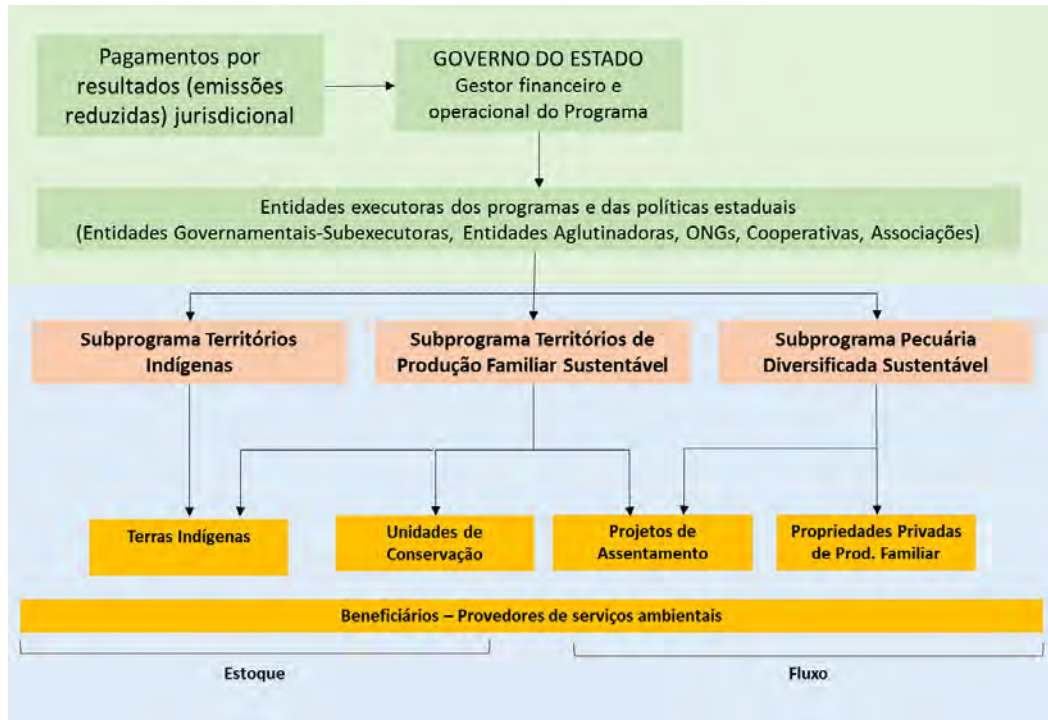
A repartição de benefícios operacionaliza-se por meio dos Subprogramas. Os Subprogramas desdobram-se em Planos de Ação de caráter estratégico que devem contribuir com a redução de desmatamento e degradação em um setor econômico específico de cadeias produtivas (agricultura, floresta, pecuária etc.), ou em áreas temáticas como territoriais (áreas sob risco extremo de desmatamento, terras indígenas, reservas extrativistas etc.). Projetos podem ser parte de um Plano de Ação ou uma iniciativa particular de uma determinada unidade produtiva. A Figura 19 mostra essa distribuição, chamada abordagem programática, isto é, uma repartição via projetos que atendam às necessidades de cada subprograma (Territórios Indígenas, Terri-



Governo do Estado do Acre

tórios da Agricultura Familiar Sustentável e Pecuária Diversificada Sustentável) do Programa Isa-Carbono, devendo desta forma realizar a transição para usos da terra que não dependam de desmatamento.

Figura 19. Distribuição de benefícios pautada na estratégia de estoque-fluxo programático



Os incentivos do SISA, via Programa REM, também são orientados pelos seguintes critérios:

- Impacto ambiental positivo, não pode gerar novos desmatamentos;
- Pelo menos 70% dos recursos devem ser revestidos no nível local;
- Eficiência operacional na implementação: requisitos para implementação e monitoramento; relação entre custos e benefícios;
- Salvaguardas REDD+ e salvaguardas operacionais;
- Impactos socioeconômicos positivos (melhoria das condições de vida dos grupos-alvo);
- Eficiência operacional do SISA (evitando complicações que resultem em custos adicionais);
- Assegurar os princípios da boa governança (transparência, publicidade e uso eficiente dos recursos);
- Prioridade geográfica em relação aos territórios críticos ao desmatamento;
- Coerência com as políticas públicas vinculadas ao SISA, incluindo o PPCDQ/AC;
- Equilíbrio na distribuição dos recursos no âmbito do portfólio de investimentos; e
- Análise de riscos de implementação, incluindo aspectos ambientais (mudanças climáticas) e de sustentabilidade financeira.

1.8. Assistência Técnica e Extensão Rural diferenciada e empoderamento de Jovens e Mulheres

No ano de 2012 foi sancionada a Lei Federal nº 12.651 (Novo Código Florestal) com o propósito de regular a proteção da vegetação nativa, áreas de preservação permanente, uso restrito, reserva legal, exploração florestal, suprimento de matéria prima florestal, controle da origem dos produtos florestais e prevenção dos incêndios florestais, prevendo ainda instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.



A plena consecução desta Lei, requer que a ATER praticada pelos técnicos se renove, para muito além de compreender a nova legislação e, conseqüentemente, as práticas adotadas na extração e produção advindas da área rural.

O Cadastro Ambiental Rural – CAR, definido como um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento⁵.

O novo Código Florestal estabeleceu também que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de propriedades e posses rurais com objetivo de adequá-las aos termos da Lei⁶, funcionando como uma espécie de regra de transição para solucionar os passivos florestais ao longo do tempo.

O planejamento do PRA no Estado do Acre adotou como principal premissa que a restauração de passivos florestais em imóveis rurais da agricultura familiar, deve conciliar resultados ecológicos e econômicos na área objeto da regularização, conforme incentivado pelo próprio Código Florestal⁷.

Desta forma, será necessário que a assistência técnica vinculada ao PRA-Acre ofereça o assessoramento técnico necessário, por meio do Projeto de Recomposição de Áreas Alteradas e Degradadas – PRADAs, para que a obrigação legal de restauração florestal sirva como uma oportunidade para o agricultor familiar desenvolver novos modelos de produção agrícola, baseado principalmente em aplicação de tecnologias agro-florestais para recomposição de passivos florestais.

Destaca-se, ainda, que o Termo de Compromisso Ambiental – TCA resultado do PRADA, e que será celebrado com o proprietário ou possuidor do imóvel rural, por intermédio da assistência técnica, terá a função de inibir o avanço do desmatamento e a conseqüente produção de novos passivos florestais, bem como induzir o produtor a replicar o modelo agroflorestal financiado ao longo do cronograma⁸ de regularização ambiental.

Frente ao complexo cenário das práticas de ATER no Estado, busca-se a definição de um melhor modelo, com base nos princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER), no intuito de orientar a superação de práticas atuais que se distanciam de uma prática emancipadora.

No âmbito do Programa REM a estratégia é inserir o jovem na assistência técnica e monitoramento do seu território. Inicialmente, através de formação continuada (cursos, oficinas, encontros e intercâmbios) para em seguida atuarem no assessoramento aos produtores.

A estratégia de ATER, em fase de desenvolvimento, a ser adotada pelo Programa REM deve basear-se na inovação e disponibilização de tecnologias sustentáveis, baseia-se no contexto cultural do produtor; conhecimento tradicional como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos e transformação da realidade; no planejamento participativo, considerando a autonomia dos produtores na escolha das melhores práticas; o fomento a organização comunitária; a formação baseada num processo educativo investigativo e emancipador; educação ambiental; e valorização e respeito à diversidade, com relação as questões étnico raciais, afetivo sexuais e de gênero, problemas recorrentes no campo.

⁵ Definição constante no Capítulo VI, Art. 29, da Lei Federal nº 12.651/2012.

⁶ Definição constante no Capítulo XIII, Art. 59, da Lei Federal nº 12.651/2012.

⁷ Art. 66, § 3º da Lei Federal 12.651/2012 prevê que a recomposição de passivos florestais em reserva legal poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal (...).

⁸ O Art. 66 § 2º da Lei Federal 12.651/2012 prevê a possibilidade de recomposição do passivo florestal em até 20 anos, abrangendo, a cada 2 anos, no mínimo 1/10 da área necessária à sua complementação.



Governo do Estado do Acre

Importante destacar que para as atividades produtivas dos três subprogramas, haverá a promoção ativa da igualdade de gênero e o fortalecimento do poder da mulher. Igualdade de gênero, neste contexto, significa que as mulheres e os homens terão as mesmas oportunidades e condições para o exercício de seus direitos e para atingir suas potencialidades sociais, econômicas, políticas e culturais, o que requer ações que se dirijam para a equidade. Esta, por sua vez, implica uma distribuição social dos benefícios ou dos recursos capazes de reduzir as diferenças que ainda existem entre os homens e as mulheres, dando a estas a capacidade e os meios para tomar suas próprias decisões.

No caso do Programa REM, estas diretrizes se cumprem pelo igual tratamento que os órgãos do Governo do Acre têm dado à distribuição equitativa de benefícios financeiros para os envolvidos no manejo e na produção florestal, desde a primeira fase do Programa, tendo as mulheres chefes de família o mesmo direito que os homens no acesso às políticas públicas.

Diante da necessidade posta em relação ao desenvolvimento de uma ATER que contemple os desafios de atender a legislação, a implantação das políticas públicas para o setor, com retorno econômico e respeitando as premissas da sustentabilidade, no contexto das mudanças climáticas, e ainda fomentando o empoderamento das mulheres e a inclusão dos jovens pretende-se desenvolver, uma proposta de formação de agentes de ATER em parceria com organizações de ensino formal e não formal, devendo esta ter o mesmo fio condutor e resultando na elaboração e publicação de materiais informativos e realização de atividades de formação inicial e avançada, de forma continuada para estes agentes de Ater, podendo ser tanto as equipes das entidade subexecutores, aglutinadoras ou mesmo da associações e cooperativas, devendo sempre levar em conta o fomento à produção de tecnologias e de conhecimento apropriados para a agricultura familiar.

O Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr (IDM) funcionava como parte integrante da Secretaria de Estado de Educação e foi escolhido para coordenar esta proposta de ATER, em formulação, a partir de temas e conteúdos construídos com os *experts* das atividades a serem desenvolvidas pelo Programa REM.



2. ABORDAGEM DE SUBPROGRAMAS

70% dos recursos do Programa REM são destinados para as ações e atividades voltadas para beneficiários, se constituindo na estratégia para implantação dos subprogramas: Territórios indígenas; Territórios de produção familiar sustentável; e Pecuária diversificada sustentável. O primeiro subprograma é voltado para populações indígenas, para que estas possam fazer a gestão de seus territórios e atividades que conservam a floresta. O segundo é voltado para uma atividade econômica que tem papel importante como vetor de desmatamento na região, pois tem como foco os produtores familiares e ainda os extrativistas que vivem em UCs de desenvolvimento sustentável, além do desenvolvimento de atividades em áreas já desmatadas. O terceiro subprograma é voltado para pequenos e médios produtores rurais, principalmente, como forma de subsistência ou de destinar outro uso às áreas já desmatadas.

O Programa REM Fase 2 se implementará por meio destes três subprogramas já desenvolvidos na Fase 1 e contará com alguns projetos novos, além de algumas estratégias ainda não utilizadas pelo Programa REM, como a possibilidade de contemplar entidades aglutinadoras e de utilizar Fundos Rotativos visando uma sustentabilidade financeira, dando um caráter de inovação ao Programa.

2.1. SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

2.1.1. Caracterização Geral do Subprograma Territórios Indígenas

O Subprograma Territórios Indígenas⁹ objetiva promover a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, bem como a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, a diminuição do fluxo de carbono, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal nas terras indígenas. Dos 70% dos recursos do Programa REM, 17,5% são destinados aos beneficiários deste Subprograma. As ações previstas neste Subprograma são definidas em conjunto com a Câmara Técnica Indígena, instância de governança do SISA que inclui indígenas, representantes das Terras beneficiadas.

São diretrizes do Subprograma Territórios Indígenas:

- O respeito aos direitos dos povos indígenas em todas as ações e projetos ligados ao SISA, especialmente em relação às suas terras, culturas e costumes tradicionais;
- Observar a legislação pertinente, as salvaguardas socioambientais do SISA, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e os respectivos Planos de Gestão das Terras Indígenas (PGTIs);
- A inclusão de todos os povos indígenas nas ações governamentais relativas ao SISA, as quais, sempre que possível e justificável, deverão ser adequadas à realidade e às necessidades de cada povo e de cada região;
- A participação efetiva de todos os povos indígenas, por meio da CT Indígena, esta participação se dará diretamente, ou por meio de suas organizações representativas, nas ações relativas ao SISA que sejam de seu interesse, assegurado o consentimento livre, prévio e informado;
- O incentivo às ações legítimas dos povos indígenas para a redução de emissões de gases de efeito estufa oriundos de desmatamento e degradação, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal em terras indígenas, ainda que realizadas fora de projetos.

⁹ As diretrizes e os critérios elencados foram retirados dos documentos oficiais de criação dos subprogramas que integram o SISA, portanto as atividades previstas para serem executadas no Programa REM abrangem estas dimensões.



Os provedores do Subprograma Territórios Indígena são todos aqueles que promovam ações legítimas, em terras indígenas, para a redução de emissões de gases de efeito estufa oriundos de desmatamento e degradação, a diminuição do fluxo de carbono, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal.

Os beneficiários deste Subprograma são os povos indígenas de terras situadas no estado do Acre e todos aqueles que, com eles associados, e que estejam habilitados no SISA, respeitadas a legislação estadual e federal pertinente e as salvaguardas socioambientais.

Em relação aos projetos vinculados ao Subprograma Territórios Indígenas os seguintes critérios foram estabelecidos:

- Reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena;
- Reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas;
- Reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas;
- Contribuição para a manutenção dos ecossistemas nas terras indígenas por meio da proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas;
- Proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas aos povos indígenas e nas terras indígenas;
- Proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimentos dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;
- Reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física, cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas;
- Garantia do direito à consulta dos povos indígenas, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;
- Reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais que promovem em suas terras, nos termos da legislação vigente;
- Fortalecimento da governança florestal nas terras indígenas;
- Monitoramento e avaliação dos projetos implementados.



Governo do Estado do Acre

2.1.2. Caracterização dos Projetos / Atividades do Subprograma Territórios Indígenas

Estratégia				
Projetos	Objetivo Geral	Atividades	Metas	Resultados Esperados
2.1.2.1. Agentes Agroflorestais	Fortalecer a gestão ambiental e territorial nas terras indígenas, de forma a manter estoques florestais e a provisão de serviços ambientais nestas terras, por meio de ações de produção sustentável, conservação da biodiversidade, educação ambiental, vigilância territorial e assistência técnica culturalmente adequadas.	<p>Trata-se de um projeto já implementado na Fase 1 e consiste na remuneração dos agentes agroflorestais; apoio a atividades administrativas e contábeis na gestão destes projetos; e monitoramento das ações dos agentes nas terras indígena, realizado pela Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC).</p> <p>As atividades que terão duração de 5 anos, permitirão que estes agentes continuem a realizar ampla diversidade de ações com suas comunidades, dentre elas: introdução e zelo de sistemas agroflorestais, quintais e hortas, produção de mudas e reflorestamento, criação de pequenos animais, manejo de recursos florestais (palheiras), a conservação de sementes tradicionais, a vigilância territorial, bem como participação crucial nas ações de elaboração/atualização de planos de gestão e de implementação de suas ações prioritárias</p> <p>Para tanto será necessário remunerar os agentes agroflorestais das aldeias e pagar as despesas da AMAIAC (pessoal administrativo, material de consumo e diárias). Também serão necessários recursos para remunerar profissionais envolvidos na gestão administrativa e contábil. Recursos de custeio serão necessários para viabilizar o monitoramento das ações dos agentes nas terras indígenas. E, ainda, para a contratação de serviços de terceiros, a aquisição de bens de consumo administrativo e, de acordo com as atividades, o pagamento de pessoas físicas para viabilizar o monitoramento in loco das atividades dos agentes.</p>	117 agentes agroflorestais	<p>Gestão territorial e ambiental fortalecida nas terras indígenas;</p> <p>Crescente protagonismo dos agentes agroflorestais nesta gestão e na implementação de projetos comuns gerenciados pelas associações indígenas;</p> <p>Fortalecimento institucional da AMAIAC, incluindo condições para realizar monitoramento das ações dos agentes nas terras indígenas e a adequada gestão dos recursos repassados;</p> <p>Conservação de estoques florestais nas terras indígenas;</p> <p>Provisão continuada de serviços ambientais.</p>
2.1.2.2. Formação e Capacitação	Dar continuidade à formação técnica e profissionalizante de agentes agroflorestais, visando fortalecer as ações de produção agroflorestal e gestão ambiental e territorial nas terras indígenas, sendo parte desta formação dedicada a temas relacionados aos temas: mudanças climáticas, serviços ambientais, SISA e Programa REM.	<p>Trata-se de um projeto já implementado na Fase 1 e consiste de cursos presenciais de formação de agentes agroflorestais, com duração de 30 dias.</p> <p>Os cursos deverão ser realizados no Centro de Formação dos Povos da Floresta e a proposta curricular de formação dos agentes deve ser reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) ao longo dos 4 anos de implementação do Programa. Também será necessário apoio financeiro para custear o deslocamento dos agentes desde as suas aldeias até as sedes municipais e dali até Rio Branco, hospedagem e alimentação durante a estadia no Centro de Formação, assim como material de consumo para as atividades didáticas e para o asseio do Centro.</p>	4 cursos 30 agentes por curso	<p>Gestão territorial e ambiental fortalecida nas terras indígenas;</p> <p>Crescente empoderamento e protagonismo dos agentes agroflorestais nesta gestão;</p> <p>Povos mais vulneráveis (p.ex. sem PGTI; com limitada capacidade de elaborar/executar projetos), terão prioridade e receberão formação para superar esta vulnerabilidade;</p> <p>Ampliação do conhecimento de informações a respeito de temas relacionados a mudanças climáticas, serviços ambientais, SISA e Programa REM.</p>



Gov

Governmento do Estado do Acre

<p>2.1.2.3. Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs)</p>	<p>Viabilizar a implementação de ações prioritárias dos PGTIs, como estratégia para fortalecer o uso e conservação da floresta, como forma de manter as baixas taxas de desmatamento e estoque de florestas nas terras indígenas.</p>	<p>Para implementação dos Planos será necessário repassar recursos para organizações indígenas, para, de acordo com ações prioritizadas nos projetos, realizar investimentos, na aquisição de equipamentos, construção de pequenas edificações e implantação de unidades de produção, bem como de custeio, na aquisição de insumos para a produção, contratação de serviços de terceiros, aquisição de bens de consumo para gestão administrativa e, ainda, pagamento de pessoas físicas para o cumprimento das atividades, realização de treinamentos e reuniões previstas em Plano de Trabalho, durante o tempo de vigência do Programa. A capacitação para execução e gestão de projetos também será uma atividade apoiadas, visando o empoderamento destas associações para fazer gestão dos recursos que lhes são destinados.</p> <p>Conforme definido pelo CT Indígena na pactuação do primeiro Edital Indígena, continuarão a ser apoiadas como principais atividades elegíveis ações de produção agroflorestal, vigilância territorial, valorização cultural e dos conhecimentos tradicionais, empoderamento de mulheres e fortalecimento institucional das organizações e comunidades.</p> <p>Comunidades que ainda não tenham associações formalizadas ou PGTIs também serão contempladas nos editais de projetos, nas atividades de formação e nos mecanismos de remuneração para agentes agroflorestais indígenas. Mecanismos específicos para esse apoio serão definidos quando necessário (caso do segundo edital de projetos indígenas apoiado na Fase 1 do Programa REM), a partir de decisões pactuadas na CTI.</p>	<p>Lançamento de editais indígenas como instrumento de apoio à implementação de ações prioritárias dos planos de gestão, com governança aprovada pela CTI (e CEVA) e comissões formadas por membros da CTI, garantindo participação às organizações indígenas e indígenas interessadas; Projetos Indígenas implementados.</p>	<p>Gestão ambiental e territorial fortalecida nas terras indígenas, com valorização de conhecimentos e práticas tradicionais e fortalecimento de sistemas de produção;</p> <p>Quando couber, iniciativas que possam gerar ou incrementar fonte de renda nas comunidades (caso do incentivo a projetos de etnoturismo, festivais culturais e produção e venda de produtos artesanais);</p> <p>Comunidades e associações empoderadas pela possibilidade de formatar propostas no marco dos PGTIs e de protagonizar a execução local dos projetos com apoio de equipes técnicas do Governo;</p> <p>Manutenção de baixas taxas de desmatamento nas terras indígenas.</p>
<p>2.1.2.4. Formação Intercultural Diferenciada Indígena</p>	<p>Consolidar ações públicas em educação intercultural e gestão ambiental, junto às escolas localizadas nas terras indígenas, seus docentes, agentes agroflorestais indígenas e comunidades educativas.</p>	<p>Trata-se de um novo projeto e consiste em realizar processos formativos articulados entre docentes indígenas e agentes agroflorestais;</p> <p>Fomentar práticas pedagógicas interculturais inovadoras por meio das 132 escolas indígenas da rede estadual de ensino, com ênfase em gestão ambiental e valorização cultural;</p> <p>Elaborar materiais didáticos bilíngues junto à docentes indígenas e Agentes Agroflorestais, com ênfase em práticas pedagógicas interculturais para o letramento, numeramento e gestão etnoambiental e territorial em terras indígenas, pelo prazo de 2 anos.</p>	<p>132 escolas indígenas da rede estadual de ensino</p>	<p>Potencializa as 132 escolas indígenas como espaços de planejamento e desenvolvimento de práticas comunitárias voltadas à gestão etnoambiental e territorial;</p> <p>Articula projetos educacionais aos planos de gestão territoriais e ambientais nas terras indígenas;</p> <p>Favorece o assessoramento pedagógico para práticas pedagógicas interculturais</p>



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
GOVERNADOR
MARCOS KAYO
VICE-GOVERNADOR
MARCOS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO
MARCOS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO
MARCOS PEREIRA

				<p>voltadas à gestão ambiental;</p> <p>Consolida interação pedagógica entre docentes indígenas e agentes agroflorestais junto às escolas indígenas;</p> <p>Favorece a interação pedagógica dos agentes indígenas de saúde e saneamento nas aldeias onde existem docentes e agentes agroflorestais indígenas;</p> <p>Difunde conhecimentos ambientais sistematizados por agentes agroflorestais indígenas nos cotidianos escolares;</p> <p>Potencializa a temática ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas.</p>
--	--	--	--	--

Público Alvo, Foco Geográfico, Forma de Implementação			
Projetos	Público Alvo	Território Beneficiado	Responsável - Arranjo Operacional
2.1.2.1. Agentes Agroflorestais	<p>Diretamente serão remunerados 117 agentes agroflorestais, de 14 povos, que residem em 117 aldeias de 24 terras indígenas.</p> <p>Indiretamente será beneficiada toda população indígena destas 24 terras, um pouco mais de 3.890 famílias. Nelas vivem 19.462 indígenas (81,9% da população total), de 14 povos (93% do total, tendo como única exceção o povo Madijá).</p>	<p>11 municípios onde há presença indígena.</p> <p>Essas 24 terras representam 70% das terras indígenas já reconhecidas no Acre.</p> <p>Somam 1.490.015 ha (61% da extensão agregada das terras reconhecidas).</p>	<p>Subexecutora – SEMA, com acompanhamento da Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Estado do Acre e CT Indígena</p> <p>Entidade Aglutinadora - AMAIAC</p>
2.1.2.2. Formação e Capacitação	<p>Diretamente serão alcançados 30 agentes agroflorestais indígenas por curso, em 4 cursos;</p> <p>Indiretamente os moradores de suas aldeias e terras indígenas, assim como os demais agentes agroflorestais que ali atuam.</p> <p>O cálculo desse público total dependerá da seleção dos agentes a serem convocados para a formação.</p>	<p>Terras indígenas onde os agentes agroflorestais selecionados atuam.</p> <p>O número e distribuição dessas terras indígenas dependerão, portanto, da seleção dos agentes para a formação.</p>	<p>Subexecutora – SEMA, com acompanhamento da Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Estado do Acre e CT Indígena</p> <p>Entidade Aglutinadora – CPI/AC</p>
2.1.2.3. Implementação dos PGTIs	<p>O cálculo desse público total dependerá, novamente, da seleção de projetos e das terras beneficiadas, bem como dos limites de apoio financeiro por tipo de projeto, não podendo ser especificado neste momento, tendo em vista que estes detalhes serão pactuados futuramente com a CT Indígena.</p> <p>A prioridade de apoio, conforme discussões já iniciadas na CT, poderá ser dada a propostas de associações não contempladas no primeiro edital (ou que não tenham recursos de outras fontes).</p>	<p>Terras indígenas que tiverem projetos selecionados.</p> <p>O número e distribuição dessas terras indígenas dependerá, portanto, dos projetos escolhidos em edital.</p>	<p>Subexecutora – SEMA, com acompanhamento da Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Estado do Acre e CT Indígena em parceria com SEPN (devido à demanda de comercialização de artesanato) e SEP Mulheres.</p> <p>Está prevista a estratégia de contemplar Entidade(s) Aglutinadora(s) e associações indígenas por meio de convênios. A</p>



Gov

Governmento do Estado do Acre

			<i>execução direta das ações será alternativa adicional para contemplar comunidades que não tenham suas próprias associações.</i>
2.1.2.4. Formação Intercultural Diferenciada Indígena	<i>Comunidade escolar das 132 escolas indígenas da rede estadual de ensino (docentes e discentes).</i>	<i>As 132 escolas indígenas localizadas nas terras indígenas nos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.</i>	<i>Subexecutora – SEE, com acompanhamento da SEMA, Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Estado do Acre e CT Indígena</i>

Impactos, Complementariedade e Gestão de Riscos			
Projetos	Impactos	Complementariedade	Gestão de Riscos
2.1.2.1. Agentes Agroflorestais	<p><i>Os impactos serão sentidos por meio da manutenção dos serviços ambientais, da conservação e vigilância das florestas de suas terras; benefícios que também serão percebidos pelos agroextrativistas do entorno desses territórios coletivos e ainda pelos moradores das sedes municipais próximas.</i></p> <p><i>A redução do desmatamento nas terras indígenas é expressiva – histórica e anualmente reduzida, sendo intimamente associado às atividades de subsistência e à abertura de novas aldeias.</i></p> <p><i>As diversas ações dos agentes agroflorestais, e aquelas por eles coordenadas junto às suas comunidades, contribuem com a manutenção de paisagens florestais, por meio de sua conservação e uso sustentável, bem como com a recuperação e enriquecimento de antigas áreas de campos (antes destinados pelos patrões à criação de gado), de roçados, capoeiras e quintais.</i></p>	<p><i>A estratégia que subjaz ao Componente Indígena do Programa REM-KfW é parte recente, mas importante e catalisadora, de uma política de gestão ambiental e territorial vigente há mais de uma década, que tem o etnozonoamento e os planos de gestão como instrumentos de implementação de ações de produção sustentável, segurança alimentar, valorização cultural, vigilância e fortalecimento institucional nas terras indígenas.</i></p> <p><i>O Proser/BIRD e o PDSAI/BID continuarão, nos próximos anos, a viabilizar essas diretrizes e ações prioritárias, garantindo melhoria da qualidade de vida, junto com manutenção de baixas taxas de desmatamento e a preservação dos estoques florestais nas terras indígenas.</i></p> <p><i>Adicionalmente, organizações da sociedade civil, como a Comissão Pro-Índio do Acre, a AMAAIAC e a Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIW-TXA) também têm acessado recursos de programas do governo do Estado (BID) e do Fundo Amazônia/BNDES, com ações de produção (na construção de cadeias de valor da sociobiodiversidade), de assistência técnica e de formação de recursos humanos, convergentes com as diretrizes e ações da política de gestão territorial e ambiental em curso nas terras indígenas no Estado.</i></p>	<p><i>As orientações da Conferência das Partes no âmbito da COP 16 em Cancun 2010 proporcionam relevância mundial ao uso das salvaguardas especificamente em projetos de REDD+.</i></p> <p><i>A implementação das salvaguardas no âmbito do SISA e seus programas no Estado do Acre está desde o início, estreitamente orientada nos princípios e critérios da Iniciativa internacional de REDD+ SES, visando a garantir direitos fundamentais dos responsáveis pela provisão dos serviços ambientais.</i></p> <p><i>O cumprimento das salvaguardas socioambientais, previstas no Sistema (no caso dos indígenas, a garantia do pleno direito às suas terras e ao uso de sua biodiversidade; participação, consulta e mecanismos de consentimento livre prévio e informado; repartição justa de benefícios; inclusão de gênero e juventude; governança e cumprimento das leis, inclusive dos acordos internacionais), será alcançada por meio do funcionamento da CT Indígena, fortalecida pelas ações de formação, de capacitação e de implementação dos PGTIs, bem como da efetiva participação indígena no Plano de Ação de Salvaguardas e na construção de novos programas previstos no SISA.</i></p> <p><i>Em relação a implementação de formação dos</i></p>
2.1.2.2. Formação e Capacitação	<p><i>As ações dos agentes agroflorestais e aquelas mobilizadas com as demais famílias de suas comunidades, continuarão a contribuir com a manutenção das paisagens florestais, por meio de sua conservação e uso sustentável, com a recuperação e enriquecimento de antigas áreas de campos (antes destinados pelos patrões à criação de gado), de roçados, capoeiras e quintais.</i></p> <p><i>A valorização dos conhecimentos tradicionais, associada a novas técnicas de produção, bem como da relevância das atividades dos agentes, no marco das discussões das mudanças climáticas, da provisão dos serviços ambientais e das políticas construídas para garantir o reconhecimento do papel prestado por indígenas e extrativistas na manutenção da floresta em pé, constituirão importante reforço ao papel focal por eles desempenhado e às ações que, histórica e anualmente, têm garantido baixas taxas de desmatamento nas terras indígenas.</i></p>		
2.1.2.3. Implementação dos PGTIs	<p><i>O fortalecimento das ações de gestão e vigilância territorial, das formas tradicionais de produção agroflorestal, de reflorestamento, de aproveitamento produtivo de capoeiras e de adensamento de áreas alteradas, bem como investimentos feitos para o aprimoramento</i></p>		



Governo do Estado do Acre

	<p><i>dessas técnicas, junto com os processos de valorização cultural, associados a iniciativas inovadoras envolvendo produtos e serviços culturais já têm, nos últimos anos, resultado na manutenção e recuperação dos estoques florestais nas terras indígenas, e em reduzidas taxas de desmatamento destas terras indígenas.</i></p> <p><i>Conforme decisão estratégica das associações na CT Indígena são essas atividades que devem continuar a serem fortalecidas, tendo os etnozoneamentos e os planos de gestão como instrumentos a nortear as estratégias apoiadas e as ações priorizadas.</i></p>		<p><i>agentes agroflorestais e professores, é imprescindível que a proposta pedagógica esteja fortemente amparada por uma matriz curricular que contemple o fortalecimento cultural na perspectiva socioambiental, com conteúdo relacionado a mudanças climáticas e serviços ambientais.</i></p>
<p>2.1.2.4. Formação Intercultural Diferenciada Indígena</p>	<p>O projeto gera procedimentos de articulação interinstitucional entre vários entes governamentais e cria mecanismos para o fortalecimento das categorias escola, professor indígena e do agente agroflorestal indígena; e ainda articula ações pedagógicas voltadas para prestação de serviços ambientais, além de contribuir com a valorização do conhecimento tradicional.</p>		



2.2. SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTÁVEL

2.2.1. Caracterização Geral do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

O Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável¹⁰ objetiva fortalecer em cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal. Dos 70% dos recursos, 46,5% são destinados ao apoio da reestruturação produtiva de produtores familiares que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

São diretrizes do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável:

- Fortalecimento dos instrumentos de gestão do território, tais como os planos de manejo de unidades de conservação de uso sustentável e planos de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária entre outros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, consolidando o ZEE na escala da propriedade;
- A promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e o intercâmbio de experiências junto ao público alvo¹¹ do Subprograma sobre a importância da adoção de práticas sustentáveis para o uso dos recursos naturais e sua influência na mudança do clima;
- O estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de práticas, atividades e tecnologias de produção adaptadas a realidade dos produtores familiares de baixas emissões de gases de efeito estufa;
- Adoção do monitoramento participativo dos resultados das ações desenvolvidas pelo Subprograma para mensurar sua contribuição na mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas e a divulgação transparente para o conjunto da sociedade; e
- O estímulo às parcerias interinstitucionais nas diversas esferas de governo e instituições da sociedade civil e privadas envolvidas na execução, monitoramento e avaliação/divulgação das ações e resultados do Subprograma.

Os provedores deste Subprograma são os pequenos produtores familiares, os produtores extrativistas e populações tradicionais definidos pelo Decreto nº 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que promovem o desenvolvimento sustentável nos territórios definidos e indicados pelo ZEE. Os beneficiários do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável são aqueles integrados aos programas, subprogramas, planos de ação ou projetos especiais aprovados nos termos da Lei do SISA e que cumprem os requisitos neles previstos.

Os projetos vinculados a planos de ação a serem desenvolvidos neste Subprograma deverão perseguir as seguintes premissas:

- Adesão voluntária;
- Registro no CAR;
- Estabelecimento Termos de Compromisso Ambiental – TCA, com responsáveis pelos imóveis rurais no interior da Unidade de Conservação, como forma de inibir o avanço do desmatamento e a consequente produção de novos passivos florestais;
- Localização dentro do Território e Zona priorizados no ZEE;
- Cadeia Produtiva associada à área produtiva;
- Mecanismos de consulta durante elaboração;

¹⁰ As diretrizes e os critérios elencados são retirados dos documentos oficiais de criação dos subprogramas que integram o SISA, portanto as atividades previstas para serem executadas no Programa REM abrangem estas dimensões.

¹¹ O último Censo Agropecuário 2005-2006, apresenta 3.312 estabelecimentos com assentados sem titulação definitiva. Dados do MMA (2006) estima um total de 3.336 famílias nas RESEXs, as demais UCs de Uso Sustentável não possuem informação disponível.



Governo do Estado do Acre

- Participação de gênero;
- Inclusão de Salvaguardas;
- Processo de monitoramento; e
- Mecanismo de publicidade dos benefícios.

Em relação às cadeias de valor fomentadas por este Subprograma, se empreenderá uma estratégia que contribuirá para uma gestão empresarial, visando sustentabilidade financeira das cadeias de valor apoiadas pelo Programa REM.

As cadeias de valor foram assim diferenciadas: cadeias de valor de produtos florestais consolidados (borracha, castanha, murmurú e mel) e cadeias de valor a estruturar (bambu, cacau silvestre e óleos florestais). No entanto em relação à recuperação e uso de áreas já desmatadas, a estratégia de implantar SAFs e ainda o projeto Floresta Plantada em SAFs, inclui estas e outras cadeias de valor, consolidadas ou a estruturar (seringa, castanha, madeiras nativas, frutíferas, com ênfase para o açaí, entre outras), como também as cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar (mandioca, frutas, grãos entre outras).

Uma nova estratégia será experimentada nesta nova fase, a qual foi baseada na experiência das empresas *Peixes da Amazônia*, *Acreaves* e *Dom Porquito* que atuam no mesmo setor agroindustrial, estão geograficamente próximas e têm como base, modelos de negócio semelhantes, com elevado potencial de impacto social. Essas semelhanças fazem com que as empresas possuam grande sinergia estratégica e operacional, o que justificou a união das três cadeias em uma *holding* integradora da cadeia de proteína animal no Acre. A constituição dessa nova companhia, a *Proteínas de Baixo Carbono S.A.*, significa um marco estratégico e de ganho de produtividade para cada uma das três empresas permitindo diversos ganhos operacionais.

A partir desta experiência, está em curso um piloto de restauração florestal (com a implantação de sistemas agroflorestais de espécies frutíferas e madeiras nativas, para geração de renda adicional no futuro) em áreas de produtores que apresentam passivos ambientais. Neste piloto, o produtor-integrado e a empresa assinam um termo de compromisso com o desmatamento zero e, em parceria com as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEMA e SEAPROF, respectivamente), validam o Cadastro Ambiental Rural (CAR), elaboram e aprovam o Programa de Recuperação Ambiental (PRA) das propriedades. A implantação e o cumprimento do PRA será monitorado e fiscalizado periodicamente e os fornecedores que não cumprirem com o PRA serão advertidos e posteriormente impedidos de comercializar seus produtos com a companhia, caso não regularizarem sua situação. Este arranjo será utilizado nas cadeias de valor apoiadas pelo Programa. O quadro a seguir resume os projetos que serão apoiados.

Os projetos vinculados aos Subprogramas Territórios da Produção Familiar Sustentável, os seguintes critérios foram estabelecidos:

- Produtos primários que possuam uma maior produtividade comprovada;
- Mecanismos de melhores condições de distribuir os benefícios;
- Promoção de uma maior conservação do meio ambiente;
- Existência de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento da cadeia produtiva;
- Registro da propriedade ou posse no CAR, exceto para os projetos localizados em áreas públicas nas categorias de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Assentamentos Diferenciados; e
- Aptidão das áreas a serem trabalhadas;
- Disponibilidade de infraestrutura básica para viabilizar a produção e seu escoamento para transformação nos próprios territórios;
- Questões que fortaleçam a participação das mulheres e jovens nos processos decisórios e de execução dos projetos.;
- As áreas de implantação do Turismo de Base Comunitária devem possuir relevante potencial turístico natural e sociocultural;



Governo do Estado do Acre

- O subprograma deve estar em consonância com o Plano Estadual de Turismo e Lei Estadual de Turismo do Estado do Acre;
- O Destino/Produto deve estar localizado em uma das rotas turísticas identificadas pelo Ministério do Turismo no Programa de Regionalização do Turismo (“Caminhos do Acre”).



Government of Acre

2.2.2. Caracterização dos Projetos / Atividades do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Estratégia				
Projetos	Objetivo Geral	Atividades	Metas	Resultados Esperados
2.2.2.1. Cadeias Produtivas Consolidadas (Borracha, Castanha, Murmuru, Mel)	<i>Promover o fortalecimento das cadeias de valor da borracha, castanha, murmuru e mel com vistas a possibilitar o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades que vivem na floresta, e o fortalecimento de suas associações e de assistência técnica.</i>	<p><i>As quatro cadeias de valor já foram apoiadas na primeira fase do Programa. Em relação à borracha a necessidade de continuidade de apoio se dá devido à ampliação de novas áreas (municípios de Feijó, Tarauacá, Jordão, Marechal Thaumaturgo, e Cruzeiro do Sul) e ainda devido à ampliação do público beneficiado, os quais não foram contemplados na Fase 1, as atividades serão realizadas durante os 5 anos de vigência do Programa.</i></p> <p><i>O Governo do Estado vem investindo na cadeia produtiva da borracha, através da implantação da usina de beneficiamento de borracha natural Cernambi Virgem Prensado-CVP, produto primário, transformando-o em Granulado Escuro Brasileiro-GEB, produto final, no município de Sena Madureira.</i></p> <p><i>Será fortalecida a produção de preservativos (logísticas e insumos);</i></p> <p><i>Realização de oficinas de boas práticas de coleta e armazenamento de látex para os novos coletores;</i></p> <p><i>Realização de 4 reuniões de planejamento e nivelamento com extrativistas.</i></p> <p><i>Para a realização das atividades serão adquiridas 15 toneladas de anticoagulante para preservação do látex e distribuição de 700 kits de coleta e armazenamento, também será necessário o apoio de custeio para as atividades de capacitação e orientação de boas práticas.</i></p> <p><i>Será realizado o pagamento de incentivos aos serviços ambientais (CVP, Folha Defumada Líquida-FDL, látex líquido) e ainda para a cadeia de valor do Murmuru nos municípios de Rodrigues Alves e Porto Walter.</i></p> <p><i>Para a cadeia de valor da castanha serão realizadas capacitação de técnicos e produtores em boas práticas de manejo e enriquecimento de clareiras e capoeiras com o plantio de castanheiras, contando com o acompanhamento técnico das comunidades.</i></p> <p><i>Para o fortalecimento da cadeia de valor do mel serão fomentadas várias atividades: dentre elas será realizado o mapeamento dos produtores e colmeias (Arranjos Produtivos Locais – APL), visando definir estratégias de melhoria da produção, produtividade e qualidade dos produtos; também serão realizadas capacitações e assessoria aos apicultores /meliponocultores e técnicos. Para o desenvolvimento destas atividades será necessária aquisição de colmeias e utensílios específicos para a coleta e beneficiamento do mel, bem como o custeio para as atividades que envolvem os treinamentos;</i></p>	<p><i>900 famílias de extrativistas recebendo os incentivos aos serviços ambientais, conforme produção extrativista (CVP, FDL e látex líquido);</i></p> <p><i>120 famílias apoiadas com aberturas de estradas de seringa (pequenos piques na floresta), estas estradas já estão abertas, necessitando apenas de uma limpeza manual, sem uso de máquinas, fogo ou produtos químicos;</i></p> <p><i>216 famílias de extrativistas recebendo os incentivos aos serviços ambientais, conforme coleta de murmuru;</i></p> <p><i>500 famílias capacitadas em boas práticas de coleta e armazenamento de látex;</i></p> <p><i>Capacitar 360 famílias em Boas Práticas de Produção – BPP e manejo da castanha;</i></p> <p><i>Assessorar tecnicamente 1.015 meliponocultores e apicultores;</i></p> <p><i>3 Intercâmbios técnicos interinstitucionais fora do Estado;</i></p> <p><i>Capacitar 215 extrativistas, indígenas e agricultores tradicionais na criação de</i></p>	<p><i>Oferta de matéria-prima para o mercado ampliada, promovendo a melhoria de renda e condições de vida para os extrativistas dos municípios beneficiados;</i></p> <p><i>Reduzir o êxodo rural dos municípios participantes do programa de subvenção (borracha e murmuru);</i></p> <p><i>Renda de 700 famílias beneficiadas com a compra do látex;</i></p> <p><i>Matéria-prima (castanha) de qualidade ofertada ao mercado consumidor;</i></p> <p><i>Abastecimento das indústrias de beneficiamento, gerando emprego e renda;</i></p> <p><i>Meliponocultores/Apicultores assistidos e orientados nas boas práticas e técnicas de criação, manejo e comercialização do mel contribuindo para o aumento da renda familiar;</i></p> <p><i>Intercâmbio e treinamentos realizados com Melipocultores/Apicultores tendo realizado a troca de experiência e adquirido novos aprendizados no processo dos intercâmbios;</i></p> <p><i>Ampliação da atividade Apícola com aumento de 50% da oferta de mel ao mercado;</i></p> <p><i>Capacidade gerencial e operativa das entidades beneficiárias fortalecidas.</i></p>



Governo do Estado do Acre

		<p><i>Será realizado um intercâmbio na Região Norte por ano, durante 3 anos, para técnicos da cadeia produtiva do mel, junto a órgãos de pesquisa (EMBRAPA, Universidades e INPA).</i></p> <p><i>Serão realizadas Oficinas de Associativismo/Cooperativismo; incluindo apoio à Comunicação Visual das Cadeias de Valor e realização de encontros de integração institucional, avaliação e planejamento participativos das entidades beneficiárias e parceiras;</i></p> <p><i>No que diz respeito ao armazenamento da produção, atualmente existem estruturas públicas preparadas para receber a produção de grãos e castanhas. No caso dos grãos, fica sob a administração da Secretaria de Agropecuária – SEAP, a gestão de 6 silos graneleiros que dão suporte ao acolhimento da produção de milho, arroz e feijão. Com intuito de viabilizar a cadeia de valor da castanha, foram construídos 12 galpões que funcionam como entrepostos, e ainda, estão previstos a construção, com início no ano de 2017, outros 15 com recursos do BID/PDSA II. A consolidação da cadeia produtiva do mel prevê a construção de uma estrutura que funcionará como entreposto da produção de mel no Estado, esta estrutura ainda está em fase de projeto.</i></p> <p><i>Realização de treinamentos e intercâmbios e aquisição de equipamentos para equipes de ATER. Parte dos equipamentos serão disponibilizados para os produtores com o objetivo de viabilizar e qualificar a produção: na Cadeia da Borracha serão adquiridos equipamentos para o corte da seringa; na Cadeia do Mel serão adquiridos equipamentos para a extração do mel e para acondicionamento das abelhas; também serão adquiridos equipamentos que viabilizem o monitoramento das atividades, tais como notebook, tablet e GPS.</i></p>	<p>abelhas;</p> <p>4 oficinas de Associativismo/Cooperativismo;</p> <p>2 encontros de integração institucional e beneficiários.</p>	
<p>2.2.2.2. Cadeias Produtivas a Estruturar (Bambu, Cacau Silvestre, Óleos Vegetais)</p>	<p><i>Contribuir para a valorização, desenvolvimento tecnológico e manejo sustentado do Bambu como produto agrosilvicultural.</i></p> <p><i>Fomentar as cadeias de produção do cacau nativo amazônico e de óleos vegetais, para realizar processos de coleta e pré-beneficiamento de sementes e amêndoas, garantindo a produção sustentável e o controle de qualidade das matérias-primas para comercialização na área cosmética e alimentícia.</i></p>	<p><i>Estas são cadeias produtivas que não foram apoiadas na primeira fase do Programa REM.</i></p> <p><i>Em relação à cadeia produtiva de bambu pretende-se promover a pesquisa e difusão de técnicas de plantio de bambu da espécie guadua; incentivar o plantio junto a produtores rurais; desenvolver uma cesta de produtos à base de bambu; implantar duas bambuzerias; implantar sistema de gerenciamento da produção e comercialização para inserção de matéria-prima e produtos no mercado regional e nacional. Para tanto será necessário adquirir equipamentos para processamento de matéria-prima à base de bambu.</i></p> <p><i>Para a cadeia de valor do cacau silvestre, serão realizadas atividades de apoio técnico e científico; mapeamento em área de várzea na Reserva Extrativista Chico Mendes; ofertar cursos de boas práticas e capacitação em coleta e extração de cacau nativo amazônico; implantar área piloto de pré-beneficiamento em uma comunidade piloto para realização de atividades como abertura de frutos, coleta de polpa, fermentação de polpa e secagem de amêndoas; realizar análises físico-químicas das polpas / amêndoas, incluindo o fornecimento de laudos</i></p>	<p><i>Para o bambu:</i></p> <p><i>100 unidades familiares produzindo bambu;</i></p> <p><i>2 bambuzerias instaladas produzindo matéria-prima e subprodutos de bambu plantado;</i></p> <p><i>Para o cacau:</i></p> <p><i>33 famílias capacitadas em coleta, extração e boas práticas;</i></p> <p><i>1 área piloto de pré-beneficiamento para coleta, fermentação e secagem de amêndoas e polpas, implan-</i></p>	<p><i>Contribuir para que o Estado consiga fazer a transição para uma economia de baixo carbono, por meio da estruturação das cadeias de valor de novos produtos florestais sustentáveis oriundos da produção familiar;</i></p> <p><i>Promover geração de renda e segurança alimentar para os produtores rurais / florestais;</i></p> <p><i>Capacidade gerencial e operativa das entidades beneficiárias fortalecidas.</i></p>



Governo do Estado do Acre

	<p>técnicos. Para tanto serão adquiridos insumos para realização das análises das amêndoas e construção de uma unidade de beneficiamento, além de material de campo e apoio de custeio para realizar as atividades de orientação de boas práticas.</p> <p>Para a cadeia de oleaginosas se contempla as seguintes atividades: mapear e prospectar espécies oleaginosas em três áreas; realizar cursos de boas práticas e capacitação em coleta e extração de óleos vegetais; implantar área piloto de pré-beneficiamento em três comunidades para realização de atividades como coleta e secagem de polpas e amêndoas; realizar análises físico-químicas dos óleos extraídos, incluindo o fornecimento de laudos técnicos; orientar tecnicamente a produção de sabonetes artesanais; desenvolver novos produtos na área de fitocosméticos para a Saboaria Xapuri. Para tanto está prevista a aquisição de materiais de consumo como materiais de campo e de laboratório para realização das oficinas e de análises dos óleos, também será necessário o apoio de custeio para realizar as atividades de capacitação e orientação em boas práticas.</p> <p>Para que as ações que estão sendo implementadas tenham o êxito esperado, do ponto de vista econômico, social e ambiental, é imprescindível que se invista em novas estratégias de assistência técnica e extensão rural (ATER).</p> <p>Serão realizadas Oficinas de Associativismo/Cooperativismo; incluindo apoio à Comunicação Visual das Cadeias de Valor e realização de encontros de integração institucional, avaliação e planejamento participativos das entidades beneficiárias e parceiras.</p> <p>A igualdade substantiva na relação de gênero ocorrerá a partir de práticas que promovam o protagonismo e a participação equitativa e qualitativa das mulheres. Para isso há o compromisso em garantir o engajamento e o protagonismo das mulheres nos espaços decisórios; realização de encontros e oficinas entre lideranças femininas e grupos de mulheres para definir ações e avaliar o alcance e o impacto das atividades no grupo; promover a participação da juventude feminina enquanto agente de transformação da realidade local.</p> <p>Aquisição de Equipamentos para a equipe de ATER.</p>	<p>tada;</p> <p>Para as oleaginosas:</p> <p>300 famílias capacitadas em coleta, extração e boas práticas;</p> <p>1 área piloto de pré-beneficiamento para coleta, fermentação e secagem de amêndoas e polpas, implantada;</p> <p>300 análises físico-químicas realizadas; 30 Laudos técnicos fornecidos;</p> <p>4 oficinas de Associativismo/Cooperativismo;</p> <p>2 encontros de integração institucional e beneficiários.</p>		
<p>2.2.2.3. Assistência Técnica Agroflorestal e Gestão das UGAls</p>	<p>Implementar os planos de gestão das Florestas Estaduais e fomentar práticas produtivas sustentáveis no entorno dessas áreas, visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais.</p>	<p>Trata-se de uma atividade já implementada na primeira fase do Programa REM/kfW, a qual perdurará por todo o período de vigência do Programa, consiste na manutenção das atividades nas três Unidades de Gestão Ambiental (UGAls), sedes das Florestas Estaduais (do Mogno, Rio Gregório, Rio Liberdade, Antimary), administradas pela SEMA.</p> <p>Contudo, para que as Florestas Estaduais continuem buscando melhorias para o cumprimento dos objetivos para quais foram criadas, há a necessidade que suas ações sejam de implementação continuada. Assim, na segunda fase do Programa REM, se pretende, como adicionalidade em relação à fase anterior, ampliar</p>	<p>Implementar 5 Planos de Gestão das Florestas Estaduais;</p> <p>4 UGAls em funcionamento;</p> <p>Assessorar 9 associações e cooperativas de produtores locais;</p> <p>Realizar assistência técnica</p>	<p>5 Planos de Gestão das Florestas Estaduais implementados;</p> <p>4 UGAls atendendo as comunidades residentes e do entorno;</p> <p>9 associações e cooperativas de produtores locais assistidas;</p> <p>700 famílias com assistência técnica para a produção agroextrativista;</p>



Governo do Estado do Acre

	<p>de três para quatro unidades de gestão em funcionamento. Além de manter a assistência técnica para as mais de 2.000 mil famílias agroextrativistas residentes nas cinco Florestas Estaduais e entorno.</p> <p>As principais ações a serem apoiadas no que concerne a assistência técnica para a implementação dos cinco planos de gestão das Florestas Estaduais, serão:</p> <p>Acompanhamento das cadeias produtivas sustentáveis na região;</p> <p>Monitoramento dos planos de manejo comunitários;</p> <p>Identificação do potencial de produtos florestais não madeireiros na região;</p> <p>Apoio e articulação para o escoamento da produção agroextrativista na região;</p> <p>Fomento às organizações comunitárias;</p> <p>Recuperação das áreas degradadas nas unidades;</p> <p>Identificação das necessidades de capacitação das comunidades, objetivando melhorar a renda, a adoção de novas tecnologias, a diversificação da produção e a agregação de valor, mediante o beneficiamento e a transformação dos produtos;</p> <p>Levantamento periódico das ocorrências de invasões e conflitos relativos à situação fundiária da FE, definindo estratégias para a efetivação da posse da área, junto ao órgão competente;</p> <p>Promoção de educação ambiental, de modo a promover a participação das comunidades das unidades na conservação das Unidades.</p> <p>Além de contribuir com o funcionamento das UGAI em relação à infraestrutura, equipamentos e insumos.</p> <p>Para tanto serão necessários recursos com custeio para despesas com deslocamento, equipamentos e material de consumo, contratação de mão-de-obra (pessoa física e jurídica).</p>	<p>para as cadeias produtivas implementadas na região (madeira, não-madeireiros e de produtos oriundos da produção familiar);</p> <p>Recuperar 50% das áreas degradadas nas florestas estaduais;</p> <p>Desenvolver atividades de Educação Ambiental em 30% das escolas e associações das florestas estaduais e 10% do entorno;</p> <p>Atingir 50% das famílias com acesso a créditos para a produção;</p> <p>Tornar produtivas 50% das áreas convertidas em outro uso do solo nas Florestas Estaduais;</p> <p>Possibilitar o acesso a crédito-habitação para 50% das famílias legalmente reconhecidas nas Florestas Estaduais;</p> <p>Apoiar a realização de atividades de cultura e lazer periodicamente na área;</p> <p>Articular um sistema de comunicação para as Florestas Estaduais.</p>	<p>50% das áreas degradadas nas florestas estaduais recuperadas;</p> <p>Educação Ambiental nas Florestas Estaduais e entorno em realização;</p> <p>50% das famílias com acesso a créditos para a produção;</p> <p>50% das áreas convertidas nas florestas estaduais produzindo de forma sustentável;</p> <p>Crédito-habitação para 50% das famílias legalmente reconhecidas nas Florestas Estaduais;</p> <p>Atividades de cultura e lazer realizadas na área, periodicamente.</p>	
<p>2.2.2.4. Flores- tas Plantadas em SAFs</p>	<p>Ampliar o Programa Florestas Plantadas em Sistemas Agroflorestais com seringueiras e frutíferas em áreas antropizadas ou degradadas; havendo ainda o fomento à plantação de grãos e mandioca, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando a renda das famílias envolvidas nas atividades.</p>	<p>Trata-se de uma atividade já apoiada na primeira fase do Programa, pretende-se nesta segunda fase incluir novas áreas de florestas plantadas, além de atividades de treinamentos e organização social junto às comunidades.</p> <p>Em relação às frutíferas a serem implantadas será dada ênfase à cadeia de valor do açaí, para esta cadeia de valor será realizado diagnóstico, capacitações e assistência técnica a extrativistas, agricultores familiares e indígenas, visando o incentivo à produção e melhoria das boas práticas do processamento do vinho do açaí para uma comercialização de qualidade. Para tanto será necessário a aquisição de mudas de açaí e equipamentos necessários para este plantio, bem como ações de custeio para as atividades de levantamento de informações,</p>	<p>Implantar 70 hectares de área plantada de castanheira beneficiando diretamente 70 famílias</p> <p>80 famílias beneficiadas com florestas plantadas nos municípios de Epitaciolândia, Sena Madureira, Plácido de Castro, Tarauacá, Feijó e Rio</p>	<p>Redução do passivo ambiental das propriedades envolvidas para que as mesmas atendam as normas ambientais no âmbito Estadual e Federal, facilitando o acesso a linhas de crédito disponibilizadas pelas instituições financeiras;</p> <p>Áreas de clareira e/ou capoeiras enriquecidas com seringueira e castanheira com perspectiva futura de aumento de produ-</p>



Governo do Estado do Acre

		<p>capacitação e assistência.</p> <p>Nestas áreas também serão adquiridas mudas de seringueira e de castanheira-entre outras frutíferas para serem implantadas em áreas antropizadas e/ou degradadas, assim como os insumos necessários para este plantio.</p> <p>Também serão contratados serviços para realizar a destoca, aração e gradagem, manutenção de máquinas e implementos agrícolas já existentes nas comunidades, em áreas onde a técnica é permitida, conforme ZEE</p> <p>Também serão apoiadas para a cadeia produtiva da mandioca, atividades de apoio às organizações sociais, capacitação e aquisição de kits de casa de farinha e cursos de Boas Práticas de Fabricação de Farinha.</p>	<p>Branco;</p> <p>160 ha de florestas plantadas em arranjo com SAFs;</p> <p>Preparar 4.500 hectares para plantio de mandioca, utilizando técnicas sustentáveis;</p> <p>Capacitação de 350 famílias em boas práticas de fabricação da farinha, goma e manipueira.</p>	<p>ção;</p> <p>Contribuição com a manutenção de serviços ecossistêmicos, através da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas com a implantação de espécies florestais, frutíferas, incluindo grãos e mandioca;</p> <p>Ampliação e qualificação da oferta de frutos do açaí;</p> <p>Aumento da oferta de farinha no mercado e melhoria da qualidade da farinha, da goma e manipueira produzidos, aumentando a renda das famílias rurais;</p> <p>Fortalecimento das organizações sociais dos produtores e coletores de açaí; produtores de mandioca/farinha, bem como das outras espécies frutíferas que serão implantadas;</p> <p>Contribuir com a transição de uma economia de baixo carbono, por meio da ampliação das ações de mecanização agrícola (destoca, aração e gradagem) em áreas já convertidas ou abertas.</p>
2.2.2.5. Programa de Regularização Ambiental (CAR-PRA)	<p>Apoiar a implementação do PRA-Acre junto aos imóveis rurais localizados no interior da Floresta Estadual do Rio Gregório, de forma a demonstrar a viabilidade de tecnologias agroflorestais para restauração de passivos florestais e inibir o avanço do desmatamento.</p>	<p>Trata-se de uma nova atividade. Espera-se financiar a restauração florestal baseada em sistemas agroflorestais, considerando o consórcio de espécies florestais, frutíferas e culturas anuais.</p> <p>A princípio, foram definidas como espécies florestais elegíveis para a formação dos sistemas agroflorestais o Açaí (<i>Euterpe oleracea</i>), como espécies frutíferas, serão elegíveis a Banana (<i>Musa spp.</i>); Abacaxi (<i>Ananas comosus L.</i>); e o Maracujá (<i>Passiflora edulis Sims</i>), e como cultura anual será admitido o Milho (<i>Zea mays L.</i>). Os critérios para escolha destas espécies foram baseados em mercado, viabilidade econômico-financeira, aptidão agrícola na região e principalmente interesse dos produtores rurais.</p> <p>Serão elegíveis o financiamento das seguintes atividades: Capacitação e treinamento de agentes públicos, técnicos e produtores rurais; Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural; Aquisição de mudas florestais e frutíferas e sementes agrícolas; Aquisição de insumos agrícolas; Contratação de serviços de mecanização agrícola; e, Apoio à gestão e monitoramento dos resultados da atividade.</p>	<p>Apoio a recuperação de 200 hectares de passivo florestal com sistemas agroflorestais.</p>	<p>Demonstrar a viabilidade econômico-financeira de tecnologias agroflorestais perante a obrigação legal contida no PRA-Acre;</p> <p>Estabelecimento de Termos de Compromisso Ambiental – TCA, com responsáveis pelos imóveis rurais no interior da Unidade de Conservação, como forma de inibir o avanço do desmatamento e a consequente produção de novos passivos florestais;</p> <p>Induzir o produtor a replicar o modelo agroflorestal financiado ao longo do cronograma do PRA-Acre.</p>
2.2.2.6. Turismo	<p>Implantar e desenvolver o Turismo</p>	<p>Trata-se de uma nova atividade.</p>	<p>Criação, implementação e</p>	<p>Implementação e fortalecimento da prática;</p>



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

<p>de Base Comunitária¹²</p>	<p>de Base Comunitária em áreas de relevante interesse turístico e ambiental, através da criação e implementação de Planos Estratégicos de Turismo, estabelecendo a atividade como alternativa de renda e trabalho, tornando o local contemplado um destino ecoturístico consolidado, garantindo a conservação ambiental.</p>	<p>Será elaborado o Plano Estratégico de Turismo de Base Comunitária, incluindo: o diagnóstico preliminar, inventário de produtos e serviços e identificação da cadeia produtiva do turismo; diagnóstico de cenário, entrevistas e oficinas de criação coletiva do Plano; elaboração do Plano; identificação de necessidades e etapas de implementação do Plano.</p> <p>As outras ações referem-se à implementação do Plano (com base no que foi identificado pela comunidade) e inclui: aquisição de equipamentos e insumos para a viabilidade do desenvolvimento das atividades da produção associada; estruturação do espaço e do acesso; realização de cursos de qualificação profissional; e implantação de estrutura e política de preservação e educação ambiental para o Turismo.</p> <p>Também serão incluídas ações de consolidação do Plano, incluindo: execução de programa de promoção, divulgação em mídias e impressão de material gráfico; articulação com órgãos públicos e privados de gestão de Turismo; realização de Press trip e Famtour com trade turístico para comercialização dos produtos gerados; e posicionamento dos produtos agregados no mercado;</p> <p>Serão sistematizados e catalogados os fornecedores dos produtos alimentícios florestais e da agropecuária do Estado para o Centro-Escola de Gastronomia e Hospitalidade do Estado;</p> <p>Serão ofertados Cursos de Gastronomia de Baixo Carbono nas cozinhas comunitárias, garantindo o aumento do consumo de produtos de produtores locais;</p> <p>Promoção de Festival Internacional de Gastronomia de Baixo Carbono e Alta Inclusão Social;</p> <p>Serão incluídas ações de monitoramento do Plano, por meio de oficinas e visitas periódicas para verificação da execução correta da atividade e realização de ajustes, caso necessário.</p> <p>Para desenvolver estas atividades será necessária aquisição de equipamentos, insumos, estruturação e acesso ao local; custeio para realização de cursos de qualificação, oficinas de construção do plano, realização de visitas técnicas de diagnóstico e monitoramento; custeio para implementação do plano de promoção e atividades de consolidação do Plano.</p> <p>Custos com custeio para realização dos cursos, como também os recursos necessários para consultorias para realização das capacitação em gastronomia de baixo carbono e ainda os insumos necessários para realização destas capacitações, incluindo aqueles a serem realizados nas cozinhas comunitárias em Rio Branco.</p>	<p>monitoramento de 04 Planos de Orientação para o Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária;</p> <p>Catalogar fornecedores dos produtos alimentícios florestais e da agropecuária do Estado;</p> <p>Promoção de um Festival Internacional de Gastronomia de Baixo Carbono e Alta Inclusão Social;</p> <p>Oferta de 35 edições do Cursos de Gastronomia nas cozinhas comunitárias, atendendo até 25 alunos por edição, garantindo o aumento do consumo de produtos de produtores locais.</p>	<p>ca de turismo nas comunidades selecionadas, proporcionando assim uma nova alternativa de renda e trabalho, melhorando a qualidade de vida das populações tradicionais, além de consolidar o arranjo produtivo local e a produção associada ao turismo, de forma a ser replicado em outras localidades, envolvendo novas comunidades.</p>
<p>2.2.2.7. Design</p>	<p>Melhorar o desempenho da econo-</p>	<p>Trata-se de um novo projeto, se prevê a realização de um curso/oficina visando</p>	<p>Desenvolver 4 linhas de</p>	<p>Criação e melhoria dos processos de</p>

¹² Definido pelo Ministério do Turismo como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando a apropriação por parte desses beneficiados advindos da atividade turística.



Governo do Estado do Acre

<p>em Produtos Madeiros</p>	<p><i>mia local por meio da agregação de valor aos produtos fabricados (com uma marca acreana) pelo setor moveleiro de Cruzeiro do Sul;</i></p> <p><i>Criar pequenos objetos representativos dos saberes da floresta acreana, utilizando resíduos florestais, látex, bambu, etc., criando um núcleo em criatividade e inovação em design estratégico.</i></p>	<p><i>a geração de conhecimentos, processos e metodologias na área de design em mobiliário; o qual contemplará a formação profissional, o desenvolvimento de produtos (incluindo prototipagem), assessoria técnico/tecnológica e plano de comunicação dos produtos criados;</i></p> <p><i>Espera-se ainda utilizar a metodologia de design estratégico para desenvolver processos criativos, buscando o estabelecimento das bases para apoiar o desenvolvimento de microempresas e associações de artesãos no Estado, na criação de pequenos objetos representativos dos saberes da floresta: “Workshop Acre Design Lab – Objetos da Floresta”;</i></p> <p><i>Para tanto será necessária a aquisição de equipamentos e materiais específicos para as oficinas/cursos, incluindo custeio para realização dos cursos; além da contratação de consultoria especializada em design.</i></p>	<p><i>produtos em madeira maciça, apresentando inovação e design;</i></p> <p><i>Proporcionar assessoramento técnico/tecnológica para os moveleiros do território selecionado, visando a transferência de inovação e design;</i></p> <p><i>Desenvolver 1 Plano de Comunicação para comercialização dos produtos, incluindo 1 catálogo de produtos, vinculando os produtos desenvolvidos à marca Made in Amazônia;</i></p> <p><i>Realizar 1 Workshop “Acre Design Lab – Objetos da Floresta”, incluindo produção de um documentário;</i></p> <p><i>Capacitar até 25 artesãos / stakeholders envolvidos com empresas desta cadeia de valor;</i></p> <p><i>Preparar um grupo de empresas, a partir das formações e ações de transferência de inovação e design para acessar novos nichos de mercado.</i></p>	<p><i>desenvolvimento de novas linhas de objetos representativos dos saberes da floresta;</i></p> <p><i>Criação de novas oportunidades de empreendedorismo local utilizando as metodologias do Design;</i></p> <p><i>Exploração e resgate do universo de riqueza material e cultural dos saberes da floresta, através do olhar do design, de acordo com os processos e ciclos de sustentabilidade e suas conexões com as formas, os materiais e os artefatos;</i></p> <p><i>Criação de pontos de contatos e interação entre os objetos da floresta, o empreendedorismo local e a Escola de Design/IDM, para desenvolvimento de novas soluções e linhas em design de objetos/móveis da floresta;</i></p> <p><i>Reforço do processo de capacitação em design para novas formas e linhas de objetos representativos dos saberes da floresta;</i></p> <p><i>Exploração das potencialidades criativas e tecnológicas oferecidas pela região do Baixo Acre para desenvolvimento de uma cadeia produtiva de pequenos objetos com base no potencial simbólico diferenciador do valor da floresta, promovendo negócios sustentáveis e com baixa emissões de carbono;</i></p> <p><i>Ampliação do envolvimento dos artesãos com a criação de novos produtos, fomento do empreendedorismo local e criação de oportunidades de negócios sociais para geração de renda nas comunidades;</i></p> <p><i>Replicar ações já desenvolvidas em Rio Branco de inovação e design (Projeto Acre Design) na cadeia produtiva moveleira na regional do Juruá, replicando os resultados exitosos.</i></p>
------------------------------------	---	---	--	---



Governo do Estado do Acre

<p>2.2.2.8. Artesanato Florestal</p>	<p><i>Promover a produção e a comercialização do artesanato acreano, a partir do segmento artesanal, como arranjo produtivo estratégico nas áreas florestais, como forma de conservação do ativo florestal, resultando em novos investimentos em áreas desflorestadas ou degradadas, ampliando o portfólio de atividades da economia local.</i></p>	<p><i>Trata-se de uma nova atividade.</i></p> <p><i>Espera-se realizar a compra subsidiada do artesanato acreano produzidos com matérias-primas advindos da floresta ou oriundas das áreas rurais e indígenas, por meio do Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Acreano¹³ (FUNCART);</i></p> <p><i>Será realizada a administração de transporte (logística necessária para transporte das peças artesanais encomendadas das áreas rurais e indígenas;</i></p> <p><i>Operacionalização de ferramentas tecnológicas para implantar mudanças significativas na produção dos artesanatos em látex no Acre, por meio: implantação de unidade de produção de Tecido Emborrachado da Amazônia (TEA);</i></p> <p><i>Desenvolvimento da produção técnica do calçado artesanal de látex; Diversificação em design e introdução de corantes naturais e essências; Apoio tecnológico a expressões espontâneas em artesanato de látex;</i></p> <p><i>Implantação de ferramentas técnicas e tecnológicas para inserção e utilização do couro do peixe em peças artesanais;</i></p> <p><i>Implantação de ferramentas tecnológicas para transformação das cascas do cupuaçu, do amendoim e da banana descartados no Acre, em produtos artesanais utilitários.</i></p>	<p><i>Comprar produtos artesanais diretamente dos artesãos que trabalham ou moram em áreas rurais ou indígenas;</i></p> <p><i>Estruturar as políticas públicas estabelecidas pela Lei Estadual nº 3005/2015;</i></p> <p><i>Implantar condições e ferramentas tecnológicas para operar mudanças significativas na produção dos artesanatos em látex no Acre;</i></p> <p><i>Implantar condições e ferramentas técnicas e tecnológicas para inserção e utilização do couro do peixe em peças artesanais;</i></p> <p><i>Gerar condições e ferramentas tecnológicas para transformação das cascas do cupuaçu, do amendoim, da banana e da mandioca descartados no Acre, em produtos artesanais utilitários.</i></p>	<p><i>Estabelecer o segmento artesanal acreano como uma das vertentes estratégicas para redução da emissão de carbono, com valorização e comercialização dos produtos da Floresta Amazônica.</i></p> <p><i>Reduzir a comercialização de artesanatos consignados, fomentando a produtividade e complementação da renda das famílias que produzem artesanato com matéria-prima florestal.</i></p>
---	---	---	--	---

Público Alvo, Foco Geográfico, Forma de Implementação			
<i>Projetos</i>	<i>Público Alvo</i>	<i>Território Beneficiado</i>	<i>Responsável - Arranjo Operacional</i>
<p>2.2.2.1. Cadeias Produtivas Consolidadas (Borracha, Castanha,</p>	<p><i>Em função dos novos seringais que iniciaram o corte da seringa em 2017, espera-se beneficiar 1.000 famílias na subvenção da borracha;</i></p> <p><i>Na subvenção do murmuru, serão beneficiadas 250 famílias;</i></p> <p><i>360 famílias em Boas Práticas de Produção - BPP em manejo da castanha;</i></p>	<p><i>Além das famílias extrativistas já beneficiadas, localizadas nas regionais de desenvolvimento do Alto e Baixo Acre, serão incluídas novas famílias nos municípios de Tarauacá, Feijó e Jordão no pagamento de subvenção; para o murmuru serão apoiadas famílias no Vale do Juruá (Rodrigues Alves e entorno, e ainda, Porto Walter);</i></p>	<p><i>Subexecutora – SEAPROF / EMATER</i></p> <p><i>Com acompanhamento da FUNTAC, SEMA em convênios com Sindicatos e Associações de produtores/extrativistas, dos quais já são identificados, para a</i></p>

¹³ Criado pela Lei nº 3.005/2015 que criou o Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Acreano – FUNCART, que está em processo de organização e pré-operacionalização pela SEPN, a serem aplicados: a) na gestão do Centro de Negócios Artesanais do Acre (compra e venda do artesanato, administração e conservação dos seus ambientes comerciais); b) na gestão do site e da loja E-Commerce; c) na elaboração do planejamento estratégico do setor de artesanato acreano; d) em capacitações, oficinas, laboratórios de design, rodadas de negócios, projetos compradores, participação em feiras nacionais e regionais, e curadorias; e) na promoção de feiras e outros eventos centrados para a promoção e o desenvolvimento do artesanato acreano.



Governo do Estado do Acre

Murmuru, Mel)	<i>Para a cadeia de valor do mel, espera-se beneficiar 2.000 famílias de apicultores e meliponicultores (indígenas pertencentes às comunidades dos povos Jaminawa, Kaxinawá, Apolina Arara, Contanawa, Poyanawa, Yauanawá e Shaninawa; extrativistas e assentados da agricultura familiar).</i>	<i>Para a cadeia produtiva do mel as ações serão desenvolvidas nas cinco regionais de desenvolvimento, prioritariamente em TIs, RESEXs, Florestas Estaduais e Nacionais, além de assentamentos tradicionais.</i>	<i>cadeia produtiva da castanha a COOPE-RACRE, AMOPREX e AMOPREAB (associações concessionárias de moradores e produtores da Resex Chico Mendes nos municípios de Xapuri e Assis Brasil, respectivamente.</i>
2.2.2.2. Cadeias Produtivas a Estruturar (Bambu, Cacau Silvestre, Óleos Vegetais)	<i>Na cadeia produtiva do bambu: 100 famílias residentes na RESEX Chico Mendes, Florestal Estadual do Antimary e áreas rurais de Rio Branco, Porto Acre e Sena Madureira;</i> <i>Na cadeia produtiva do cacau serão contempladas 33 famílias ribeirinhas e extrativistas;</i> <i>Na cadeia produtiva de oleaginosas serão beneficiadas 300 famílias ribeirinhas, indígenas e extrativistas.</i>	<i>Para a cadeia de valor do bambu o território abrange a RESEX Chico Mendes, Floresta Estadual do Antimary e em áreas rurais de Rio Branco, Porto Acre e Sena Madureira.</i> <i>Para a cadeia de valor do cacau o território compreende a Reserva Extrativista Chico Mendes, a Regional do Purus e o município de Sena Madureira.</i> <i>Para a cadeia de valor das oleaginosas pretende-se trabalhar nas regiões de Tarauacá- Envira e Juruá (principalmente em comunidades indígenas e ribeirinhas, nos municípios de Jordão e Marechal Thaumaturgo). Com a Soboaria Xapuri, no bairro Sibéria, localizada no município de Xapuri na região do Alto Acre</i>	<i>Subexecutora – FUNTAC</i> <i>Em parceria com SEBRAE, SENAI, SEPN, UFAC, EMBRAPA e Comitê Gestor do CVT-BAMBU¹⁴</i> <i>Em convênio com UFAC, Cooperativa de Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA) e Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira (AMOPRESEMA) para o cacau</i> <i>Em convênio com EMBRAPA, UFAC, SECT, SEMA e SEAPROF para os óleos vegetais</i>
2.2.2.3. Assistência Técnica Agroflorestal e Gestão das UGAs	<i>Nos territórios que serão beneficiados de forma direta serão beneficiadas aproximadamente 650 famílias agroextrativistas. No entorno dessas áreas (RESEX, PA, PDS e PAE), sendo beneficiados indiretamente residem em torno de 2.000 famílias.</i> <i>A participação das mulheres e jovens na gestão das áreas protegidas tem se revelado de grande importância para o sucesso e implementação dessas áreas, pois mulheres, homens e os jovens possuem diferentes necessidades, percepções, fatores que interferem nas relações de poder constituídas. Um dos desafios atuais em processos participativos no campo tem sido dar valor ao protagonismo dos jovens e visibilidade ao papel da mulher, bem como colocar na pauta das discussões as desigualdades existentes entre os gêneros.</i>	<i>Nesta atividade os territórios beneficiados totalizam mais de 1 milhão de ha, dos quais 61,64% de forma direta, e de forma indireta mais 38,36%, conforme:</i> <i>De forma direta: Florestas Estaduais do Antimary, Mogno, do Rio Liberdade, do Rio Gregório e Unidade de Conservação Provisória - Floresta Estadual do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari;</i> <i>De forma indireta: RESEX Riozinho da Liberdade; Projeto de Assentamento Taquari; Projeto de Desenvolvimento Sustentável Ivo Neves; e Projeto de Assentamento Agroextrativista Limoeiro.</i>	<i>Subexecutora – SEMA</i> <i>Em parceria com INCRA, ICMBio, IMAC, SEAPROF, SEE, SESACRE, DECRACRE, IDM, Prefeituras Municipais, FUNTAC, UFAC e IFAC, além de ONGs e OSCIPs como entidades aglutinadora, principalmente.</i>
2.2.2.4. Florestas Plantadas	<i>80 famílias de extrativistas, produtores rurais e posseiros serão beneficiadas</i>	<i>O Projeto Floresta Plantada será implantado nos municípios de Epitaciolân-</i>	<i>Subexecutora – SEAPROF / EMATER</i>

¹⁴Comitê Gestor do CVT-BAMBU: instância colegiada criada pelo Decreto Estadual nº 3.200/2015 de caráter permanente e deliberativa, com duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade discutir ações e investimentos envolvendo todas as instituições do Acre que tratam do tema bambu; gerir a estrutura do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) compartilhada e o seu funcionamento em nível Estadual. Isso evitará sobreposição de esforços e investimentos, garantido a complementaridade entre as ações do CVT, BID e aquelas a serem apoiadas pelo Programa REM Fase 2.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

em SAFs	<p>com o Programa Florestas Plantadas;</p> <p>Para a cadeia de valor do açaí pretende-se beneficiar 700 famílias, sendo: 150 famílias de agricultores familiares; 250 coletores de açaí da floresta; 200 famílias de quatro comunidades indígenas; 100 batedores de processamento do açaí;</p> <p>4.500 famílias beneficiadas de produtores familiares e extrativistas com mecanização agrícola;</p> <p>350 famílias de produtores rurais da agricultura familiar na produção de farinha, de goma e manipueira (tucupi), para estes derivados as mulheres são envolvidas na raspagem da mandioca, na extração da goma e na confecção da manipueira (tucupi).</p> <p>A definição deste público acontecerá em parceria com SEMA / CAR-PRAC, uma vez selecionado, o acompanhamento dessas famílias será feito pela equipe técnica das Cadeias de Valor e por um corpo de técnicos responsáveis pela ATER.</p>	<p>dia, Sena Madureira, Plácido de Castro, Tarauacá, Feijó e Rio Branco;</p> <p>As Regionais do Juruá, Alto e Baixo Acre serão apoiados com mecanização agrícola;</p> <p>A cadeia de valor da mandioca e seus derivados será apoiada nos seguintes municípios: Rio Branco, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia, Sena Madureira, Manoel Urbano, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.</p>	
2.2.2.5. Programa de Regularização Ambiental (CAR-PRA)	<p>98 famílias concessionárias da Floresta Estadual do Rio Gregório, mediante o atendimento dos seguintes critérios: Situação regular quanto a concessão de uso na Floresta Estadual do Rio Gregório; Inscrita no Cadastro Ambiental Rural – CAR; Possuir Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA; Ter celebrado Termo de Compromisso Ambiental – TCA no âmbito do PRA-Acre; Assumir compromisso formal de não realizar novos desmatamentos irregulares; Apresentar o perfil e aptidão para o desenvolvimento das atividades propostas pela atividade, comprovada por meio de critérios a serem aplicados no processo de seleção.</p> <p>Em relação à questão de gênero serão adotados critérios de prioridade perante o processo de seleção das famílias.</p>	<p>Município de Tarauacá, Floresta Estadual do Rio Gregório, criada pelo Decreto Estadual nº 9.718, de 09 de março de 2004, publicado no Diário Oficial do Estado nº 8.788, de 10 de maio de 2004, com área total de 216.062,00 hectares e registrada no CAR nº AC-1200609705DACA883D4BD1B33CDBF974576239. Localizada na área crítica de desmatamento nº 04.</p>	<p>Subexecutora – SEMA/CAR</p> <p>Em parceria com o IMAC, Instituto Ventura e por meio de convênios com as associações que representam as famílias beneficiárias das atividades.</p>
2.2.2.6. Turismo de Base Comunitária	<p>50 famílias do PDS Croa;</p> <p>80 famílias do Seringal Cachoeira;</p> <p>25 famílias do entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor;</p> <p>Famílias das aldeias indígena do Mutum, 25; Nova Esperança, 13; e Lago Lindo, 10.</p> <p>875 pessoas capacitação em gastronomia de baixo carbono, para as áreas onde serão implementadas as ações de TBC e ainda em Rio Branco, pessoas de vulnerabilidade social, oriundas das florestas;</p> <p>Todas as ações planejada, especialmente por se tratar de um setor majoritariamente de serviços, incluindo a gastronomia, não haverá distinção de gênero, sendo incentivada a participação igualitária.</p>	<p>PDS Croa;</p> <p>Seringal Cachoeira – Resex Chico Mendes;</p> <p>Entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor – Mâncio Lima, Rio Moa;</p> <p>Aldeias Indígenas: Aldeia Lago Lindo (Jordão), Aldeia Nova Esperança e Aldeia Mutum (Tarauacá);</p> <p>Parte do público a ser capacitado pela gastronomia de baixo carbono estará localizado em Rio Branco.</p>	<p>Subexecutoras – SETUL</p> <p>Em parceria com os órgãos governamentais: SEMA, SEAPROF, IDM, CBMAC, ASS. INDÍGENA, SEPN, SECOM</p> <p>Em parceria com demais órgãos: FUNAI, SENAC, SENAI, MARINHA, INCRA, ICM-Bio, IBAMA.</p>
2.2.2.7. Design	<p>Para o design em móveis, 35 pessoas, preferencialmente jovens, trabalhado-</p>	<p>Municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Tarauacá</p>	<p>Subexecutora – IDM</p>



Governo do Estado do Acre

em Produtos Madeiros	<i>res, profissionais e moveleiros, a partir dos 16 anos, com experiência e/ou vinculação no ramo do mobiliário e do design, indiretamente também serão contemplados os manejadores das florestas estaduais;</i> <i>Para o design em pequenos objetos de origem florestal, serão envolvidos 25 artesãos (empreendedores locais e stakeholders engajados com o desenvolvimento de objetos representativos dos saberes da floresta).</i>	<i>serão beneficiados com as atividades de desenvolvimento de design em móveis de madeira;</i> <i>Municípios de Rio Branco, Brasiléia, Acrelândia, Xapuri, Epitaciolândia e Sena Madureira serão beneficiados com as atividades de desenvolvimento de design em pequenos objetos de origem florestal.</i>	<i>Em parceria com SEDENS e Instituto SENAI de Tecnologia-madeira e móveis</i>
2.2.2.8. Artesanato Florestal	<i>2.000 artesãos, destes, 60% são mulheres e 40%, jovens.</i>	<i>Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Senador Guiomard, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Bujari, Plácido de Castro, Assis Brasil, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa do Purus, e Jordão.</i>	<i>Subexecutora – SEPN</i> <i>Em parceria com: SEAPROF, SETUL, SEPMULHERES, Assessoria Indígena, SEBRAE/AC; Startup que atuam no desenvolvimento de sistemas de comercialização; Instituto SI Amazônia; FUNTAC; Entidades Representativas de Artesãos Rurais e Indígenas (Associações e Cooperativas).</i> <i>Estas se darão por meio de Convênios e Termos de Cooperação Técnica.</i>

Impactos, Complementariedade e Gestão de Riscos			
Projetos	Impactos	Complementariedade	Gestão de Riscos
2.2.2.1. Cadeias Produtivas Consolidadas (Borracha, Castanha, Murmururu, Mel)	<i>AS ações contribuirão para que a floresta tenha maior valor em pé, contribuindo também para o funcionamento da indústria de preservativos masculinos Natex; gerando renda para o extrativista, oriunda de produtos da sociobiodiversidade, reduzindo assim a pressão pelo desmatamento.</i>	<i>As cadeias de valor da borracha e do murmururu são apoiadas pelo Programa financiado pelo BID.</i> <i>A Cadeia Produtiva do Mel não tem recursos de outros projetos.</i>	<i>Para assegurar que a implementação destas ações beneficiem a quem zela pela provisão dos serviços ambientais, o SISA adotou os padrões socioambientais, salvaguardando os direitos sociais e a manutenção destes serviços.</i> <i>As orientações da Conferência das Partes no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima COP 16 em Cancun 2010 proporcionam uma relevância mundial ao uso das salvaguardas especificamente em projetos de REDD+.</i> <i>O Programa conta com atividades de fortalecimento junto as associações dos beneficiários, propondo-se o aperfeiçoamento das rotinas de controle e fiscalização e reforço do monitoramento das atividades florestais por meio de ATER.</i> <i>Vinculado à realização do Fomento das Cadeias de</i>
2.2.2.2. Cadeias Produtivas a Estruturar (Bambu, Cacau Silvestre, Óleos Vegetais)	<i>A inserção de novas cadeias de valor na matriz econômica do Acre, a serem manejadas em bases sustentáveis, criam uma nova fonte de renda familiar para pequenos produtores rurais e extrativistas. A inclusão de novos produtos diversifica as opções para os produtores/extrativistas, aumenta o valor agregado dos produtos florestais não-madeiros, aumentando a renda dos produtores e ao mesmo tempo, reduzindo a pressão sobre a floresta, e consequentemente, diminuindo o desmatamento.</i>	<i>Para a cadeia produtiva do bambu há apoio previsto no CVT Bambu, se prevê investimentos na instalação de laboratório de pesquisa para capacitação e inovação tecnológica, além de realização de oficinas comunitárias com foco em diferentes usos do bambu; há recursos previsto ainda no BID, onde está prevista a realização de inventário do bambu nativo no Estado.</i> <i>Para a cadeia de valor do cacau e das oleaginosas há apoio Projeto BID no fortalecimento desta cadeia produtiva e pelo Projeto BASA "Etapas de desenvolvimento da cadeia produtiva de três oleaginosas (óleos de açaí-solteiro, castanha-do-brasil e copaiba) com potencial fitoterápico na RESEX Cazumbá-</i>	



Governo do Estado do Acre

<p>2.2.2.3. Assistência Técnica Agroflorestal e Gestão das UGAs</p>	<p>A implementação dos planos de gestão de UCs repercutem no longo prazo na preservação e conservação dos ecossistemas naturais; Conservação das espécies da fauna e flora silvestre; Manutenção da diversidade genética; Conservação e manutenção das características biofísicas da regulação dos ciclos hidrológicos e climáticos locais e/ou regionais, entre outros.</p> <p>Contribuindo ainda para a manutenção da cobertura florestal das Florestas Estaduais e diminuição dos crimes ambientais na região.</p> <p>Nesse sentido, no estado do Acre, os indicadores de desmatamento mostram a efetividade dessas áreas na manutenção da cobertura florestal. Do total acumulado no período de 1988 a 2016, foi desmatado apenas 2,84% do território das Unidades de Conservação (UCEGEO, 2016).</p>	<p>Iracema, município de Sena Madureira, Acre”.</p> <p>Atualmente, o principal programa implementado na área é o PDSA II/BID, cujo objetivo é aumentar a contribuição do setor florestal para o crescimento econômico e a redução de pobreza no estado do Acre. Naquele Projeto estão sendo implementadas ações como: recuperação de áreas com o plantio de frutíferas na região; assistência técnica para o manejo florestal; manutenção da certificação florestal; regularização fundiária; concessão florestal; e criação de unidades de conservação.</p> <p>A complementaridade entres os Programas se dá por meio das ações que criam um ambiente favorável para a contribuição da consolidação das Florestas Estaduais, visando a redução do desmatamento (ações primordiais para a redução de emissões de CO₂, e a proteção da sociobiodiversidade.</p> <p>O apoio logístico e operacional para realização dos cursos do PRONATEC cujo público alvo foram as populações tradicionais são consideradas ações complementares que qualificaram mão-de-obra para as atividades de manejo florestal, piscicultura, agricultura familiar e outras demandadas pelas comunidades (cozinheira, costureira etc.); o acesso logístico e operacional na implementação do Programa Nacional de Habitação Rural; o acesso logístico e operacional para o licenciamento dos PMFS e POA comunitários (Fundo Amazônia); acesso logístico e operacional para a implementação dos plantios de frutíferas na região (Ministério do Meio Ambiente – MMA e PDSA Fase II); manutenção das atividades da UGA que servem de base de apoio para a gestão das Florestas Estaduais e Resex Riozinho da Liberdade, base para as ações de comando e controle (ICMBio e Governo do Acre), ponto de referência para as mais de 2.000 mil famílias que residem nas UCs (Floes e Resex) e entorno (TI, PA, PDS), e de base para a realização das capacitações na comunidade.</p>	<p>Valor de Produtos da Sociobiodiversidade, identifica-se o risco de inviabilidade econômica dos projetos, caso os investimentos previstos em estruturação dessas cadeias, os estudos de mercado e as atividades de fomento, assistência técnica e capacitação não venham acompanhados de investimentos em infraestrutura para melhorar o acesso a mercados.</p> <p>Os seguintes riscos socioambientais e econômicos são identificados: (a) as práticas produtivas sustentáveis podem capitalizar o pequeno produtor para a realização de atividades que aumentem o desmatamento na área; (b) a priorização de atividades essenciais para o funcionamento das unidades pode relegar as atividades de fiscalização para o segundo plano; (c) ausência de licenciamento das atividades e ações de comando e controle; (d) a não efetividade das ações e otimização dos gastos ocasionados pela inexistência de planejamento da gestão e das atividades produtivas; e (d) a diminuição dos recursos próprios para manutenção das unidades, em decorrência do cenário de crise financeira do país.</p> <p>Especificamente para a castanha se identifica o risco de contaminação da produção por aflotoxina, comprometendo sobremaneira a sua comercialização. A adoção de boas práticas de manejo e armazenamento possibilitará a superação para se ter um produto de boa qualidade com competitividade no mercado nacional e internacional.</p>
<p>2.2.2.4. Florestas Plantadas em SAFs</p>	<p>Diminuição da pressão sobre a floresta nativa;</p> <p>Fortalecimento da agricultura familiar, utilizando áreas já alteradas de forma a contribuir com a redução do desmatamento, resultando na definição de sistemas produtivos em bases sustentáveis;</p> <p>Manutenção das atividades extrativas, e conseqüentemente, evitando, por parte de extrativistas, posseiros e produtores rurais, as derrubadas e uso de fogo para produção;</p>	<p>A SEAPROF assegurou o montante de R\$ 16,1 milhões em ATER para dar suporte aos agricultores familiares, indígenas, extrativistas e ribeirinhos. As ações de assistência técnica têm apoio dos Programas Estaduais financiados pelo BID e BIRD, e ainda recursos próprios do Governo do Estado.</p> <p>Estão previstos no PDSA II/BID para o Projeto Floresta Plantada a aquisição de kits para implantação das atividades previs-</p>	



Governo do Estado do Acre

	<p><i>Redução das áreas desmatadas e melhoria da qualidade de vida das famílias e aumento da renda familiar por meio da produção de mandioca, as quais somente serão implantadas em áreas já desmatadas;</i></p> <p><i>Reincorporação de áreas degradadas e enriquecimento de capoeiras e clareiras na floresta ao processo produtivo de forma a viabilizar a sustentabilidade ambiental e econômica.</i></p>	<p><i>tas;</i></p> <p><i>A cadeia de valor do açaí também tem apoio do PDSA II e Projeto financiado pelo BASA de forma complementar.</i></p> <p><i>Ainda que haja assegurado um montante por parte do BIRD e BID, será necessária a complementação das ações de ATER para atender as famílias que serão beneficiadas com investimentos do KFW II.</i></p>	
2.2.2.5. Programa de Regularização Ambiental (CAR-PRA)	<p><i>Redução do desmatamento e melhoria dos meios de subsistência das famílias contempladas.</i></p>	<p><i>Os recursos do REM para esta atividade complementarão o Projeto CAR Acre, objeto do Contrato de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 13.2.1114.1 com o Fundo Amazônia/BNDES que tem como objetivo apoiar a implantação do CAR e a adesão ao PRA.</i></p> <p><i>Portanto, esta atividade tem o propósito de financiar a execução dos Termos de Compromisso Ambiental celebrados no âmbito do PRA-Acre, de forma a demonstrar para as famílias da região a viabilidade econômico-financeira de tecnologias agroflorestais como alternativa a recuperação de passivos florestais.</i></p>	<p><i>Em relação aos riscos sociais e ambientais, existe a possibilidade de resistência das famílias à adesão ao PRA-Acre, prejudicando o processo de recuperação dos passivos florestais.</i></p> <p><i>Quanto aos riscos econômicos, é possível que as tecnologias agroflorestais não apresentem resultados financeiros satisfatórios, promovendo o retorno aos modos tradicionais de produção agrícola.</i></p>
2.2.2.6. Turismo de Base Comunitária	<p><i>Redução da pressão sobre a floresta e consequentemente a diminuição do desmatamento através da prática do Turismo, uma vez que o principal produto para esta atividade é a natureza preservada. Ademais, se prevê o aumento da qualidade de vida dos moradores das comunidades envolvidas com o Turismo e sua produção associada como alternativa de trabalho e renda.</i></p>	<p><i>No recorte que tange o Turismo de Base Comunitária, não há outros aportes de recursos previstos.</i></p> <p><i>Com relação à complementaridade, existem duas estratégias que balizam esta atividade: o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre (Plano Estadual de Turismo) e a Lei Estadual do Turismo Sustentável do Estado do Acre (Lei nº 2.951 de 30/12/2014).</i></p>	<p><i>Riscos Socioeconômicos: Não continuidade dos serviços prestados pela comunidade e não apropriação do turismo e da produção associada, por parte da comunidade, como alternativa de renda;</i></p> <p><i>Mitigação: Oficinas de sensibilização e qualificação, identificando o real alcance da atividade para os atores envolvidos. Caso seja necessário, acompanhamento individualizado por família e/ou indivíduo, visando solucionar o problema.</i></p> <p><i>Riscos Ambientais: Poluição de rios e matas por meio da disposição inadequado dos resíduos sólidos gerados;</i></p> <p><i>Mitigação: Implantação e monitoramento da política de preservação e educação ambiental implantada e implantação de locais adequados para destinação dos resíduos, orientados por oficinas de educação ambiental.</i></p>
2.2.2.7. Design em Produtos Madeireiros	<p><i>As ações propostas buscam consolidar um melhor desempenho da cadeia produtiva da madeira, avaliando não apenas seus aspectos econômicos, mas sobretudo levando em consideração seu impacto ambiental. A transferência de tecnologia, inovação e design acreano aos atores envolvidos no setor produti-</i></p>	<p><i>De forma complementar existem recursos do PROSER para reforma e ampliação da Escola de Design; Reforma e ampliação do Núcleo da Escola de Design no Polo Moveleiro de Rio Branco; recursos para elaboração do plano de sustentabilidade</i></p>	<p><i>A atividade pode fomentar a aquisição de matéria-prima ilegal; para mitigá-la deverão ser estabelecidos, durante a execução das ações procedimentos e/ou normativas a serem cumpridas pelos benefici-</i></p>



Governo do Estado do Acre

	<p><i>vo, agregando qualidade e valor ao produto final, proporcionando a utilização racional da matéria-prima e, ao mesmo tempo, a reutilização de resíduos florestais.</i></p> <p><i>Desenvolver o design como um aliado da indústria, como ferramenta de inovação e diferenciação de mercado e, ao mesmo tempo, promover a gestão eficiente no uso dos recursos naturais e da qualidade do processo produtivo.</i></p> <p><i>Em médio prazo serão criadas novas oportunidades de empreendedorismo local utilizando metodologias do Design Estratégico, proporcionando a exploração e resgate de riqueza material e cultural dos saberes da floresta, de acordo com os processos e ciclos de sustentabilidade e suas conexões com as formas, os materiais e os artefatos, por meio do desenvolvimento de produtos com design diferenciado, com alto valor agregado e, focando na utilização eficiente da matéria-prima proveniente das florestas acreanas.</i></p>	<p><i>econômica da Escola de Design e ainda para aquisição de equipamentos e material permanente para atender às demandas da Escola de Design.</i></p>	<p><i>ários, objetivando viabilizar a garantia da origem da matéria-prima para produção das coleções de móveis e objetos desenvolvidos.</i></p> <p><i>Também poderão ser confeccionados produtos sem padronização e de baixa qualidade, comprometendo o design regional, como forma de mitigar este risco, deverá ser elaborado um manual de procedimentos para os processos produtivos dos produtos pelos e para os participantes, visando garantir a padronização e controle de qualidade dos produtos.</i></p>
<p>2.2.2.8. Artesanato Florestal</p>	<p><i>Valorização da Floresta em pé, como fonte de suprimento contínuos para fornecimento das matérias-primas utilizadas nos produtos artesanais, garantindo renda complementar às famílias, reconhecendo os produtos artesanais como instrumentos econômicos (Ativos de Base Florestal) que contribuem para preservar a Floresta, com retorno econômico de curto prazo.</i></p>	<p><i>FUNCART com recursos próprios a partir do segundo ano, para aquisição de produtos artesanais para revenda;</i></p> <p><i>BIRD para aquisição de equipamentos a serem cedidos e posteriormente doados a Entidades Representativas; e ainda para realização de capacitações voltadas para aperfeiçoamento técnico artesanal;</i></p> <p><i>Convênio 014/2009/SENAES/MTE para construção e inauguração do Centro de Referência do Artesanato Acreano;</i></p> <p><i>Convênio 828275/2016/MTUR, para emissão das Carteiras Profissionais de Artesãos e Trabalhadores Manuais; e realização do II Congresso do Artesão Acreano.</i></p>	<p><i>Tendo em vista se tratar de um negócio que não promove o desmatamento, e sim o aproveitamento ou reaproveitamento de recursos florestais, a análise se refere ao risco do negócio e de estratégia (risco de perdas criadas por uma estratégia ruim ou pela implementação inadequada de boas decisões estratégicas); pretende-se mitigá-la assegurando recursos para a compra deste artesanato, assegurando sua logística de transporte e ainda desenvolvendo produtos de qualidade em design.</i></p>



2.3. SUBPROGRAMA PECUÁRIA DIVERSIFICADA SUSTENTÁVEL

2.3.1. Caracterização Geral do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

O Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável¹⁵ objetiva ampliar a oferta de proteína animal no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas do Estado (em cumprimento à Lei Federal 12.651/2012 - novo código florestal); reduzir a pressão sob novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos. Dos 70% dos recursos, 36% são destinados a impulsionar investimentos a atividades ligadas à produção de proteína animal, que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

Os planos de ação e os projetos especiais vinculados a este Subprograma deverão perseguir as seguintes diretrizes:

- Adesão voluntária;
- Mecanismos de consulta e reclamações (Ouvidoria do SISA) durante elaboração e execução do plano de ação e/ou projeto;
- Participação e envolvimento de todos os atores da cadeia (produtores, processadores e comercializadores);
- Garantia do cumprimento das Salvaguardas Socioambientais;
- Adequação às normas trabalhistas e de saúde ocupacional: não utilizar trabalho escravo ou infantil; respeitar equidade de gênero;
- Fortalecimento das organizações sociais representativas (cooperativas e associações) e as comunidades locais;
- Adequação às normas ambientais;
- Não promoção do desmatamento de florestas e matas nativas para a ampliação de áreas agrícolas.
- Não ocupação das áreas indígenas e unidades de conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável;
- Promoção da democratização de acesso a tecnologias;
- Colaboração para que as atividades agropecuárias se tornem mais eficientes e sustentáveis;
- No processamento, promover o uso de produtos/embalagens biodegradáveis;
- Prezar pela qualidade sanitária dos produtos e diminuição do desperdício;
- Prever processos de monitoramento e controle de qualidade, auditorias e fiscalização;
- Mecanismo de divulgação dos benefícios.

Os planos de ação e os projetos especiais vinculados ao Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável possuem como diretrizes específicas:

- Incentivar a adequação ao Código Florestal (Cadastro Ambiental Rural - CAR);
- Disseminar sistemas de produção mais intensivos considerando as boas práticas da pecuária;
- Melhorar / ampliar a assistência técnica, incluindo as cooperativas e associações;
- Criar mecanismos econômicos e tributários para intensificação da pecuária no Estado;
- Fomentar a eficiência da pecuária em todas as propriedades a fim de evitar o desmatamento e queima;
- Aperfeiçoar mecanismos e linhas de financiamento existentes (e.g. Plano ABC e Pronaf);
- Apoiar a captação de financiamentos (e.g. ABC) para intensificação;

¹⁵ As diretrizes, os objetivos e os critérios elencados são retirados dos documentos oficiais de criação dos subprogramas que integram o SISA, portanto as atividades previstas para serem executados no Programa REM abrangem estas dimensões.



Governo do Estado do Acre

- Canalizar recursos para fortalecer políticas de infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia produtiva da pecuária, melhoramento genético (matriz, alevinos, etc.), estradas, energia, entre outros.



Governo do Estado do Acre

2.3.2. Caracterização dos Projetos / Atividades do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

Estratégia				
Projetos	Objetivo Geral	Ações	Metas	Resultados Esperados
2.3.2.1. Cadeia Produtiva Bovinocultura (corte e leite)	Implantar ações de intensificação sustentável da bovinocultura em pequenas e médias propriedades, visando verticalizar a pecuária do Estado do Acre por meio da recuperação de pastagens, reduzindo a pressão sobre a floresta na abertura de novas áreas e redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs).	<p>Trata-se de um projeto já apoiado na primeira fase, pretende-se apoiar práticas conservacionistas por meio da implantação de Sistemas Integrados de Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF): manejo pastagens, ILP, consorciação de pastagens com leguminosas, sistema silvipastoril, recuperação de pastagens; realizar fomento que consolida o ciclo da cadeia produtiva – produção (extensão/pesquisa/crédito insumos/escala/logística); industrialização (beneficiamento/distribuição); e comercialização (consumo interno/exportação) em propriedades que se tornarão referência para cadeia produtiva da bovinocultura;</p> <p>Serão realizadas palestras, workshop, seminários (sobre a implantação da bovinocultura no Estado, cursos, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas;</p> <p>Elaborados boletins, cartilhas e mídias para difusão da atividade, mas também para utilização nas capacitações a serem realizadas.</p> <p>Para tanto será necessária a contratação de técnicos agropecuários para monitoramento e extensão; aquisição de motocicletas e veículos para acompanhamento, além de atividades de custeio para realização da assistência técnica.</p> <p>Pretende-se ainda realizar diagnóstico no início da implantação da atividade, após 2 anos de execução e ao final do Programa (após 5 anos), visando identificar a evolução dos resultados, como forma de disseminar lições aprendidas.</p>	<p>5mil hectares de pasto recuperado/ano;</p> <p>500 famílias /ano atendidas com as ações;</p> <p>Implantação de 15 unidades demonstrativas (em propriedades que se consistirão em referência para a cadeia da bovinocultura): 3 por regiões administrativas do Estado.</p>	<p>Na área social, espera-se que as ações contribuam com a melhor qualidade de vida e ascensão social das famílias apoiadas, promovendo ainda que estas tenham acesso a informação e tecnologia;</p> <p>No campo ambiental, esta ação contribui para a redução das emissões de dióxido, CO2 e metano, redução do uso do fogo, redução da pressão de desmatamento, recuperação de solo, conforto térmico para animais, preservação e fortalecimento das bacias hidrográficas;</p> <p>No campo econômico, contribui para agregar valor ao produto, diversificação da produção, aumento de produtividade, substituir o uso de insumos, inclusive fertilizantes, menor risco da atividade e aumento de renda da propriedade.</p>
2.3.2.2. Cadeia Produtiva da Piscicultura	Melhorar a eficiência e a competitividade da cadeia de valor da piscicultura no Estado do Acre, com ênfase na participação dos pequenos agricultores familiares e extrativistas, com foco no fornecimento de pescado para processamento e contribuir para o desenvolvimento sustentável e preservação da floresta.	<p>Trata-se de uma atividade já apoiada na primeira fase, e sua execução tomará todo o tempo de vigência do Programa REM, a cadeia produtiva da piscicultura encontra-se em fase de consolidação, demandando novos investimentos que visam aprimorar as ações já desenvolvidas junto a famílias beneficiadas, assim como novas famílias, que identificam nesta cadeia uma oportunidade de ter sua propriedade sustentável do ponto de vista ambiental e econômico. Assim, haverá ampliação da área de atuação e de beneficiários;</p> <p>Os beneficiários compreendem pequenos produtores familiares de subsistência e segurança alimentar; produtores familiares com atuação no mercado local e produtores familiares com foco no fornecimento de pescado para processamento;</p> <p>Os pequenos produtores que produzem para subsistência serão atendidos com insumos (ração e alevinos) e capacitações; enquanto os pequenos produtores que possuem acesso a mercados serão beneficiados com ações de melhorias de</p>	<p>Assessorar tecnicamente e capacitar 2.566 piscicultores;</p> <p>Apoiar 200 produtores de subsistência com insumos para produção (alevinos e rações);</p> <p>Apoiar 100 produtores familiares na melhoria dos sistemas de produção;</p> <p>Apoiar 60 produtores familiares com modernização e novas tecnologias;</p> <p>Implantar e modernizar 600</p>	<p>Diminuição da taxa de desmatamento;</p> <p>Aumento da renda e da qualidade de vida;</p> <p>Segurança alimentar;</p> <p>Redução do êxodo rural; e</p> <p>Beneficiários com suas propriedades regularizadas ambientalmente.</p>



Governo do Estado do Acre

		<p>seus sistemas de produção e acesso a novos mercados; e por fim, os produtores medianos serão beneficiados com ampliação de infraestrutura, inserção de tecnologias e assistência técnica para alcance de escala industrial.</p> <p>Serão realizadas ações de melhoramento genético (matriz, alevinos, etc.);</p> <p>Em relação à sustentabilidade financeira a SEDENS trabalhará uma política de retorno dos recursos investidos para fortalecimento das organizações (cooperativas/associações) e estabelecimento de mecanismos que possibilitem o reinvestimento nos beneficiários, ampliação do número de beneficiários e consolidação desta cadeia e de outras de interesse da agricultura familiar.</p> <p>Serão apoiadas as seguintes atividades: modernização e melhorias dos sistemas produtivos; construção e difusão de novas tecnologias; fomento a atividade através do fornecimento insumos; fortalecimento das organizações (cooperativas/associações) estas ações utilizarão os princípios da Pedagogia da Alternância¹⁶; e ações de monitoramento e acompanhamento.</p> <p>Para realizar estas ações serão necessários investimento em infraestrutura (tanques/viveiros), aquisição de equipamentos e veículos de apoio à comercialização e melhoria tecnológica, aquisição de insumos (ração/alevinos/calçário) para produção e ações de Assistência Técnica/Capacitações/Intercâmbios</p>	<p>hectares de lamina d'água de tanques e viveiros escavados;</p> <p>Estruturar entidade aglutinadora com foco na comercialização da produção familiar.</p>	
<p>2.3.2.2. Sistemas Biointegrados de Agroenergia</p>	<p>Melhorar a eficiência das cadeias de valor de produtos florestais no estado do Acre, por meio do fomento a sistemas alternativos de energia, com ênfase na participação dos pequenos agricultores familiares e extrativistas, gerando maiores benefícios ambientais e econômicos, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e preservação da floresta.</p>	<p>Trata-se de uma atividade nova para o Programa, e sua execução tomará todo o tempo de vigência do Programa REM, demandará investimentos junto às famílias que já estão trabalhando em alguma cadeia de valor apoiada por este Programa, visando ampliar os benefícios ambientais e econômicos das atividades desenvolvidas;</p> <p>Serão instalados poços (principalmente nos assentamentos do INCRA), biodigestores, mini grupo gerador, motor/bomba d'água, sistemas de irrigação, energia fotovoltaica (placa solar), e ainda biofertilizante, ou seja, a infraestrutura necessária para implantação dos sistemas de agroenergia, incluindo aquisição de equipamentos e veículos de apoio às atividades de melhoria tecnológica junto às propriedades rurais, com ênfase para aqueles da bacia leiteira e produtores de café;</p> <p>Em relação à sustentabilidade financeira a SEDENS está trabalhando uma política de retorno dos recursos investidos para fortalecimento das organizações (cooperativas/associações) e estabelecimento de mecanismos que possibilitem o reinvestimento nos beneficiários (fundo rotativo de capitalização e investimento já mencionado);</p> <p>Também serão investidos recursos na formação destes produtores e extensionista no domínio de todas as novas tecnologias que serão implantadas, sendo</p>	<p>Implantar e assessorar tecnicamente, 50 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais que já desenvolvem atividades de produção de cadeias de valor apoiadas pelo Programa REM;</p> <p>Implantar 2 Projetos Demonstrativos de biointegrados de agroenergia;</p> <p>Realizar intercambio com 500 produtores para difusão do sistema alternativo de agroenergia.</p>	<p>Estabelecimento de arranjos institucionais visando organizar e desenvolver proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologias para projetos de agroenergia.</p> <p>O resultado esperado é a redução significativa das emissões de gases de efeito estufa, quando comparadas às emissões que ocorreriam na ausência do projeto e também na promoção da produção sustentável pela transformação dos dejetos de animais e da biomassa em energia limpa, resultante da sua queima e geração de biogás de forma a suprir as demandas energéticas das comunidades rurais.</p>

¹⁶ Pedagogia de Alternância, metodologia utilizada em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outros em casa.



Government of Acre

	utilizado alguns mecanismos de capacitações já mencionados, como os residentes florestais que participarão nas ações de Tutoria/Capacitações/Intercâmbios.	
--	--	--

Público Alvo, Foco Geográfico, Forma de Implementação			
Projetos	Público Alvo	Território Beneficiado	Responsável - Arranjo Operacional
2.3.2.1. Cadeia Produtiva Bovinocultura (corte e leite)	2.500 famílias, incluindo aquelas já apoiadas na fase 1 do Programa (pecuaristas, com ênfase em pequenos e médios proprietários) e ainda outros produtores rurais, ocupando UCs de Uso Sustentável e Projetos de Assentamentos, incluindo os grandes proprietários em ações de capacitação de transferência de tecnologia.	As ações continuarão sendo desenvolvidas nas áreas críticas ao desmatamento.	Subexecutora – SEAP Em parceria com EMBRAPA/AC, UFAC, entre outras instituições de pesquisas. Também serão realizadas ações conjuntas com instituições civis do setor agropecuário: FAEAC, FIEAC, ABCZ, Associações de Criadores e Sindicatos Rurais.
2.3.2.2. Cadeia Produtiva da Piscicultura	Continuarão sendo apoiados os beneficiários da fase 1 do Programa (pequenos e médios produtores rurais) e ainda outros produtores rurais, agricultores familiares e extrativistas que trabalhem em piscicultura organizados em cooperativas/associações. O projeto irá priorizar a capacitação e o envolvimento das mulheres e os documentos serão elaborados dando prioridade ao nome da mulher como primeira responsável.	As ações irão abranger os municípios de Bujari, Rio Branco, Senador Guionard, Plácido de Castro, Capixaba e Xapuri (Regionais Alto Acre e Baixo Acre) e os municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima (Regional Juruá).	Subexecutora – SEDENS Em parcerias com ACREPEIXE (Central de Cooperativas), cooperativas similares e associações; SEMA; SEPLAN; IMC e IFAC.
2.3.2.2. Sistemas Biointegrados de Agroenergia	Serão apoiados os beneficiários do Programa (pequenos e médios produtores rurais) e ainda outros produtores rurais, agricultores familiares e extrativistas que trabalhem com cadeias de valor apoiadas pelo Programa, organizados em cooperativas/associações. O projeto irá priorizar a capacitação e o envolvimento das mulheres e jovens.	Serão contempladas ações nas 5 Regionais Administrativas do Estado.	Subexecutora – SEDENS Em parcerias com cooperativas; SEMA; SEPLAN; IMC; Embrapa; UFAC e IFAC.

Impactos, Complementariedade e Gestão de Riscos			
Atividade	Impactos	Complementariedade	Gestão de Riscos
2.3.2.1. Cadeia Produtiva Bovinocultura (corte e leite)	Considerando que a pecuária contribui para a emissão de gases de efeito estufa (GEE), como metano e óxido nitroso (N ₂ O), o sistema de produção que integra lavoura-pecuária-floresta (ILPF) é uma estratégia pesquisada pela Embrapa e que têm potencial para diminuir as emissões deste setor; isso ocorre porque os sistemas integrados retêm mais carbono. Para manter o desenvolvimento do setor é necessário observar a dinâmica de gases de efeito estufa nos sistemas de forma holística: pastagens manejadas de forma adequada sequestram grandes quantidades de carbono e contribuem para o aumento de matéria orgânica na área, melhorando a fertilidade do solo e a qualidade da pastagem.	O projeto tem apoio do PDSA II, que proporcionou a realização de estudo que delineou uma nova proposta para pecuária leiteira: moderna, eficiente e amigável com o meio ambiente.	Vinculado à realização do fomento a Cadeias Produtivas Sustentáveis, identifica-se o risco de inviabilidade econômica dos projetos, caso os investimentos previstos em estruturação dessas cadeias; outro risco é que os estudos de mercado e as atividades de fomento, assistência técnica e capacitação não venham acompanhados de investimentos em infraestrutura para melhorar o acesso a mercados. A inviabilidade econômica pode levar a expectativas



Governo do Estado do Acre

	<p><i>A pecuária tem grande potencial de mitigação das emissões: o sequestro de carbono que ocorre durante o crescimento de árvores no ILPF e na recuperação das áreas de pastagens degradadas, são exemplos disso.</i></p>		<p><i>frustradas e, por sua vez, ao aumento na área de floresta convertida em pastagem com baixa tecnologia, dada a popularidade da pecuária como opção segura e rentável.</i></p> <p><i>Adicionalmente, existe a possibilidade de os investimentos do governo no setor alimentarem dependência econômica às famílias dedicadas às atividades agrícolas e florestais, representando, em médio e longo prazos, prejuízos à sociedade.</i></p>
<p>2.3.2.2. Cadeia Produtiva da Piscicultura</p>	<p><i>A piscicultura contribui para redução da taxa de desmatamento ao trabalhar nas áreas já convertidas das propriedades, possibilitando uma alta produção, utilizando pequenas áreas. É uma atividade produtiva intensiva, principalmente se comparada ao gado, que atualmente na Amazônia tem sido uma atividade extensiva e, em alguns casos, degradadora. Também, propicia à família produtora diversificar a sua produção, utilizando as áreas já alteradas, ampliando o custo de oportunidade da propriedade rural.</i></p> <p><i>A atividade de piscicultura envolve a participação de toda a família (homem, mulher e filhos) nas tarefas afins requeridas na produção. Ao apoiar e desenvolver esta atividade, junto às famílias da agricultura familiar, viabiliza-se o aumento da renda e da qualidade de vida ao propiciar que, pelo menos, as necessidades básicas sejam atendidas e/ou melhoradas. Amplia-se, também, a possibilidade de manutenção destas famílias no campo, evitando êxodo rural e o inchaço das periferias das cidades.</i></p>	<p><i>As ações desenvolvidas pelo Programa REM serão complementares àquelas já em implementação pelo BIRD (Prática Profissional Integrada – PPI, Novas Tecnologias) e BID (ATER e aquisição de insumos).</i></p>	<p><i>Em relação aos Riscos Sociais, está a baixa capacidade de organização e gestão pelos beneficiários. Como medida mitigadora será realizado acompanhamento gerencial com profissionalização da gestão e capacitação continuada dos beneficiários.</i></p> <p><i>Em relação aos Riscos Econômicos, está a baixa produtividade com redução de ganhos projetados; como medida mitigadora será realizado acompanhamento técnico dos piscicultores e capacitação continuada.</i></p> <p><i>Em relação aos Riscos Ambientais está o avanço ilegal sobre áreas de reserva legal e APP; como medida mitigadora será exigido o cadastro do CAR e adesão ao PRA, além de ações de monitoramento e acompanhamento dos beneficiários</i></p> <p><i>Dessa forma, devem ser realizados estudos de viabilidade econômica e ambiental, visando a realização de análises aprofundadas sobre esta cadeia de valor, tendo em vista seu pouco histórico de implantação no Estado, associado à necessidade de assistência técnica diferenciada, visando ainda avaliar os custos de transporte para a melhoria e conservação de ramais para o escoamento do produto, tendo em vista sua alta perecibilidade.</i></p>
<p>2.3.2.2. Sistemas Biointegrados de Agroenergia</p>	<p><i>A implantação de sistemas de agroenergia estabelece marco e rumo para ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologia que contribuem com a produção sustentável da agricultura de energia renovável, tornando os produtos florestais, resultantes das cadeias de valor apoiadas, competitivos.</i></p> <p><i>Promoverá a transição para uma matriz energética sustentável, aproveitando áreas antropizadas, autonomia energética comunitária, suporte a políticas</i></p>	<p><i>Existem três unidades demonstrativas em funcionamento com recursos do Governo do Estado.</i></p> <p><i>Existe proposta para implantação de 40 unidades com recursos do PROSER/BIRD, sendo que 10 unidades já estão autorizadas a serem implantadas.</i></p>	<p><i>Deve-se considerar o risco de que a agroenergia não traz automaticamente benefícios ambientais e socioeconômicos, esta pode trazer efeitos colaterais, tais como tensão sobre a terra, ou concentração de renda por aqueles que são melhores organizados e passam a dominar melhor as tecnologias. São necessários arranjos institucionais para garan-</i></p>



Governo do Estado do Acre

públicas, racionalidade energética para as cadeias de valor florestais e eliminação de perigos sanitários.

tir uma exploração mais sustentável sobre a agroenergia e de forma mais descentralizada e posta em prática pelos próprios agricultores familiares, aumentando o valor agregado de seus produtos, considerando desta forma os agricultores familiares como atores capazes de interpretar as novas complexidades globais e de se posicionar em torno do debate das agroenergias, mobilizando suas capacidades na defesa de seus modelos de agricultura, sendo protagonistas no processo de desenvolvimento rural.



3. ABORDAGEM DE FORTALECIMENTO DO SISA E MECANISMOS DE REDD+

Os 30% do total dos recursos são direcionados para o fortalecimento do SISA através de capacitação para integrantes das instâncias de governança do Sistema (CEVA/CT Indígena e CT Mulher, Comitê Científico, Ouvidoria); estudos e trabalhos para melhorar a base de informações do SISA; geração e gestão de conhecimento, comunicação e produção de material de divulgação; salvaguardas; processos de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV); intercâmbio de experiências em foros nacionais e internacionais para divulgação de lições aprendidas; comando e controle do desmatamento e queimadas; gestão de unidades de conservação (UC); ordenamento territorial; e gestão operacional administrativa, técnica e financeira do próprio Programa.

Os recursos destinados ao fortalecimento do SISA visam apoiar ações e atividades que contribuam para o fortalecimento do arranjo institucional criado pela Lei do SISA. A seguir são listadas as ações relacionadas ao fortalecimento do Sistema, incluindo Mecanismos de REDD+.

Caraterização dos Projetos / Atividades de Fortalecimento do SISA e mecanismos de REDD+

Estratégia			
Ações	Atividades	Resultados Esperados	Responsável - Arranjo Operacional
3.1. Mecanismos de REDD+	<p><u>3.1.1. MRV</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento do desmatamento e queimadas por (Estado, municípios, classes fundiárias e localidades; - Fortalecimento da UCEGEO com reestruturação, aquisição de equipamentos e software e melhorias na rede lógica, para tornar as ações mais eficazes; - Dar subsídios geoespaciais às instituições de comando e controle e de produção sustentável no âmbito da Força Tarefa; - Monitoramento da efetividade do Programa REM/KfW Fase 2; - Implantação do Sistema Monitoramento, Relatoria e Verificação de base comunitária para os programas do SISA nas RESEXs, Florestas Estaduais e nas Terras Indígenas (AAFI), assim como a regulação dos Projetos Privados no âmbito do ISA Carbono; - Contratação de Consultor para Coordenação técnica do MRV. 	<p>Ucegeo fortalecida e reestruturada para melhor atender as instituições de comando e controle, no âmbito da Força Tarefa, com dados georreferenciados das áreas desmatadas e focos de calor;</p> <p>Maior alcance do monitoramento dos beneficiários e efetividade dos resultados do programa REM/KfW;</p> <p>Maior capacidade de regulação de projetos privados;</p> <p>Direitos dos beneficiários salvaguardados de acordo com os padrões de indicadores, critérios e princípios do SISA.</p>	Subexecutora – IMC Em parceria com a UCEGEO
	<p><u>3.1.2. GOVERNANÇA, SALVAGUARDAS E TRANSPARÊNCIA DO SISA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da governança do SISA, incluindo o controle social (CEVA e CT Indígena e CT Mulher), Conselhos Estaduais, Comitê Gestor de Mudanças Climáticas e a Comissão Executiva no âmbito da Secretaria Executiva do SISA; - Apoio para monitoramento das ações promovidas pelo Programa REM para realizar atividades de campo pelos membros participantes das instâncias de governanças; - Contratação de consultor de governança, um técnico de apoio e um estagiário e estação de trabalho para a Secretaria Executiva do SISA; - Implementação do Plano de Ação de Salvaguardas em conjunto com o Plano de Monitoramento do Programa de REDD+ do Estado. 	<p>Instâncias de governança e participação fortalecidas e estruturadas para desempenhar suas funções no acompanhamento e assessoria no processo de implementação do SISA;</p> <p>Secretaria Executiva fortalecida;</p> <p>Ciclo de monitoramento de Salvaguardas implementado.</p>	Subexecutora – IMC em parceria com CEVA (CT Indígena, CT Mulher, Comitê Científico) A GIZ apoiará processos participativos, em base de necessidades identificadas.
	<p><u>3.1.3. GERAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u></p> <p>Aprimorar a geração e gestão do conhecimento envolvendo estudos, sistematização, e difusão das informações e dar mais transparência e visibilidade ao Programa.</p> <p>Estudos Previstos</p>	<p>Novo Mapa de Subsídio à Gestão do Território do ZEE/AC;</p> <p>Revisão de temas estratégicos do ZEE;</p> <p>Acurácia melhorada nas bases de</p>	Subexecutoras - IMC, SEMA e IDM Em parceria com IBGE, EMBRAPA, UFAC, IFAC, IBGE,



	<p>- Revisão, incorporação e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC, para tanto será necessário a elaboração de estudos temáticos e realização de oficinas participativas. Também será necessário a contratação de consultorias (pessoa jurídica e física), pessoal de apoio, logística (passagens aéreas, hospedagem, alimentação, etc.), reprografia, equipamento de informática e mobiliário;</p> <p>- Inventário de Gases de Efeito Estufa (ano base 2016) dos principais setores de produção do Estado do Acre para manter a periodicidade das publicações do IGEE;</p> <p>- Realizar estudos para verificação se há presença ou não de vazamento do desmatamento e queimadas no entorno fronteira do Estado do Acre por meio da utilização das ferramentas de geoprocessamento e visitas técnicas em campo;</p> <p>- Realizar estudos para verificação das reduções de Carbono nas cadeias produtivas por subprograma do ISA Carbono;</p> <p>- Realizar estudos específicos para avaliação de estoques de carbono em consequências nos usos variáveis de solo para subsidiar indicadores específicos na estruturação do Programa de conservação e melhoramento do solo no âmbito do SISA;</p> <p>- Realizar estudo analítico das políticas públicas no Estado do Acre dos últimos 10 anos em relação ao desafio da conservação das florestas tropicais, incluindo os aspectos que contribuem com a sustentabilidade destas políticas de desenvolvimento sustentável do Acre.</p> <p>Gestão de Conhecimento</p> <p>- Os conhecimentos gerados na implementação do programa REM pelas diversas instituições envolvidas e beneficiários serão sistematizados de forma articulada pelo IMC e disponibilizados por meio de um programa de formação continuada.</p> <p>Promover a formação de agentes multiplicadores do conhecimento em mudanças climáticas, SISA e programa REM. Para um público interessado, nacional e internacional.</p>	<p>dados nos estoques de carbono em floresta e em solo, diminuindo as incertezas nos estoques de carbono em usos diversos da terra;</p> <p>1 inventário de gases de efeito estufa;</p> <p>Ter dados de redução de carbono dos subprogramas implementados;</p> <p>Ter o programa de conservação e melhoramento do solo implementado.</p> <p>Maior número de potenciais beneficiários do SISA, gestores e atores envolvidos participando ativamente da gestão e governança do SISA;</p> <p>Técnicos especializados na área de geoprocessamento e sensoriamento remoto;</p>	<p>FAPAC, PGE, Rede Acreana de Educação Ambiental, incluindo a mochila do educador ambiental, Escola de formação do IDM, centros de estudos jurídicos da PGE, UCEGEO</p>
	<p>3.1.4. COMUNICAÇÃO</p> <p>- Field trips – viagens de campo para, a partir do conceito de ampla transparência das iniciativas de REDD+ no Acre, sensibilizar jornalistas, parlamentares alemães, doadores e pesquisadores;</p> <p>- Apoio a pesquisa acadêmica – bolsas de iniciação científica para alunos de graduação e de institutos federais para fomentar o estudo qualificado das iniciativas de REDD+ no Acre;</p> <p>- Reuniões estratégicas com apoiadores de iniciativas contrárias ao SISA, como Fundação Rosa Luxemburgo, Plataforma DHESCA etc.;</p> <p>- Seminários, debates e capacitações para sociedade civil, juventude, comunidades locais incluindo as mulheres (sindicatos rurais, gestoras, lideranças – Organismos de Políticas para as mulheres - OPM, pesquisadores e jornalistas, para disseminar princípios, salvaguardas e resultados das iniciativas de REDD+ e o SISA;</p> <p>- Desenvolvimento de publicações para diferentes públicos incluindo jovens e de gênero, contendo as lições aprendidas das experiências e resultados do programa REM/SISA, produtos audiovisuais e conteúdo técnico para suporte a pesquisas, reportagens e busca por informações. É preciso que existam plataformas atualizadas que disponibilizem o rico material sobre o SISA, sempre que possível também no idioma inglês;</p> <p>- Criar categoria clima e floresta para Prêmio jornalístico existente que reconheça reportagens, em diversas mídias, que</p>	<p>- Elaboração de Plano de Comunicação com matriz de públicos estratégicos, elencados a partir de seu grau de prioridade para as ações de comunicação, essa identificação ocorrerá a partir de oficina realizada com atores estratégicos do SISA, possibilitando a definição de instrumentos, eventos e ações de comunicação e advocacy para a sensibilização dos diversos públicos estratégicos;</p> <p>- Plano de Comunicação SISA/REM gerado na oficina REM Fase 2 a ser implementado e amplamente divulgado nas diferentes estratégias de comunicação.</p>	<p>Subexecutora – IMC Em parceria com SECOM, WWF-Brasil, EII</p>



Governo do Estado do Acre

	<p>demonstrarem os resultados das ações de REDD+ na Amazônia, talvez em parceria com outros estados para se buscar uma maior escala e ampliar o potencial de divulgação;</p> <p>- Incentivar o tema de clima e REDD para a iniciativa de embaixador jovem, promovendo intercâmbio entre jovens de comunidades beneficiadas pelas iniciativas de REDD+ em diferentes partes do mundo;</p> <p>- Intercâmbio para jovens e mulheres dos subprogramas de várias partes do mundo envolvidos com iniciativas de REDD+, contribuindo para projetos de REDD+ e intercambiando conhecimentos culturais, técnicos e educacionais com outros indígenas;</p> <p>- Criação de vídeos para redes sociais mostrando projetos de REDD+ de maneira simples e direta. A agenda de REDD+ tem que se tornar “atrativa” para o grande público, especialmente o público jovem e mulher.</p> <p>Impulsionar as redes sociais existentes com maior interatividade e ferramentas inovadoras e produção conteúdos para as diversas mídias digitais.</p> <p>Impulsionar os programas de rádio já existentes, com o tema de clima, SISA e REDD+ e resultados dos subprogramas implementados.</p>		
	<p>3.1.5. UNIDADE DE GESTÃO DO SISA</p> <p>- Alinhamento do Programa Jurisdicional de REDD+ do Acre com o Governo Federal e Estados subnacionais;</p> <p>- Intercâmbio de experiências no nível local, nacional e internacional, incluindo intercâmbio entre as experiências exitosas do Programa;</p> <p>- Estruturação e apoio ao IMC para operacionalização do SISA;</p> <p>- Contratação de 5 Consultorias para Coordenação Geral do Programa REM, Assessoria Técnica ao Programa, Assessoria Jurídica, Apoio Administrativo e Apoio Financeiro.</p>	<p>Programa REDD+ Early Movers do Acre alinhado com a política do Governo Federal;</p> <p>Acre Carbon Standard aprimorado tecnicamente;</p> <p>Novos Programas elaborados e estruturados em Minuta de Lei;</p> <p>IMC Fortalecido para contribuir com a consolidação do SISA.</p>	Subexecutora - IMC
3.2. Ouvidoria	<p>Serão incluídas ações que promovam que a Ouvidoria do SISA seja acessível, operacional, transparente e efetiva.</p>	<p>Constituir a Ouvidoria do SISA em uma instância legítima de acesso a todos, consultiva, de forma a potencializar a voz da sociedade, de forma a debater, mediar conflitos e articular politicamente estes questionamentos, de forma a promover princípios de democracia participativa.</p>	Subexecutora – SEMA Em parceria com a PGE Até final de julho de 2017, a GIZ-REM apoiará o desenvolvimento de tal proposta.
3.3. Gestão de Ativos, Subprogramas, Projetos Especiais e Sustentabilidade Financeira	<p>Desenvolvimento (modelagem) e implementação de mecanismos econômicos e financeiros inovadores que contribuam com a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento sustentável do Acre;</p> <p>Elaborar estudos e estratégias de promoção, e efetivar transações, através de contratos e acordos, relativos aos ativos ambientais, em especial as unidades de redução de emissões, visando impulsionar os mecanismos financeiros para a sustentabilidade do SISA</p> <p>Promover as cadeias produtivas florestais e agropecuárias do estado com objetivo de ampliar mercados e negócios sustentáveis;</p> <p>Estabelecer parcerias governamentais, não governamentais e privadas que potencializem a implementação da estratégia de captação de recursos que promovam a sustentabilidade do SISA;</p> <p>Gestão, registro e certificação das unidades de redução de emissões no REDD Info Hub Brasil, a partir do seu pleno funcionamento. Também será utilizada, para efeito de consistência histórica para outras eventuais formas de transação de ativos,</p>	<p>Estruturação de um dos instrumentos de execução e captação de recursos do SISA; e</p> <p>Aumento da efetividade dos benefícios apoiados.</p>	Subexecutora – CDSA



Governo do Estado do Acre

	<p>espelhamento na Plataforma Markit, a qual o Acre já tem contrato vigente não caracterizando dupla contagem de emissões reduzidas.</p> <p>Elaboração e acompanhamento da implementação de subprogramas; e</p> <p>Manutenção e funcionamento da CDSA.</p>		
<p>3.4. Gestão Operacional do Programa</p>	<p>Serão operados os recursos do Programa alocados na SEFAZ, seguindo o esquema de distribuição de benefícios conforme decisões tomadas nas instâncias de governança do Programa (Comissão Executiva e CEVA);</p> <p>Serão contratados bens e serviços de cunho interno ao funcionamento dos processos de gestão e coordenação, incluindo auditorias e elaboração do Manual Operacional do Programa (MOP);</p> <p>Será instalada na SEPLAN uma Unidade de Coordenação de Projeto (UCP), composta por uma Coordenação Geral, uma Gerência Administrativo-Financeira e uma Gerência Técnica, a UCP também manterá registros de informações e a constante comunicação com o KfW.</p>	<p>Melhoria do monitoramento e cumprimento dos objetivos e metas das áreas estratégicas e dos subprogramas e projetos do Programa REM;</p> <p>Melhoria no monitoramento e avaliação dos resultados das políticas implementadas;</p> <p>Gestão Operacional Administrativa, Técnica e Financeira dos recursos do Programa REM, seguindo o esquema de distribuição de benefícios conforme decisão da Comissão Executiva, validada pela CEVA, em conformidade com as regras do KfW e a legislação brasileira em particular a Lei nº 8.666/1993.</p>	<p>Subexecutora – SEPLAN</p> <p>Em parceria com a SEMA, IMC, CDSA e demais subexecutoras</p>



Governo do Estado do Acre

Estratégia				
Ações	Objetivo Geral	Atividades	Metas	Resultados Esperados
3.5. Comando e Controle	<p>Promover de forma integrada o fortalecimento das ações para a redução do desmatamento e queima no Estado do Acre com ênfase nas áreas críticas de avanço do desmatamento, através de fiscalizações e orientações às populações que residem em áreas mais suscetíveis sobre licenciamento ambiental e práticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none">- Realizar ações de orientação a produtores rurais quanto ao uso do fogo e suas restrições no Estado Acre;- Trabalhar a prevenção e o combate às queimadas pelo CBMAC nas cinco regionais do Estado do Acre, visando à formação de Brigadas de Incêndio Florestal com os produtores rurais e as forças amigas, 4º BIS e 7º BEC, dos municípios mais atingidos;- Combater o desmatamento ilegal através das ações de fiscalização ambiental;- Modernizar o sistema de licenciamento ambiental no Estado.	<p>O Comando e Controle trata-se de ação contínua e teve apoio na primeira fase, consiste em um mecanismo eficaz para aqueles que vivem na floresta e não se adequam à legislação ambiental vigente, sendo as áreas críticas identificadas pelo Estado, aquelas que terão maior atenção, assim como as unidades de conservação federais e estaduais.</p> <p>As operações farão monitoramento e fiscalização de combate ao avanço do desmatamento, queimadas, transporte de madeira, caça e pesca no Estado, utilizando as ferramentas de geoprocessamento, bem como sobrevoos, equipes em barreiras móveis e fixas nas principais vias de acesso, bem como no atendimento de denúncias, visando reduzir os danos ambientais. Áreas críticas de desmatamento (Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá), identificando os autores de crimes ambientais, solicitando providências da polícia judiciária e demais órgãos ambientais.</p> <p>Serão proferidas palestras de orientação junto às propriedades rurais, no período crítico de queimadas, por meio de reuniões com associações de produtores, sindicatos, utilizando a educação ambiental para divulgar atividades sustentáveis, legislação e normas ambientais necessárias para acesso ao licenciamento e regularização ambiental dos imóveis rurais através do CAR;</p> <p>Serão ofertados cursos de capacitação para produtores rurais das cinco regionais do Estado com técnicas, metodologia e conhecimento específicos de prevenção e combate a incêndio florestal;</p> <p>Também serão ministradas palestras educativas ao público escolar urbano capacitação de outros órgãos públicos e privados, incluindo lideranças comunitárias e agentes de saúde, com informações preventivas sobre desmatamento e queimadas gerando mais multiplicadores;</p> <p>Formação de brigadas de incêndio nas associações de produtores rurais e fornecimento de materiais de combate;</p> <p>Também serão investidos recursos na capacitação de policiais do BPA e Pelotão Florestal, dos técnicos do IMAC, entre outros parceiros para atuar no combate e prevenção aos desmatamentos e queimadas;</p> <p>Para este projeto será necessário adquirir veículos traçados e quadriciclos em uma configuração para o atendimento da demanda de dez equipes, além do custeio para as atividades em campo; e ainda o pagamento de diárias, combustível, locação de veículos e ainda a aquisição de equipamentos (bomba costal, abafadores, pinga-fogo, moto bomba entre outras); além de combustível, manutenção de veículos e aeronave;</p>	<p>Realizar operações integradas de monitoramento e fiscalização no combate ao desmatamento ilegal priorizando áreas críticas do avanço do desmatamento.</p> <p>120 processos de licenciamento abertos e finalizados.</p> <p>Realizar vistorias de campo em áreas de desmatamentos licenciados com termos de compromissos assinados no CAR/PRA e TCA/REM.</p> <p>Realizar vistorias de campo para monitoramento da biodiversidade das unidades de conservação federal e estadual.</p> <p>Realizar atividades preventivas de educação ambiental, ligadas ao licenciamento de atividades agrícolas e florestais em especial nos projetos de assentamento com criticidade de desmatamento.</p> <p>Realizar atividade preventiva e de combate as queimadas e incêndios florestais.</p> <p>Alcançar 12.000 pessoas (professores, estudantes, lideranças comunitárias)</p>	<p>Áreas de desmatamento e queimadas sem autorização ou licenciamento ambiental identificadas por meio da utilização das ferramentas de geoprocessamento, sobrevoos e denúncias;</p> <p>Modernização e celeridade do Sistema de Licenciamento Ambiental;</p> <p>Órgãos de controle agindo de forma preventiva quanto a ocorrência de desmatamentos e queimadas ilegais nas áreas críticas de avanço do desmatamento;</p> <p>Produtores rurais informados em relação ao licenciamento ambiental e sobre práticas sustentáveis que compõe os programas das políticas públicas do Estado;</p> <p>Melhor eficiência e eficácia na redução do desmatamento.</p>



Governo do Estado do Acre

		<p><i>Para modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais, serão utilizadas as seguintes estratégias: integração da base de dados do licenciamento com a do cadastro de imóveis rurais (SICAR); a capacitação de técnicos do órgão; a atualização e revisão das normas e regimentos, necessários em virtude do novo código florestal; e a inovação tecnológica, no intuito de desburocratizar e dar maior transparência e agilidade ao processo.</i></p>	<p><i>por meio de palestras e cursos em relação à formação e orientação sobre o tema desmatamento, queimadas e práticas produtivas em bases sustentáveis;</i></p> <p><i>1.200 brigadistas formados.</i></p>	
<p>3.6. Gestão de Áreas Naturais Protegidas</p>	<p><i>Promover a gestão, o funcionamento e a difusão das Unidades de Conservação Estaduais no Estado do Acre e fortalecer a implementação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP/AC), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais.</i></p>	<p><i>A construção de soluções alternativas para a manutenção da cobertura florestal e diminuição do desmatamento nas UCs passa pelas estratégias de gestão territorial, pela articulação política com o conselho gestor destas UCs e pelo alinhamento desta instância de gestão com os objetivos propostos para a unidade. Assim, a partir de uma visão comum, as soluções propostas para a redução do desmatamento e a compatibilização das atividades produtivas com os objetivos da unidade podem ser alcançados.</i></p> <p><i>A ausência da presença institucional e de governança comunitária, através do fortalecimento e implementação dos conselhos, constituem o maior risco para a efetividade das Unidades de Conservação no Acre.</i></p> <p><i>Trata-se de uma atividade já implementada na primeira fase. Contudo, para que as UCs continuem buscando melhorias para o cumprimento dos objetivos para quais foram criadas, há a necessidade que suas ações de implementação sejam continuadas.</i></p> <p><i>Propõe-se a consolidação de Conselhos Gestores;</i></p> <p><i>Implementação/consolidação de planos de gestão;</i></p> <p><i>Educação e sensibilização ambiental;</i></p> <p><i>Fomento e execução de pesquisas;</i></p> <p><i>Monitoramento da biodiversidade;</i></p> <p><i>Manutenção de sedes administrativas (UCs);</i></p> <p><i>Realização de cursos, intercâmbios, treinamentos e outros tipos de difusão de informações para as populações tradicionais locais, sendo baseadas na demanda apresentada por essas comunidades, nos temas: alternativas produtivas sustentáveis, sistemas agroflorestais, manejo florestal, educação ambiental, organizações comunitárias, desmatamento, sistemas agroflorestais, entre outros.</i></p> <p><i>Serão feitos, ainda, investimentos nas 9 Unidades de Conservação Estaduais relativos a aquisição de material de campo, sinalização e ações de comando e controle.</i></p>	<p><i>Manutenção e Estruturação Física de 9 Unidades de Conservação Estaduais;</i></p> <p><i>Intercâmbio, cursos, treinamentos e difusão de informações para as populações tradicionais e Conselhos Gestores de 9 Unidades de Conservação Estaduais.</i></p>	<ul style="list-style-type: none">- 9 planos de manejo consolidados;- 5 conselhos consultivos atuantes;- 4 unidades de gestão em funcionamento;- 10 oficinas/intercâmbios realizados.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

		<i>Serão necessários recursos para apoiar as atividades de campo (diárias, material de consumo, material informativo, combustível, manutenção de veículos, e ainda serviços de terceiros física e jurídica).</i>		
3.7. Regularização Fundiária	<i>Modernizar a infraestrutura de dados e comunicação do ITERACRE para criação de base de dados única geoespacializada, a fim de permitir a integração com as bases de informações das políticas ambientais e agrárias e promover a regularização fundiária de áreas sem definição nas regionais do Alto e Baixo Acre, com a realização de trabalho de identificação, cadastro e georeferenciamento.</i>	<p><i>Trata-se de uma nova atividade, tendo em vista a necessidade de ter todo o espaço do Estado do Acre mapeado, georreferenciado e identificado, para promover a regularização fundiária de forma plena.</i></p> <p><i>Ações de georreferenciamento das áreas que não possuem informações fundiárias nas regionais do Alto e Baixo Acre, a fim de subsidiar as políticas ambientais e agrárias;</i></p> <p><i>Implantação do Módulo de Destinação do Sistema de Gestão Fundiária (SGEF) no ITERACRE;</i></p> <p><i>Estruturação e modernização da área técnica por meio da construção de uma base única de dados georreferenciada, para integrar as bases ambientais e agrárias de informação;</i></p> <p><i>Para a realização destas ações será necessário cobrir os custos de campo dos técnicos e adquirir equipamentos necessários para realização das ações. As atividades serão integradas no planejamento das atuações de campo com as informações do CAR e informações da UCEGEO.</i></p>	<p><i>5 mil propriedades rurais com a realização do cadastro e georreferenciamento realizados, as quais estão localizadas nas regiões do Alto e Baixo Acre (751 propriedades em Brasília; 1.362 em Epitaciolândia; 341 em Capixaba; 632 no Bujari; 20 em Assis Brasil; 82 em Plácido de Castro; 1.414 em Rio Branco; 286 em Porto Acre; 300 em Senador Guiomard; 316 em Xapuri).</i></p> <p><i>Aproximadamente 270.000 ha de terras rurais (21.943 ha em Brasília; 30.626 ha em Epitaciolândia; 27.797 ha em Capixaba; 17.198 ha no Bujari; 166 ha em Assis Brasil; 9.905 ha em Plácido de Castro; 90.052 ha em Rio Branco; 16.156 ha em Porto Acre; 10.410 ha em Senador Guiomard; 46.416 ha em Xapuri) aptas a regularização fundiária no âmbito da União.</i></p>	<p><i>Resolução dos problemas das áreas de indefinição fundiária na Região do Alto e Baixo Acre, contribuindo para a mitigação de conflitos agrários;</i></p> <p><i>Modernização do ITERACRE, para servir de apoio às políticas públicas que necessitam de informações georreferenciadas;</i></p> <p><i>Integração de informações de regularização fundiária entre o ITERACRE e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SERFAL) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), facilitando o controle e padronizando procedimentos de regularização, promovendo assim eficácia na aplicação dos autos de infração ambiental;</i></p> <p><i>Resolução dos problemas das áreas de indefinição fundiária, contribuindo para a mitigação de conflitos agrários;</i></p> <p><i>Modernização do ITERACRE, para servir de apoio às políticas públicas que necessitam de informações georreferenciadas;</i></p> <p><i>Integração das informações com o SICAR e o SIGCAR (Projetos financiados pelo Fundo Amazônia), com a disponibilização de informações em tempo real;</i></p> <p><i>Integração das informações com o SIGEF-Geo, a se constituir como primeiro estado da Amazônia a integrar suas informações com a base nacional de georreferenciamento.</i></p>

Público Alvo, Foco Geográfico, Forma de Implementação

<i>Ações</i>	<i>Público Alvo</i>	<i>Território Beneficiado</i>	<i>Complementariedade</i>	<i>Responsável - Arranjo Operacional</i>
3.5. Comando	<i>Produtores rurais em geral e ainda os proprietários</i>	<i>Todo o território do Estado Acre, com especial ênfase</i>	<i>Projeto Acre: Incêndios Florestais Zero (Fundo Amazô-</i>	<i>Subexecutoras – IMAC,</i>



Governo do Estado do Acre

e Controle	<p>rurais em Assentamentos e Unidades de Conservação de forma especial;</p> <p>Atingir 12.000 pessoas, sendo 520 multiplicadores, 1.200 brigadistas, 11.000 estudantes e professores.</p>	<p>em áreas de atuação do Programa REM.</p>	<p>nia), recém finalizado.</p>	<p>Secretaria de Estado de Segurança Pública/CIOPAER, Defesa Civil do Estado, Polícia Militar/Batalhão de Policiamento Ambiental e Corpo de Bombeiros</p>
3.6. Gestão de Áreas Naturais Protegidas	<p>Alcançara aproximadamente 1.000 famílias residente em unidades de conservação, valorizando a questão da equidade de gênero, protagonismo do jovem e inclusão dos atores em vulnerabilidade socioambiental.</p>	<p>De forma direta serão beneficiadas as UCs, listadas a seguir, totalizando 1.444.784,06 há, 9% da zona 2 do mapa de gestão do Estado: Parque Estadual Chandless; Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim Pentecoste; Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá; Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco; Floresta Estadual do Antimary; Floresta Estadual Mogno; Floresta Estadual do Rio Liberdade; Floresta Estadual do Rio Gregório; e Unidade de Conservação Provisória - Floresta Estadual do Afluentes do Complexo do Seringal Jurupari.</p>	<p>Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Programa ARPA) – programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), gerenciado Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF) – por meio do Banco Mundial - do governo da Alemanha – por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) – da Rede WWF – por meio do WWF-Brasil e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES. Atualmente o Programa apoia ações para a consolidação do Parque Estadual Chandless;</p> <p>Programa Paisagens Sustentáveis na Amazônia (PSAM) - financiado pelo GEF por meio do Banco Mundial é um programa regional para a Amazônia, envolvendo Brasil, Colômbia e Peru. Promover a conectividade do Bioma entre os três países, prevê a melhora da sustentabilidade dos sistemas de Áreas Protegidas, reduzir as ameaças à biodiversidade, recuperar áreas degradadas, aumentar o estoque de carbono, desenvolver boas práticas de manejo florestal e fortalecer políticas e planos voltados à conservação e recuperação. O projeto do Brasil ainda está em fase de desenvolvimento e a previsão de início o final de 2017, apoiando: Regularização Ambiental, Fortalecimento das salvaguardas socioambientais, Gestão Integrada de UCs, Políticas e Planos para Proteção e Recuperação da Vegetação Nativa.</p> <p>Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II) - financiado pelo BID, cujo objetivo é aumentar a contribuição do setor florestal para o crescimento econômico e a redução de pobreza no Estado do Acre. Apoiar a ampliação do manejo florestal sustentável; desenvolve a economia regional de base florestal por meio de investimentos público-</p>	<p>Subexecutora – SEMA</p>



Governo do Estado do Acre

			<i>privados, aumenta a atratividade do Estado do Acre no cenário nacional; e fortalece as instituições responsáveis pela execução da política e a gestão florestal.</i>	
3.7. Regularização Fundiária	<i>Produtores familiares e extrativistas e proprietários rurais em geral.</i>	<i>Áreas sem definição fundiária (vazios fundiários) localizados nos municípios da região do Alto e Baixo Acre, onde incidem os maiores focos de desmatamento e queima, num total de 625.612,8 ha.</i>	<i>Está em elaboração um projeto a ser submetido ao Fundo Amazônia, a qual trabalhará as áreas sem definição fundiária nas regionais do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá, em complementação às Regionais apoiadas pelo Programa REM.</i>	<i>Subexecutora – ITERACRE</i>



Government of Acre

II. VISÃO GERAL DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

A) Programa REM	Componentes	B) % Aporte Financeiro REM		C) Subprogramas		D) Eixos de Projetos					
		B-1	B-2	Subprograma	Distribuição do financiamento REM		Eixos	Distribuição do financiamento REM		Grupo Alvo	Estoque ou Fluxo
					C-1) % Sub- programa	C-2) % Total		D-1) % Atividades	D-2) % do Total		
100%	Nível local	70%	N/A	Territórios Indígenas	17,50%	12%	Pagamento de AAFIs	51,11%	6,13%	Povos indígenas	Estoque
							Formação e Capacitação de AAFIs	16,86%	2,02%		
							Implementação dos PGTIs	24,41%	2,93%		
							Formação Intercultural Diferenciada Indígena	7,63%	0,92%		
				Territórios da Produção Familiar Sustentável	46,50%	33%	Cadeia Prod. Borracha e Castanha	22,19%	7,32%	Comunidade Extrativista, Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Cadeia Prod. Murmuru	2,77%	0,92%	Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Cadeia Prod. Mel	1,81%	0,60%	Comunidade Extrativista, Povos Indígenas, Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Cadeias Prod. Bambu, Cacau Silvestre e Óleos Vegetais	5,55%	1,83%	Comunidade Extrativista, Povos Indígenas, Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Ass. Téc. Agroflorestal das FEs e entorno e gestão das UGAIs	5,55%	1,83%	Comunidade Extrativista, Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Florestas Plantadas	22,19%	7,32%	Comunidade Extrativista, Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Apoio ao PRA	27,74%	9,15%	Comunidade Tradicional	Estoque e Fluxo
							Turismo de Base Comunitária	7,77%	2,56%	Comunidade Extrativista, Povos Indígenas, Agricultores Familiares	Estoque e Fluxo
							Design em produtos madeiros	2,22%	0,73%	Comunidade Extrativista, Artesãos	Fluxo



Governo do Estado do Acre

							Artesanato Florestal	2,22%	0,73%	Comunidade Extrativista, Artesãos	Estoque e Fluxo					
				Pecuária Diversificada Sustentável	36%	25%	Cadeia Prod. Bovinocultura	26,77%	6,69%	Pequenos e Médios Produtores Rurais e Agricultores Familiares	Fluxo					
									Cadeia Prod. Piscicultura	36,61%	9,15%	Agricultores Familiares	Fluxo			
									Cadeia Produtiva da Agroenergia	36,61%	9,15%	Pequenos e Médios Produtores Rurais, Agricultores Familiares e Extrativistas	Fluxo			
	Fortalecimento do SISA e mecanismos de REDD+	N/A	30%	Mecanismos REDD+	N/A	12,27%	Monitoramento	6,10%	1,83%	N/A	N/A					
														Transparência, Comunicação, Salvaguardas	3,66%	1,10%
														Governança do SISA (CEVA/CT Indígena e CT Mulher; Comitê Científico)	4,58%	1,37%
														Unidade Gestora do SISA	8,85%	2,65%
														Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento	14,65%	4,39%
														Ouvidoria	3,05%	0,92%
							Gestão e Fortalecimento do SISA	N/A	17,73%	Gestão de Ativos, Subp., Proj. Especiais e Sustentabilidade Financeira	2,75%	0,82%	N/A	N/A		
												Comando e Controle	19,98%	6,00%	N/A	N/A
												Gestão do SEANP	2,44%	0,73%	N/A	N/A
												Regularização Fundiária	8,24%	2,47%	N/A	N/A
												Gestão Técnica, Adm. e Financeira	25,71%	7,71%	N/A	N/A
Total		100%			N/A	100%		N/A	100%							



Governo do Estado do Acre

III. PROPOSTA DE INDICADORES PARA O MARCO LÓGICO

Bezeichnung der FZ / TZ-Maßnahme

REDD+ Early Movers (REM), Acre Fase 2

Número do Projeto

2016.6909.2

País

Brasil

Matriz de Impacto

09.06.2017

Resumo	Indicadores	Fontes de Verificação	Suposições / Riscos
EZ-Programmziel: REM apoia o financiamento ponte de REDD+ em concordância com as diretrizes da UNFCCC e contribui, por meio da conservação da floresta, para a proteção do clima			Não Preencher
Objetivo do Programa: Emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento no Estado do Acre reduzidas	Indicador 1: Reduções de emissões (RE) remuneradas <u>Cenário - 30 Mio. EUR (BMZ & UK)¹⁷</u> Valor de base: 0 Valor / objetivo: 5,2 milhões tCO ₂ e 1 GBP = 1,3 USD (5 USD / tCO ₂ e)	Reduções de emissões (RE) remuneradas pelo REM registradas no REDD+ Info Hub Brasil Relatórios sobre RE no REDD+ Info Hub Brasil Plataforma MARKIT. Esta última para efeito de consistência histórica continuará sendo utilizada como espelhamento; sem caracterizar dupla contagem.	Suposição: O desmatamento para pagamentos por resultados no período 2017-2019 está sob o gatilho de performance de 330 km ² . Como mecanismo de gestão de riscos uma contribuição própria será registrada no Info Hub Brasil. Riscos: O aumento do desmatamento no Acre, devido ao incremento / mudança de vetores endógenos e exógenos do desmatamento.
Subprograma Territórios Indígenas	Indicador 2: Número de indígenas beneficiados¹⁸ Valor de base: 5.806 ¹⁹ Valor / objetivo: 8.000	Relatórios anuais	Riscos: Pressão de uso da floresta incrementada e/ou invasões nos territórios indígenas. Mudança cultural abrupta na identidade indígena com maior foco em práticas não sustentáveis.

¹⁷ Este cenário baseia-se em discussões preliminares com o Reino Unido, sem compromisso. No caso de uma mudança no valor, os indicadores deverão ser adotados.

¹⁸ Segundo o Art. 4º da Lei nº 2.308/2010, PROVIDORES DE SERVIÇOS AMBIENTAIS do SISA são todos aqueles que promovem ações que preservam, conservam, recuperam e usam de forma sustentável os recursos naturais; o Art. 5º, define BENEFICIÁRIOS DO SISA todos aqueles que integram programas, subprogramas, planos de ação ou projetos especiais do Sistema.

¹⁹ Tomou-se como linha de base, os resultados alcançados na Fase 1 do Programa REM. Neste caso, assume-se as incertezas que já existiam quando foi definida a linha de base da Fase 1, e agora, toma-se em conta o que foi reportado como metas alcançadas na Fase 1, sendo este agora, o novo ponto de partida.



Governo do Estado do Acre

Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável	Indicador 3: Número de famílias beneficiadas em territórios sustentáveis Valor de base: 9.509 Valor / objetivo: 15.000 ²⁰	Relatórios anuais	Riscos: Utilização não sustentável dos recursos naturais, devido: i) Baixa capacidade institucional para cumprir com os requerimentos de assistência técnica; ii) incentivos econômicos não disponíveis para explorar produtos madeireiros e não madeireiros; e iii) competitividade de práticas sustentáveis limitadas em comparação com as atividades que envolvem desmatamento (p. ex. pecuária bovina).
Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável	Indicador 4: Número de famílias beneficiadas pela pecuária diversificada sustentável Valor de base: 4.278 Valor / objetivo: 5.500	Relatórios anuais	Riscos: a) Baixa qualidade e frequência da assessoria e assistência técnica; b) Dificuldades de acesso a tecnologias sustentáveis em territórios isolados; c) Pecuária sustentável diversificada não se consolida, caso não apresente competitividade com a pecuária extensiva tradicional.
Fortalecimento do SISA e seus Mecanismos de REDD+	Indicador 5: Quantidade de sistemas subnacionais de REDD+ integrados com sistemas nacionais no âmbito da contabilidade de carbono e salvaguardas Valor de base: 0 Objetivo: 2 Indicador 6: Quantidade de capacitações e treinamentos de executores/beneficiários visando a qualificação e difusão do SISA	Relatórios anuais	Riscos: Aumento da produtividade das cadeias de valor aumenta o incentivo para desmatar: a) no caso de uma possível mudança no governo estadual (início de 2019), ocorre uma troca do pessoal e capacidades nos temas REDD+, mudanças climáticas e redução do desmatamento reduzidos; b) no caso de uma possível mudança do governo estadual (início de 2019), a vontade política de reduzir o desmatamento se reduz.

²⁰ Deve-se considerar que para todas as metas (valor/objetivo) estabelecidas neste marco lógico, o nível de esforço para sua ampliação deve ser cada vez maior, tendo em vista a grande cobertura de beneficiários já alcançada na primeira fase, justificando então o motivo das metas estabelecidas não terem uma ampliação significativa. No entanto, deve-se considerar que pela natureza das atividades do Programa, que são eminentemente de caráter continuado (manejo e uso sustentável de recursos naturais, comando e controle, proteção de territórios, etc.), e ainda que um beneficiário pode ser contemplado por mais de um projeto/atividade do Programa, considerando também o grande esforço em manter os beneficiários já alcançados na primeira fase, e ainda considerando o risco de sobreposição e dupla contagem, as metas estabelecidas para esta fase foram conservadoras. Devendo, no entanto, nesta segunda fase, se utilizar a base do CAR, para realizar a contabilidade dos beneficiários, o que se constitui em um fator crucial para que as incertezas e riscos de sobreposição sejam eliminados.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

	Valor de base: 3 Valor / objetivo: 6 ²¹ Indicador 7: Número de operações integradas²² em áreas críticas de desmatamento Valor de base: 20 ²³ Valor / objetivo: 40 ²⁴		
PRINCIPAIS ATIVIDADES NO PROJETO	Não Preencher	Não Preencher	Em vista do risco de degradação da biodiversidade pelo aumento da pressão sobre os produtos florestais (pressão da caça, exploração excessiva de espécies florestais), resultando em desmatamento; deve-se investir para que a participação dos grupos comunitários, indígenas, agricultores da produção familiar, pequeno e médios produtores rurais tenham, não apenas capacitação para realizar o manejo de produtos florestais de forma sustentável e com segurança alimentar, mas também, participem das decisões do Programa REM. Portanto a necessidade em haver o aprimoramento e fortalecimento das instâncias de consulta, governança e gestão do SISA, monitoramento e reporte, além de que controle e fiscalização devem ser realizados de forma complementar.
Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (incluindo todas as cadeias produtivas apoiadas pelas famílias extrativistas e da agricultura familiar)			
Promoção do uso sustentável florestal (produtos madeireiros e não madeireiros)			
Promoção da cadeia produtiva da piscicultura e da pecuária sustentável			
Apoio a comunidades indígenas através de agentes agroflorestais e editais para projetos			
Monitoramento do desmatamento e medidas de comande e controle			
Regularização fundiária em glebas estaduais			

²¹ Seis capacitações e treinamentos por ano, a cada ano do Programa.

²² As operações têm o foco de atuação nas áreas críticas, nos polígonos de desmatamento acima de 8 ha.

²³ Operações do IMAC em 2016, incluindo operações integradas com entes estaduais, estas ocorrem durante os oito meses de estiagem (abril a outubro).

²⁴ A partir de 2018 todas operações serão integradas com órgãos das esferas estaduais e federais.



IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE, Governo do Estado do. *Avaliação Ambiental – AA: Financiamento Adicional – Atualização da AA Original do Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre (PROSER)*. 2012. Rio Branco – AC: BIRD. 92p.
- ACRE, Governo do Estado do. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais. *Dinâmica do Desmatamento no Estado do Acre no Período de 2011 a 2014*. Rio Branco: Relatório Técnico, 2015.
- Acre, Governo do Estado do. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais. *Autoavaliação do cumprimento de salvaguardas socioambientais no Sisa e no Programa Isa Carbono do Estado do Acre: relatório de monitoramento: resumo executivo*. 2015. Rio Branco: IMC. 60p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. 2012. Centro de Educação Profissional e Tecnológica de Gastronomia e Hospitalidade. Rio Branco – AC. 66p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Projetos do Fundo Amazônia no Acre*. Rio Branco – AC. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/home>. Acesso em 27 mai 2017.
- ACRE, Governo do Estado do. *Relatório Interno, em preparação: Programa Jurisdicional de Incentivos a Serviços Ambientais – Carbono do Estado do Acre, Brasil (Programa ISA Carbono do Acre)*. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC). 2016. Rio Branco-AC. 206p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Relatório Interno, em preparação: Subprograma Indígena*. Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre S/A (CDSA). 2016. Rio Branco-AC. 16p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Relatório Interno, em preparação: Subprograma Territórios de Produção Familiar Sustentável*. Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre S/A (CDSA). 2016. Rio Branco-AC. 28p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Relatório Interno, em preparação: Subprograma de Pecuária Diversificada Sustentável no Âmbito do Programa ISA-Carbono/SISA-Acre*. Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre S/A (CDSA). 2016. Rio Branco-AC. 24p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Resumo Executivo. Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE; Programa de Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre – SANEAC; Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PIDS*. 2013. Rio Branco – AC: BNDES. 10p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Resumo Executivo: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA Fase II*. 2013. Rio Branco – AC: BID. 6p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Resumo Executivo: Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER*. 2016. Rio Branco – AC: BIRD. 11p.
- ACRE, Governo do Estado do. *Resumo Executivo: Projetos Contratados e Ativos: Governo do Estado do Acre e Fundo Amazônia*. 2017. Secretaria de Estado de Planejamento. Rio Branco – AC: BNDES. 7p.
- ALENCAR, A. A. C.; Castro, I.; Silva, S. S.; Reis, V. *Relatório Técnico: Áreas Críticas ao Desmatamento no Estado do Acre*. 2017. Governo do Estado do Acre – Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC). Rio Branco. 20p.
- ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MENDOZA, E.; SOARES-FILHO, B.; MOUTINHO, P.; STABILE, M.C.C.; McGRATH, D.; MAZER, S.; PEREIRA, C.; AZEVEDO, A. Azevedo; STICKLER, C.; SOUZA, S. Souza; CASTRO, I.; STELLA, O. 2012. *Rumo ao REDD+ Jurisdicional: Pesquisa, Análises e Recomendações ao Programa de Incentivos aos Serviços ambientais do Acre (ISA Carbono)*. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasília, DF, 53p.
- AURICCHIO, V.; SIMONELLI, R. G. e G. *Pesquisa Sobre a Identidade Acre*. 2012. POLI.design. 235p.



Governo do Estado do Acre

- BARBOSA, G.; LANGER, M. *Uso de biodigestores em propriedades rurais: uma alternativa à sustentabilidade ambiental*. 2011. Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 2, n. 1, jan./jun., p. 87-96.
- BOTTI, Margot. *Plano Político Pedagógico do Centro de Educação Profissional e Tecnológica de Gastronomia e Hospitalidade*. 2012. Margot Botti Gastronomia e Cultura - Centro de Educação Profissional e Tecnológica de Gastronomia e Hospitalidade. São Paulo – Rio Branco. 64p.
- BOTTI, Margot. *Projeto Técnico da Escola de Gastronomia e Hospitalidade do Acre*. 2012. Margot Botti Gastronomia e Cultura - Centro de Educação Profissional e Tecnológica de Gastronomia e Hospitalidade. São Paulo – Rio Branco. 48p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110p.
- IPAM. Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia. *Relatório: Análises do Passivo de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) em Propriedades do Cadastro de Imóveis Rurais (CAR) do Estado do Acre*. 2016. Brasília. 21p.
- MICHAELSEN, A. M. *Produção de Agroenergia e Agricultura Familiar: O Caso do Centro de Formação e Produção de Alimentos e Bioenergia São Francisco de Assis – Santa Cruz do Sul-RS*. Trabalho de Conclusão para o título de Bacharel em Ciências Social. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de Sociologia. Rio Grande do Sul. 84p.
- MOUTINHO, P. *Programa REDD+ para Early Movers – REM. Abordagem de Estoque e Fluxo para Repartição de Benefícios em Programas de REDD+: Conceito e Prática na Implementação de REDD+ no Estado do Acre*. 2017. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Brasília: 40p.
- OLIVEIRA, J. M. de; ARAÚJO, B. C. de; SILVA, L. V. *Panorama da Economia Criativa do Brasil*. 2013. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília - Rio de Janeiro: Ipea. 54p.
- SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. *Boletim Informativo* - Dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/numeros-do-cadastro-ambiental-rural>> Acesso em: 29 maio de 2017.
- VEROCAI, I.; LUDEWIGS, T.; PEREIRA, V. de F. G. *Relatório de Avaliação Ambiental e Social do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II) - Expansão da Economia Florestal*. 2012. Governo do Estado do Acre – Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Rio Branco. 122p.
- REIS, V. *Dinâmica do Desmatamento no Estado do Acre até 2015*. Nota Técnica. 2015. Governo do Estado do Acre – Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais. Rio Branco. 4p.